

Património e ordenamento do território

Uma proposta para a construção cultural da paisagem

José Alberto Abreu Lage
Licenciado em arquitectura pela
Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos de Grau de Mestre
em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano
Faculdade de Arquitectura / Faculdade de Engenharia
Universidade do Porto

Realizada sob supervisão do
Prof. Dr. Álvaro António Gomes Domingues, da
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

MPPAU
Porto, 2007

Agradecimentos

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação, deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Dr. Álvaro Domingues a forma como me orientou e incentivou ao longo do meu trabalho. Estou grato pela liberdade de acção que me permitiu, o que foi decisivo para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal.

Deixo também uma palavra de grande agradecimento ao Prof. Dr. Francisco Barata e à Arqt.^a Madalena Pinto da Silva, pela sua disponibilidade e paciência pela forma como me apoiaram e incentivaram. Gostaria ainda de agradecer ao Prof. Nuno Portas, pelas oportunidades de colaboração proporcionadas e pelos constantes alertas para a dialéctica entre a arquitectura e o urbanismo, que fortaleceram a minha paixão pelos temas em questão. Ao Arq. Rui Pinto e à Mestre Ana Sofia Ribeiro e Arq. Rui Mealha pelas nossas conversas e pelo incentivo contínuo.

Finalmente, gostaria de agradecer aos meus pais e irmão, à bianca e à “minha” Paola, pela maneira como me apoiaram nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Resumo

As pressões urbanas derivadas das transformações socioculturais, económicas, biofísicas e morfológicas dos espaços que as sociedades ocupam, implicam variações e pressões sobre determinados aglomerados rurais e, como consequência, a mutação da paisagem. Esta transformação coloca em risco os sinais culturais deixados pelas sociedades que fabricaram a paisagem. Neste contexto, o tema do património rural tem vindo a tornar-se um elemento cada vez mais pertinente no âmbito do contexto do planeamento urbanístico, dado que o Património é a expressão que representa o legado das sociedades e da sua cultura.

A presente dissertação aborda um conjunto de preocupações sobre a temática do Património, como recurso para a construção Cultural da Paisagem, partindo de uma reflexão sobre os conceitos de Paisagem e Património. A abordagem do tema do Património, inserido na paisagem e em diálogo com ela, permite apontar para uma ordem no território que se encontra estruturalmente fragmentado. É nosso objectivo equacionar a forma como o património cultural de uma determinada paisagem está sedimentado no *palimpsesto* desse território e pode ser um elemento endógeno para a criação de paisagem positiva.

É passando pelo entendimento das temáticas da Paisagem e do Património e analisando os fragmentos de informação genética de diversas origens que é possível perceber o sentido de uma estratégia de valorização do território. Partindo da leitura da informação do território, procura-se apontar caminhos para a valorização deste tipo de paisagem rural.

A partir de uma descrição fundamentada pelas bases teóricas expostas na dissertação e da leitura do código genético da paisagem em estudo, do Campo do Gerês, como caso singular, procuramos apontar caminhos para a execução de uma estratégia de desenvolvimento cimentada no património rural, como exemplo para outras situações. É através dessa descrição elaborada, com um reconhecimento prévio da especificidade da paisagem em estudo, que será possível elaborar um contributo de “boas práticas” que permitam o estabelecimento de premissas para a valorização do património cultural da paisagem e dos valores patrimoniais e paisagísticos intrínsecos com os imperativos do desenvolvimento rural.

Abstract

From the socio-cultural, economical, biophysicist and morphological transformations that the spaces societies take, derive urban pressures which imply also pressures and variations upon certain rural gatherings and as a consequence the mutation of the landscape. This mutation jeopardizes the cultural signs left by the societies which built this landscape. Within this context, the subject of the rural patrimony has been becoming a more pertinent one in the urban planning context. Given that Patrimony is the term that refers to the legacy of societies and its culture.

The present dissertation approaches a set of concerns around the subject of Patrimony as a resource for the Cultural building of the Landscape; originating from a reflection on the concepts of Landscape and Patrimony. The approach on the subject of Patrimony, in strict dialogue with and on the landscape, allows pointing to a territory ordainment, which is found structurally fragmented. It is our objective and purpose to find the way how the cultural patrimony of a particular landscape is sedimented in the essence of that territory and can be an endogenous element to the creation of a positive landscape.

It is through the comprehension of the themes of Landscape and Patrimony and analysing the fragments of genetic information from several sources that is possible to understand the sense of a strategy increment value for the territory; starting from the reading of the territory's information, to point ways to increase the value of this type of rural landscape.

From a fundamented description on the theoretical bases exposed on the dissertation and the reading of the landscape's genetic code, in study from the Gerês Field, as a particular case, pointing ways to execute a strategy of development based on the rural patrimony as an example for other situations. It is through that elaborated description, with a previous recognition of the specificity of the landscape in study, to elaborate a "good practices" contribution which allows the establishment of premises to increase the value of the landscape's cultural patrimony and the patrimonial and landscape values intrinsically intertwined with the imperatives of rural development.

Índice

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract	4
Índice	5
Índice de anexos	7
Índice de fotografias	7
Índice de figuras	8
Lista de abreviaturas	9

Parte I

INTRODUÇÃO	10
1 Enquadramento geral	10
2 Tema e Objectivos da investigação	10
CAPITULO I– OLHARES SOBRE A PAISAGEM	13
1.1 Na Geografia física	16
1.2 Na Geografia humana	19
1.3 Na Ecologia	22
1.4 Na História e Ciências Humanas	26
CAPITULO II – OS TERRITÓRIOS DO PATRIMÓNIO	
2.1 Interpretar o território	29
2.1.1 Do conceito de património	30
2.1.2 Da noção de monumento	32
2.1.3 Da textura do património	34
2.1.4 Das normas internacionais	39
2.2 Uma definição de Paisagem Patrimonial	46
CAPITULO III – DOS PRECEITOS DA PAISAGEM E DO PATRIMÓNIO	

3.1 Convenção Europeia da Paisagem	51
3.2 A Paisagem <i>versus</i> Património no quadro legal e político português	56

Parte II

CAPITULO IV – A PAISAGEM DO GERÊS	61
-----------------------------------	----

4.1 Fundamentação teórica da descrição	63
4.1.1 Enquadramento territorial de Campo do Gerês	64
4.1.2 Caracterização socioeconómica e produtiva	66
4.2 Metodologia	68
4.3 Sistema Patrimonial – análise e interpretação cartográfica	71
4.4 Morfogénese da paisagem urbana – análise e interpretação cartográfica	78
4.5 Transformações da última fase de crescimento	83
4.5.1 Áreas não edificáveis, áreas de expansão e de salvaguarda	86
4.5.2 Os processos de transformação da paisagem rural	88
4.6 Sistema ecológico, viário, edificado	89
4.7 A problemática da paisagem de Campo do Gerês	91

CAPITULO V – A INTEGRAÇÃO DO PATRIMÓNIO NAS POLITICAS URBANAS – HIPÓTESES	
---	--

5.1 Proposta de boas práticas para a Paisagem de Campo do Gerês	99
5.2 Hipótese para o desenvolvimento de uma política de Património Cultural	101
5.3 Conclusões / Recomendações	105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
----------------------------	-----

ANEXOS	112
--------	-----

Índice de anexos

Índice de fotografias

Descrição	Pag.
Foto 1 - Vista de campo do Gerês	63
Foto 2 - Placa de promoção do turismo de montanha numa propriedade à entrada da aldeia.	69
Foto 3 - Enquadramento da Veiga de S. João com o aglomerado no festo da montanha	72
Foto 4 - Adro e igreja paroquial	74
Foto 5 - Vista do aglomerado central	75
Foto 6 - Capela da N. da S ^a da Conceição	75
Foto 7 - Alminhas na entrada do aglomerado	75
Foto 8 - Área dos espigueiros, contacto com construção abusiva	76
Foto 9 - Imagem de uma das salas do Museu de Vilarinho das Furnas	77
Foto 10 - Pelourinho de S. João do Campo	78
Foto 11 - Pavimentos da igreja na Veiga de S. João	78
Foto 12 - Ponte de eixões, vista da via Romana	79
Foto 13 - Expansão do aglomerado para a zona da Cerdeira	82
Foto 14 - Casa com novo espigueiro	83
Foto 15 - A 2 ^a habitação a despontar na vegetação	85
Foto 16 - As ruínas da aldeia comunitária de Vilarinho das Furnas	87
Foto 17- Espigueiro no limite da reserva agrícola, coincide com a Veiga de S. João	90
Foto 18 - Painéis informativos sobre o PNPG: percursos e elementos patrimoniais	98
Foto 19 - Painéis informativos sobre o PNPG: percursos e elementos patrimoniais	98
Foto 20 - Destruição de afloramento rochoso para construção de 2 ^a habitação	99
Foto 20 - Aglomerado Primitivo	100
Foto 21 - Urbanização à beira da estrada EN307	100
Foto 22 - Aglomerado da Pousada da Juventude	100
Foto 23 - Quinta da Cruz	100
Foto 24 - Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas	101
Foto 25 - Urbanização isolada em área protegida	101
Foto 20 - Aglomerado Primitivo	101

Índice de figuras

Figura 1 - Fotografia aérea	I
Figura 2 - Planta da Hipsometria para a área do Campo do Gerês	II
Figura 3 - Planta do Sistema Patrimonial	III
Figura 4 - Planta das áreas “não urbanas”/salvuarda	IV
Figura 5 - Planta das áreas edificadas/urbanizáveis	V
Figura 6 - Planta das Directrizes do plano do P.N.P.G	VI
Figura 7 - Planta das Directrizes do plano do P.D.M.	VII
Figura 8 - Planta de zonamento do estudo urbanístico para Campo do Gerês	VIII
Figura 9 - Planta de condicionantes do estudo urbanístico para Campo do Gerês	IX
Figura 10 - Planta de acções urbanísticas do estudo urbanístico para Campo do Gerês	X
Figura 11 - Planta da estrutura ecológica	XI
Figura 12 - Processos instruídos na C.M.T.B. entre 1980-2000	XII
Figura 13 - Planta do Estado de conservação dos edifícios	XIII
Figura 14 - Planta dos Usos do solo - grandes grupos de utilização	XIV
Figura 15 - Planta dos Espaços exteriores – pavimentos	XV
Figura 16 -Planta do Número de pisos do edificado	XVI
Figura 17 - Planta do Alojamento hoteleiro	XVII
Figura 18 - Cartograma de divisão concelhia	XVIII
Figura 19 - Cartograma de divisão por NUT	XIX
Figura 20 - Cartograma da estrutura viária	XX
Figura 21 - Cartograma das zonas protegidas	XXI
Figura 22 - Cartograma de declives	XXII
Figura 23 - Cartograma geológico	XXIII
Figura 24 - Cartograma dos grupos de unidade de paisagem	XXIV
Figura 25 - Cartograma de hipsometria	XXV
Figura 26 - Cartograma da hidrografia do concelho	XXVI
Figura 27 - Cartograma dos usos do solo da zona Norte	XXVII
Figura 28 - Cartograma de densidade populacional	XXVIII
Figura 29 - Cartograma da taxa de variação da população residente 1991/1997	XXIX
Figura 30 - Cartograma da população com lugar de emprego/estudo por concelho	XXX
Figura 31 - Cartograma da dimensão populacional das freguesias	XXXI
Figura 32 - Cartograma de contrarste do urbano/rural	XXXII
Figura 33 - Cartograma do traçado da Via Romana	XXXIII

Lista de abreviaturas

C.M.T.B.	Câmara Municipal de Terras do Bouro
P.N.P.G.	Parque Nacional da Peneda Gerês
L.B.O.T.U.	Lei de Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo
P.D.M.	Plano Director Municipal
P.U.	Plano de Urbanização
P.P.	Plano de Pormenor
R.E.N.	Reserva Ecológica Nacional
R.A.N.	Reserva Agrícola Nacional
U.N.E.S.C.O.	Organização das Nações Unidas Para a Educação Ciência e Cultura

PARTE I

INTRODUÇÃO

I. Enquadramento geral

O Património é a expressão que representa o sinal legado pelas sociedades e culturas. A temática do património cultural tem vindo a tornar-se um elemento cada vez mais pertinente no âmbito do contexto da urbanística, da cultura contemporânea e das nossas sociedades desde há muito. A paisagem é o resultado dos sinais não apenas da acção natural, mas especialmente da acção sistemática de sociedades e culturas que transformaram um determinado território.

A investigação procura abordar o tema do “Património em rede como ordem de um território estruturalmente fragmentado”¹, com o objectivo de equacionar a forma como o Património Cultural, sedimentado no “palimpsesto” do território, pode ser uma estratégia de valorização reflexiva daquele, nas políticas de planeamento – defesa do ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento territorial - e originar um equilíbrio na Paisagem.

II. Tema e Objectivos da investigação

As temáticas da paisagem e do património têm vindo a afirmar-se no interior de um contexto de aproximação das temáticas ambiental, urbanística, sociológica e ecológica, no âmbito dos estudos do urbano.

Muitos aglomerados rurais têm apresentado ao longo do tempo variações e pressões que as transformações morfológicas, biofísicas, económicas e sócio-culturais têm causado através das pressões urbanas.

¹ Cf. Arturo Lanzani, 2002, p. 277

Pierre Donadieu, no seu artigo “Pour une conservation inventive des paysages”, diz-nos que o conceito de rural está hoje em dia numa encruzilhada, devido, principalmente, às pressões que o têm vindo a transformar em urbano, dadas as muitas condicionantes económicas e políticas.²

Segundo o mesmo autor, a designação de paisagem rural está conotada com um duplo significado, remetendo quer para uma interpretação do espaço rural, como também para a sua própria materialidade, sendo a manifestação de um processo cultural de transformação da superfície rural.³

O objectivo deste estudo terá por base a análise dos efeitos catalíticos do Património Cultural, na sua dimensão rural, através de um caso de estudo que permita perceber quais são os instrumentos operativos centrados, no que respeita a tornar legíveis as articulações de um território que apresenta uma pluralidade de formas organizativas e de estruturas difusas no território.

A hipótese que defendemos é que a descrição do Património Cultural pode constituir uma plataforma de entendimento interdisciplinar, sobre a qual se poderão basear os processos de planeamento e gestão urbanística, considerando a especificidade da paisagem.

Partindo de uma reflexão sobre a evolução dos conceitos de “Paisagem” e de “Património” e abordando perspectivas científicas, artísticas e culturais, pretendemos elaborar um contributo para a elaboração de um documento de boas práticas, de modo a criar um equilíbrio da paisagem urbana, no sentido do estabelecimento de critérios de regulamentação do património em rede.

Esta dissertação divide-se em duas partes, sendo a primeira dedicada a uma exposição teórica sobre a temática da Paisagem e do Património, incluindo a articulação entre os dois conceitos; na segunda parte, far-se-á a introdução da temática exposta no âmbito das Políticas Municipais, no caso de estudo.

² Cf. Pierre Donadieu, in *Cinq propositions pour une theorie du paysage*, 1994, p.53

³ Cf. idem

A análise do caso de estudo será elaborada com base na elaboração cartográfica e fotográfica dos diversos níveis de realidade da freguesia de Campo do Gerês.

A exposição considera simplesmente os elementos reais da paisagem, pelo que a descrição da sua problemática constitui apenas um esboço de definição, uma enumeração de elementos que permitam aprofundar e conhecer as relações e articulações do funcionamento desta paisagem rural.

A descrição é fundamentada pelas bases teóricas a expor na dissertação e estruturada por uma metodologia de descrição elaborada de acordo com um reconhecimento prévio da especificidade da paisagem rural em estudo.

Descrevemos a paisagem rural de Campo do Gerês, uma das freguesias de Terras do Bouro, com o objectivo de avançar hipóteses para a definição da especificidade da problemática do seu território. Campo do Gerês encontra-se num momento em que estão a ocorrer uma série de transformações das estruturas materiais e imateriais de uma comunidade que até aqui tinha mantido os mesmos modos de vida: as pressões urbanas têm afectado a economia, com o conseqüente desaparecimento de um sistema produtivo baseado na agricultura e no pastoreio. Deste modo, a organização do território sofreu uma transformação repentina pela abertura de novas vias de comunicação, pelo desaparecimento da comunidade de Vilarinho das Furnas e pela construção da barragem hidroelétrica.

Baseando-nos na descrição elaborada, procuraremos apontar caminhos para a integração dos temas do Património nas políticas urbanas. Nesse sentido, desenvolveremos caminhos para uma proposta de boas práticas para Campo do Gerês, tendo em conta a conciliação dos valores patrimoniais e paisagísticos, com os imperativos do desenvolvimento rural, no sentido de potenciar a construção cultural da paisagem.

CAPITULO I - OLHARES SOBRE A PAISAGEM

«È stato osservato che, per aver godimento estetico dagli oggetti naturali, conviene astrarre dalla loro estrinseca e storica realtà, e separare dall'esistenza la semplice apparenza o partenza; che guardando noi un paesaggio col passar la testa fra le gambe, in modo da toglierci dalla relazione consueta con esso, il paesaggio ci appare come uno spettacolo fantastico; che la natura è bella solo per chi la contempi con occhio d'artista; che zoologi e botanici non conoscono animali e fiori belli; che il bello naturale si scopre (ed esempi di scoperte sono i "punto di vista" additati da artisti e da uomini di fantasia e di gusto); che senza il concorso della fantasia, nessuna parte della natura è bella, e che, per tale concorso, secondo le varie disposizione d'animo, uno stesso oggetto o fatto naturale è ora espressivo ora insignificante; che infine non esiste bellezza naturale alla quale un artista non farebbe qualche correzione.»

Benedetto Croce citado por Bruno Zevi, in "Paesaggi e città" 1994⁴

O termo Paisagem tem origem no latim *pagus*, que significa campo ou território cultivado., designado em senso comum como fragmento do espaço que se abrange com o olhar; etimologicamente a palavra paisagem, em francês *paysage*, "deriva do Flamengo e do Alemão (land - shaft: shafften = criar, produzir)⁵. Já a origem da palavra paisagem é atribuída ao poeta flamengo Jean Molinet que, em 1493, a utilizou com o sentido de "quadro representando uma região"⁶. Na significação comum do termo, paisagem está associada a espaços abertos, em que o olhar não encontra limite, correntemente a territórios rurais. É frequentemente referida em equívoco com ambiente e natureza, como também com território, como diz Bruno Zevi; quanto a território ("[Do lat. territoriu.]"⁷ é uma extensão considerável de terra; torrão; a área de um país, ou estado, ou província, ou cidade), paisagem e ambiente são termos empíricos, *polissémicos* no sentido em que respondem a uma diversidade de significados e de interpretações.

⁴ Bruno Zevi, *op. cit.*, 1995, p.1

⁵ Cf. Pierre Donadieu, 1994, p.75

⁶ Alain Roger, *op. cit.*, 1997. p.42

⁷ *Novo Dicionário Aurélio*, 2007

A paisagem é uma palavra muito em voga, sendo aplicada actualmente em diversos campos dos saberes, que a reclamam e utilizam: desde os sociólogos, artistas plásticos, escritores, fotógrafos, arquitectos, ecologistas, etnólogos, políticos, etc. É pelo diversificado uso deste conceito que podemos constatar o modo como é popular hoje em dia. Neste sentido, é necessário entender a abrangência, o seu significado, dado que cada grupo o inclui no seu discurso, se apropria ou introduz a sua perspectiva de leitura em prol do seu campo disciplinar; deste modo, não tem um significado fechado em si. O entendimento de paisagem em toda a extensão temporal, espacial e formal, requer uma análise sistémica dos campos onde é aplicada, dado que cada campo disciplinar, cultural e socioeconómico, entende tal termo de forma diferente de outro grupo disciplinar, mesmo que seja com mesmo enquadramento.

Segundo Bruno Zevi, no seu livro *Paesaggi e città*, “La configurazione ambientale è in ogni período storico, la risultante di un processo di modificazioni determinante dagli abitanti, dai loro aggregati, dalla maglia delle comunicazioni che segnano il paesaggio (...)”.⁸

Se existem registos, sinais ou marcas no território da acção humana ou natural, logo podemos concluir que existe uma relação biunívoca entre o território e a sua representação. Esta dialéctica permite-nos reflectir sobre o facto de que cada paisagem é singular e espelha tanto os aspectos culturais como a história natural de um território, daqueles que o transformaram ao longo da sua existência.

Na *Convenção Europeia da Paisagem*⁹, a paisagem é designada como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos”, e ainda como “elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana”.

Parece-nos também que a paisagem depende de um equilíbrio entre a sua função e significado. Deste modo, a paisagem é um processo com um sistema dinâmico em que interagem tanto factores naturais como culturais.

⁸ Bruno Zevi, *op. cit.*, 1995, p.11.

⁹ Portugal assinou em Florença, em 20 de Outubro de 2000, a *Convenção Europeia da Paisagem*; a qual passa a lei através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro.

“A paisagem é também a forma espacial do presente, porém testemunho de formas passadas que ainda persistem ou não. Revelaria, assim, um dinamismo diacrónico, confirmando a evolução estrutural do processo espacial, demonstrando fases que poderão ser de estabilidade, de reformulação parcial ou de completa remodelação, engendrando novos espaços.”¹⁰

Para o geógrafo francês Augustin Berque a paisagem é individualizada pela subjectividade de cada observador¹¹. O conceito de paisagem adquire assim significações distintas, consoante a perspectiva e campo de interesses disciplinares.¹²

Pode-se dizer ainda que “a paisagem é resultante da interacção espacial e temporal da relação entre um dos seus componentes biótipos – o ser humano – e os restantes componentes, que é o repositório da expressão da evolução da relação entre os seres humanos e a natureza”.¹³ Aliás, a representação cognitiva de uma visão tridimensional do espaço, por parte de um sujeito, depende do ponto de vista deste.

“A paisagem, por mais elementar que seja, pode apresentar factores de carácter social e natural, de leituras subjectivas e objectivas, percepção espacial e temporal, resultado de criação produção material e cultural, de abordagens reais e simbólicas. Não basta a análise separada de seus elementos, mas sim como tentamos compreendê-la. É necessário compreender a sua diversidade, a qual pode ser entendida pela construção, forma e o modo como funciona.”¹⁴

Foi a pintura que deu início à contemplação da paisagem como objecto de análise, num âmbito mais naturalístico, no séc. XVI. Já as disciplinas ligadas ao ordenamento do território, tendem a adoptar uma postura realista, que considera a existência de uma realidade para além da representação. Esta posição ambiciona o conhecimento concreto da realidade, com o objectivo de intervir sobre o território, de o ordenar, garantindo não apenas a sua qualidade estética e a sua adequação ao perfil cultural, como também uma optimização ecológica dos usos do

¹⁰ Cf. Marcello Martinelli, 2007, p. 196

¹¹ Cf. Augustin Berque, 1994, p. 16

¹² Cf. Ribeiro. Ana S, 2004, p. 7

¹³ Teresa Andresen, 1992, p. 4

¹⁴ id, ibid.

território. A paisagem não é equivalente a imagem, é um território ou um lugar, cuja entidade não se reduz à sua visibilidade.¹⁵

Deve-se por fim concluir que a paisagem, mais que um conceito, é um campo pluridisciplinar de conhecimento, estando inteiramente relacionado com um sujeito ou uma sociedade.

Enquanto conceito que possui mais de um significado, achamos agora pertinente distinguir quatro grandes campos disciplinares: o da Geografia Física, da Geografia Humana, da Ecologia e da História/Ciências Humanas e Antropologia.

1.2 Da Geografia Física

«L'uomo abita quando riesce ad orientarsi in un ambiente e ad identificarsi con esso, o più semplicemente, quando esperisce il significato di un ambiente. Abitazione quindi vuol dire qualcosa di più di un rifugio: essa implica che gli spazi dove la vita si svolge siano luoghi nel vero senso della parola. Un luogo è uno spazio dotato di un carattere distintivo. Fin dall'antichità il genius loci, lo spirito del luogo, é stato considerato come quella realtà concreta che l'uomo affronta nella vita quotidiana. Far dell'architettura significa visualizzare il genius loci: il compito dell'architetto è quello di creare luoghi significativi per aiutare l'uomo ad abitare.»

Norberg-Schulz, in *Genius loci, paesaggio, ambiente*, 1979

Yves Lacoste diz que o termo *geografia* provém do “grego *geo*, terra, e *graphein*, descrever, desenhar”¹⁶. É “a ciência que tem por objecto a descrição da superfície da Terra, o estudo dos seus acidentes físicos, climas, solos e vegetações, e das relações entre o meio natural e os grupos sociais”.¹⁷

A Geografia Física é uma das grandes componentes do pensamento geográfico e desenvolveu-se nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX. A geografia física compreende os seguintes campos: o estudo da geomorfologia (sendo este o principal),

¹⁵Cf. Teresa Alves, revista Finisterra, XXXVI, 72, 2001, . 67-64

¹⁶ Cf. Yves Lacoste, pag, 186

¹⁷ Cf. idem, pag, 186

o estudo das formas do relevo, o estudo do solo, a hidrologia fluvial e a oceanografia, o estudo dos climas.¹⁸

Assim, podemos sintetizar dizendo que a geografia está imbuída no estudo da paisagem desde há muito tempo, tendo esta coincido, num curto período de tempo, com o próprio objecto de estudo disciplinar. A forma de pensar de gerações anteriores, no campo da geografia, esteve sempre ligada ao estudo da paisagem. No momento em que a geografia estava situada na charneira entre as ciências naturais e as ciências sociais, pretendeu encarar a paisagem numa relação temporal entre as condições naturais e o comportamento do homem, organizado em comunidades portadoras de uma cultura, identidade, e de evolução tecnológica.¹⁹ Mais do que uma morfologia, ou de uma representação dos traços principais de uma memória, a paisagem continha assim, uma dimensão antropológica, uma memória e um testemunho revelador das diversas transmutações do território.²⁰

Observada sobre perspectivas que se aproximam das ciências físicas, a paisagem é identificada como uma porção do meio físico, uma realidade material, portadora de características próprias de uma sociedade e da cultura que a habita e é através desta objectividade que a paisagem é analisada, identificada e catalogada.

Mais que um conceito, a paisagem é uma *interpretação da superfície terrestre* onde o sujeito, que observa e interpreta a paisagem, é variável. A interpretação da paisagem depende da especificidade do sujeito e do campo de interesse que este ambiciona. A crescente individualização das referências tem vindo a atenuar as determinantes histórico-culturais e socioeconómicas da interpretação da paisagem.

Para Orlando Ribeiro, o “renovador da Geografia em Portugal”²¹, a paisagem representa muito mais do que factores visíveis, factos que justificam as marcas no território: partindo do estado variável da atmosfera, a produção e distribuição de produtos, em função das decisões políticas e económicas, a circulação de ideias, que são imponderáveis, mas que alteram modos e hábitos sociais e culturais, também elas se espelham na paisagem.²²

¹⁸ id. ibidem

¹⁹ Cf. Álvaro Domingues, *Finisterra* n° 72, 2001, p. 55

²⁰ idem, p 56

²¹ Cf. www.orlando-ribeiro.info/renovador/index.htm

²² Cf. Madureira, A., 2004, p. 22

Embora às vezes ainda alguns geógrafos se dediquem a ambos os ramos, a separação entre Geografia física, apoiada em métodos rigorosos de análise e experimentação, e Geografia humana, é completa, e os estudos de Geomorfologia não são introduzidos no contexto de uma Geografia regional integradora. Há por esta um visível desinteresse, como se as regiões não continuassem a ser as entidades fundamentais de qualquer estudo base e uma das faces de toda a Geografia.²³

.

²³ Cf. <http://www.orlando-ribeiro.info/renovador/index.htm>

1.2 Da Geografia humana

«A minha Geografia humana – ou antes, a face humana da Geografia – é feita com todos os sentidos: a visão que abrange os conjuntos e discerne e analisa pormenores significativos, o ouvido que surpreende o tilintar distante do rebanho ou o barulho agressivo da circulação mecânica, o cantar dos galos que anuncia o lugar próximo ou o silêncio de aldeias hindus, onde não se criam animais para o pecado de matá-los, o odor inconfundível dos bazares muçulmanos, composto principalmente do aroma das especiarias, que também se sente nos mercados do Brasil ou do México, o cheiro a mijo do deserto por onde passou ou acampou a caravana, o fartum estival da multidão comprimida no metropolitano, o incomparável acetinado das peles pretas sobre que tantas vezes estala o chicote [...]»

Citações extraídas de *Memórias de um Geógrafo*, 2003²⁴

A Geografia Humana estuda a actividade humana num quadro físico que a sustenta no território. Como tal, a descrição da interacção entre a sociedade e o espaço possibilita o entendimento por parte do homem do espaço que ocupa. Apresenta-se como aquela ciência que se realiza através de uma leitura crítica e sistémica do entendimento e das transformações humanas que a envolve no tempo e no espaço.

A paisagem humanizada “é o resultante da acção multissecular, contínua ou intermitente, do homem sobre a paisagem natural, apropriando-se dela e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo o que a sua experiência, os seus conhecimentos e a sua intuição lhe foram ensinando, experiência transitada de geração em geração”.²⁵

A palavra paisagem serviu para descrever e classificar territórios marcados pela tonalidade comum de factos físicos e humanos, que se relacionam muitas das vezes entre si. A paisagem é também o produto material das intervenções do homem sobre a superfície terrestre ao longo do tempo. A intervenção sobre a paisagem pode ser material ou de

²⁴ in <http://www.orlando-ribeiro.info/renovador/index.htm>

²⁵ Caldeira Cabral, citado por Cancela de Abreu, *cit.*, 2004, p. 29.

representação, construção de uma imagem sobre a realidade física e material, segundo uma determinada interpretação.

A percepção da paisagem como espaço de habitar reúne todas as dimensões da percepção humana: tátil, olfactiva, auditiva, e não apenas visual, e realiza-se através da fruição do espaço.

A paisagem como construção social é assim uma “superfície de *continuum* concreto e imaterial, imprescindível na conexão entre sociedade e meio, ultima e contextualiza a existência do homem e o seu meio à superfície da terra”²⁶. Deste modo, um lugar reconhece-se porque alguma marca o identifica. Esse sinal constitui um registo de afirmação no território, respondendo a uma vontade de o ordenar, quer seja virgem ou humanizado. Assim, a paisagem representa o acto do sujeito sobre um território. A paisagem como superfície habitada, resultado da acção do homem, alude para a intenção da transformação do lugar na paisagem.

Nos caminhos da paisagem que se aproximam das ciências físicas, esta é identificada como uma porção de meio físico, uma realidade material, portadora de características próprias de uma sociedade e de uma cultura que a habita; deste modo, a paisagem encontra-se entre o território e a representação. Quer sejamos realistas ou subjectivistas, reconhecemos que a paisagem está dependente desta relação de mediação, variando a sua função e o seu significado.

Já para Pierre Gourou, geógrafo de referência na geografia humana, no seu livro: “Por une géographie humaine”, referência importante quanto aos conteúdos e métodos da geografia humana.

«La géographie représente le désir de comprendre les paysages tels qu'ils sont. Eux-mêmes sont un aboutissement de l'histoire sur une certaine surface, qui n'est pas déterminante. Les Chinois ne sont pas Chinois parce qu'il y a dans la Chine quelque chose qui ferait qu'ils soient Chinois. Les

²⁶ Cf. Madureira, A., 2004, p. 35

Chinois sont Chinois parce qu'il y a une civilisation chinoise" Pierre Gourou, 1993»²⁷

Michel Bruneau, no seu artigo *Pierre Gourou*, "Géographie et civilisations", diz-nos que o conhecimento dos factores de civilização como condição importante, para além dos elementos que se apresentam à observação empírica; e que não deveriam ser considerados como ecossistemas, mas sim como lugares equipados segundo as necessidades das sociedades que os transformavam, enfatizando deste modo as causas e os processos que os haviam produzido. Remete-nos ainda para as questões patrimoniais, as quais, muito embora não sejam privadas de sentido encontram colocação em novas estruturas, com articulações e níveis de funcionalidades diferentes, mas adquirindo novos significados sociais e culturais. Sublinha ainda que as paisagens não são intocáveis para P. Gourou, elas deveriam ser refrescadas, transformadas, salientando que a partir do entendimento dos aspectos herdados a paisagem nunca seria danificada. Deste modo, Pierre Gourou defende o estudo da paisagem baseado na História e na Arqueologia, entre outras disciplinas, para perceber o legado de um dado território, uma vez que é através da interpretação dessas relações/acções que passaram necessariamente pelos homens que criam a paisagem através da cultura da sua sociedade.

«La géographie de P. Gourou est une analyse des paysages humanisés qu'il relie au milieu naturel qui est leur support. La configuration actuelle de ces paysages n'est pas directement déterminée par ce milieu comme beaucoup à diverses époques l'ont affirmé, mais résulte de l'interposition d'un troisième terme qui est la civilisation.»²⁸

Podemos sintetizar que a problemática da paisagem pode estar nas desarticulações formais e temporais da acção humana, como na descrição do aspecto exterior, sendo relevante nas comparações entre lugares semelhantes a diferença da sua geografia humana, ou melhor, entre estados contínuos de um mesmo lugar através da História.

²⁷ ap. Michel Bruneau, Pierre Gourou (1900-1999), *Géographie et civilisations*, <http://lhomme.revues.org/docannexe3047.html>

²⁸ idem, p.20

1.3 Da Ecologia

«Our power to transform the earth has promoted the illusion that we control nature, that we are some how separate from it (...) Our survival as a species now depends upon whether we can adapt our environment in new ways. The resolution of this fundamental issue of our age will determine our viability as a species. We must adapt both our institutions and our buildings, landscapes and settlements to this end. (...)»

Anne Spirn, 2001²⁹

O termo ecologia tem as suas raízes no grego “oikos” que designa casa e habitat. Trata as relações entre os seres vivos com o ambiente, trata das biocenoses com o seu ambiente, do equilíbrio entre os seres vivos. Segundo o dicionário Aurélio [*De eco- + -logia.*] “Parte da biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ou ambiente em que vivem, bem como as suas recíprocas influências. É um ramo das ciências humanas que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua consequente adaptação a ele, assim como novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social possam acarretar para as condições de vida do homem.”³⁰

A ecologia desenvolveu-se com a noção fundamental de ecossistema, que foi considerada a diferentes níveis de análise espacial. Segundo Teresa Andresen, citando Richard Forman e Michel Godron, a ecologia da paisagem surgiu durante os anos setenta, sendo usada pela primeira vez pelo geógrafo alemão C. Troll³¹ (*Landschaftokologie*), “definindo-a como o estudo das relações físico-biológicas que governam as diferentes unidades espaciais de uma região.”³² No início a ecologia da paisagem surge assim como uma disciplina unificadora “entre a abordagem espacial-corológica dos geógrafos e a funcional e estrutural dos ecologistas”³³.

²⁹ Anne Spirn, 1998

³⁰ Dicionário Aurélio, Cit 2004

³¹ Cf. Álvaro Domingues, *Finisterra* nº 72, 2001, p. 63

³² Cf Andresen, 1992

³³ Idem, p. 148

A ecologia tende a adoptar uma postura mais objectiva perante a paisagem. São diversos os campos disciplinares que tendem a adoptar uma posição mais realista, mais objectiva, considerando que a realidade é mais importante do que a sua representação tal como a geografia, arquitectura, ordenamento. Pode-se ainda acrescentar que na base da paisagem existe uma porção de espaço material enquanto estrutura e sistema ecológico, independente da percepção. Esta materialidade que enraíza a paisagem no espaço é o único conteúdo comum às várias representações paisagísticas de uma mesma porção de espaço.

Segundo Teresa Andresen, a ecologia da paisagem é uma evolução do sentido da palavra. O âmbito da ecologia da paisagem está relacionando com o papel activo do sujeito, no meio ambiente.

Paisagem é o que perspectivamos diante de nós, a partir do espaço envolvente, sendo apreendida por um sujeito cuja maneira de perceber é diferente; não depende só do campo de visão, mas também dos referenciais individuais de cada um.³⁴

No campo teórico, em 1978 Georges Bertrand publica o artigo “Le paysage entre la Nature et la Société”, em que procura constituir o sustentáculo conceptual para o estudo científico da paisagem. No seu artigo, refere a impossibilidade de existência de uma ciência de paisagem na acepção global do termo. Salienta-se aqui o interesse de diversas disciplinas sobre esta temática tradicional da geografia.³⁵ Georges Bertrand parte de uma rejeição da geografia clássica, pela sua manifesta falta de bases que a tornavam inapta a enfrentar a complexidade socio-ecológica inerente à paisagem.

Partindo da análise do geossistema, é possível apreender o conhecimento total do complexo geográfico natural; uma parte do sistema natural que age no interior de cada paisagem pode, desta maneira, ser perfeitamente apreendido por ele mesmo, mas não é suficiente para o entendimento da paisagem. Para a sua ampla apreensão, não chega a análise das partes. É necessário perceber a forma, estrutura e funcionalidade.

³⁴ Bertrand, 1968

³⁵ Cf., Ribeiro. Ana S 2004, p.13

Reflectindo sobre a capacidade de a ecologia ter substituído a geografia no estudo da paisagem, pode afirmar-se que de facto a investigação sobre a paisagem estaria inscrita no corpo geral da ecologia científica, na fímbria do discurso e com uma reflexão crítica. Aliás, isto reforça a existência de reservas quanto à aplicação de um método científico ao domínio social, em que a redução da realidade social aos seus conceitos biocêntrico e ecossistémicos não são intenções da ecologia.

Bertrand localiza os estudos da paisagem na relação objecto-sujeito numa dialéctica simultânea, sendo duas faces de uma mesma paisagem, defendendo que é necessário um método para o entendimento global da paisagem Procura sobretudo contrariar a ideia de duas correntes independentes, em que a paisagem surge em dois caminhos a seguir, quando se trata de caminhos que se complementam, fazendo parte um do outro.

Bertrand defende ainda que não haveria progresso possível sem o reconhecimento da globalidade do fenómeno paisagístico e a elaboração de um método apropriado.

«Considerando a paisagem como um dos processos do polissistema sócio-ecológico, Bertrand coloca em evidência algumas das suas contradições: entre o estado ecológico real e a sua interpretação social; entre o modelo dominante de representação e a realidade vivida pelas classes sociais; entre os modelos espaciais impostos, as capacidades económicas e as aspirações das diferentes classes sociais.»³⁶

Embora reconhecida como entidade subjectiva, a paisagem, na década de 60, com Bertrand, situa-se dentro da proposta de uma geografia física global, deixando de lado a abordagem separatista tradicional, ansiando por uma geografia comprometida com a busca do todo.

Assim, a paisagem assume um carácter científico, deixando de ser apenas o que se vê, uma simples adição de elementos geográficos desconexos. A sua proposta está fundamentada na concepção sistémica:

³⁶ Ribeiro. Ana S., p.17

«(...) uma porção de espaço caracterizada por um tipo de combinação dinâmica, portanto instável, de elementos geográficos diferenciados - físicos, biológicos e antrópicos -que ao actuar dialecticamente entre si, fazem da paisagem um conjunto geográfico indissociável, que evolui em bloco, tanto sob os efeitos das interacções entre os elementos que o constituem, como sob o efeito da dinâmica própria de cada um dos seus elementos considerados separadamente»³⁷

O conceito de *paisagem* ficou quase estranho à geografia física moderna e não tem suscitado nenhum estudo adequado. É verdade que uma tal tentativa implica uma reflexão metodológica e pesquisas específicas que escapam parcialmente à geografia física tradicional. A *paisagem* não é a simples adição de elementos geográficos apostos. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e humanos que, reagindo dialecticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialéctica tipo/indivíduo é próprio fundamento do método de pesquisa. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem total, integrando todas as implicações da acção humana.

³⁷ Bertrand, 1968

2.1 Da Histórica/Ciências Humanas e Antropológicas

Devemos salientar agora a importância da abordagem da paisagem no campo da Estética, da História da Arte, da Antropologia ou da Etnologia, da Literatura.

No que concerne à visão histórico-social e do território, um território este é importante para a História, na medida em que evoca uma relação temporal passada, isto é, que teve lugar num tempo mais ou menos distante. Mas no que concerne à geografia histórica, é ao mesmo tempo o trabalho do geógrafo e do historiador.

Alain Corbin, historiador, refere no seu livro “L’homme dans le paysage” que a paisagem é uma maneira de ler e analisar o espaço, de o representar, para atingir as carências que extrapolam a percepção sensorial, de o esquematizar a fim de o oferecer à apreciação estética, de o carregar de significados e emoções. A paisagem surge assim como o resultado de uma interpretação, de uma leitura, de uma apropriação cognitiva por parte do leitor, que parte da objectividade do espaço para a subjectividade da sua apreensão. Assim, a paisagem só existe se for apreendida por um observador.³⁸ “A paisagem fixou-se, assim, na sua dupla condição de realidade física e de construção ideológica, socialmente inculcada e difundida como um dos factores centrais da identidade nacional.”³⁹

Também o historiador da paisagem Jean Robert Pitte cogita que se nos situarmos ao encontro de toda a abordagem naturalista e quantitativa, podemos dizer que a paisagem é a realidade do espaço terrestre percebido e deformado pelos sentidos e que a sua evolução repousa inteiramente entre as mãos dos homens que são os herdeiros, os seus autores, os responsáveis.⁴⁰

A paisagem é, assim, a expressão observável à superfície da terra, pelos sentidos, da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens. Ela é essencialmente mutável e não pode ser apreendida senão na sua dinâmica, isto é, no quadro da história.⁴¹

³⁸ Cf. Madureira, A., 2004, p. 11

³⁹ Álvaro Domingues, *Finisterra* nº 72, 2001, p.2, Cf. Corbin, 2001:151-182

⁴⁰ Cf. Madureira, A., 2004, p. 11

⁴¹ Cf. Idem, p. 11

“As abordagens históricas – culturalista e artística, – conotam a paisagem com uma representação de ordem estética, de origem “pitoresca”, de origem “pitoresca”, originária do campo da pintura (séc. XVI), designando uma representação de vistas campestres ou de jardins. Historiadores e críticos de arte mantêm esta acepção que conota o termo essencialmente com a representação estética do mundo: a paisagem é imagem, seja ela mental, verbal, representada em pintura ou realizada sobre o território”⁴²

Alain Roger, no seu “Court traité du Paysage” diz-nos que embelezar a natureza é “Artealisation in situ”, directamente em relação com o lugar, e *in visu*, indirectamente em função do olhar. É necessário preparar o olhar para descobrir a beleza da natureza, através do processo de embelezar a natureza, é “artealizar in situ”.⁴³ Esta “Artealisation” pela arte é a chave da teoria da paisagem. Para além do olhar, aparece aqui a paisagem como modo de acção, parte integrante do fazer. Não se trata aqui de uma tradição da qual a única finalidade seria um resultado, mas a introdução de uma dimensão artística no processo de elaboração – a estética como motor de acção.

No campo disciplinar da Antropologia, Augustin Berque constitui uma interpretação cultural com a noção de paisagem fortemente influenciada por estudos e comparações com as culturas orientais, desenvolvendo a dimensão simbólica da paisagem. No artigo intitulado “Des Toits, des Étoiles” (o tecto e as estrelas) desenvolve a temática da relação entre espaço construído e espaço natural.

A. Berque no seu livro “ Cinq propositions pour une théorie du paysage”⁴⁴, aborda as questões em que concepção social da cidade e da natureza são complementares, existindo uma relação polar essencial ao conceito de paisagem. A paisagem surge então como uma leitura, uma apropriação cognitiva por parte de um observador, que parte da objectividade do cenário físico para a subjectividade da sua apreensão. É portanto, mais uma vez, uma relação objectiva e subjectiva. A concepção social de cidade está para Berque necessariamente separada da de natureza, sendo ambas complementares: nem a natureza nem a cidade existiriam em si, sendo instituídas pelo homem numa relação polar de

⁴² Besse, 2000

⁴³ Cf. Madureira, A., 2004

⁴⁴ Cf. Berque, A, 1994

necessária subsidiariedade, como tudo aquilo que não depende do homem para existir. Ele define, assim, a paisagem como a “consciência entre a imagem sensível e os seus dados reais, físicos e objectivos; a paisagem como um acto de transformação simbólica do espaço.”⁴⁵ Berque concebe assim a paisagem como uma representação social, derivada da relação da sociedade com o seu ambiente e constituiria uma entidade nem objectiva nem unicamente subjectiva (uma metáfora), estando contida entre estes dois pólos teóricos, não sendo só uma simples representação subjectiva, mas uma *trajection*⁴⁶, emergindo geo-historicamente de uma mediação entre sujeito e objecto.

O valor na paisagem está em liderar indivíduos ou grupos, em definir as suas relações com o ambiente. De acordo com A. Berque, o ambiente pode ser visto como um campo de relações criadas por um grupo com o seu ambiente, entrelaçando factos materiais e representativos. As representações são construídas com o uso do ambiente, e inversamente, a transformação do território é determinada pelo grupo que a constrói. Estas duas dimensões, uma simbólica e fenomenológica, e a outra ecológica e material, combinam-se com o factor tempo, para formar uma *trajection*. Berque não refere o valor na teoria, mas a noção reforça as suas ideias, e está implícita no que ele chama *mediance*, o sentido de ambiente, envolvendo objectivo, cognitivo, e significado. *Mediance* é a produção via a *trajection*. A paisagem aparece-nos assim como um símbolo de uma dialéctica entre a natureza e cultura, onde a natureza é o modelo do dado em si, do contexto, o conjunto de representações do génio do homem continuamente construídas ao longo do espaço temporal.

É mais que um conceito, é um campo pluridisciplinar de conhecimento, estando inteiramente relacionado com um sujeito. Diferentes campos disciplinares observam diversos sujeitos – indivíduos, grupos sociais, culturas – e a partir destes elaboram quadros conceptuais e metodologias de conhecimento da paisagem. Por exemplo para o artista interessa a sua visão pessoal, para o geógrafo interessa a perspectiva dos grupos sociais e a sua interacção com o território, para o historiador poderão interessar os três níveis de percepção. Os diferentes sujeitos são portadores de diferentes mentalidades, culturas, formações e intencionalidades, factores que condicionam a sua interpretação do mundo que os rodeia.

⁴⁵ Cf. Idem, p. 12

⁴⁶ Berque, A. 1999, p. 84-85 “[...] Le symbole, inversement, abolit immatériellement les distances: il re-présente les choses, absentes comme si elles étant présentes, à même notre corps. La trajection conjoint ainsi transfert matériel et métaphore immatérielle.”

CAPITULO II - TERRITÓRIOS DO PATRIMÓNIO

2.1 Interpretar o território

Introdução

Neste capítulo definem-se os territórios do património, as entidades, as cartas, as convenções e recomendações para a protecção do Património e as tendências ao longo do tempo. Vai-se procurar enquadrar o território teórico do património na base de diversos discursos teóricos e metodológicos que permitam, a partir de uma reflexão sobre os conceitos de paisagem e património, elaborar uma síntese/contributo para a valorização do território e do planeamento rural.

Pretende-se expor o conceito e percorrer alguns caminhos, de modo a encontrar um fio condutor entre paisagem e património, num quadro teórico e na sua aplicação no território, através de diversas leituras e delimitando dois momentos distintos: primeiro, os conceitos e a evolução temporal e a tomada de consciência das questões do património, usando como base o livro “a alegoria do património” de Françoise Choay. Num segundo momento, reflectir sobre as normas internacionais do campo das cartas, recomendações e convenções elaboradas ao longo do tempo, os seus objectivos e intenções no âmbito do património cultural.

O objectivo central desta parte é entender as especificidades do património, percebendo as temáticas, as mudanças de perspectiva que sejam significativas para uma aproximação dentro da temática paisagística, numa abordagem patrimonial dentro de um sistema em que os níveis destas temáticas se articulam e se justapõem.

2.1.1 Do conceito de património

O território do património é vasto e tem origem no Latim “*patrimonium*”, segundo o Grande Dicionário Aurélio da língua portuguesa: aquela palavra significa herança paterna. Bens de família (bens que se herdam dos pais, ou dos avós, herança paterna, bens de família). Dote dos ordinandos. Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade. Significa também “A ideia de posse colectiva como parte do exercício da cidadania, inspirou a utilização do termo património para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos.”⁴⁷ Por extensão, este termo designou já os bens da Igreja, os bens da Coroa, no século XIII, os bens de significação nacional de uma parte, universais de outrora.⁴⁸

A noção de património passou também a estar passível de ser protegida por via das acções legislativas e está ligado às noções de património natural e património cultural, objectos da tutela do Estado. Património refere-se a bens ou conjunto de bens naturais, materiais ou imateriais, culturais de relevância reconhecida em certo lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, passíveis de processos de protecção e preservação. Hoje em dia, o termo património, graças à urbanização desenfreada do território e a uma tomada de consciência das ameaças dessa acção, evoluiu e passou a designar os bens que nos chegam do passado, quer seja o passado próximo ou recente. Assim, passou-se a enquadrar o património em duas vertentes: a cultural (paisagem organizada pelo homem) e a ordem natural (recursos, sítios ou *monumentos* naturais).⁴⁹

O *património* faz parte integrante da cultura⁵⁰, como a cultura é a realização material e imaterial de um povo na sua maneira colectiva de pensar e de sentir e ainda o conjunto de acções do meio que asseguram a integração dos indivíduos numa colectividade; então o património é o legado dessa acção cultural, em que a identidade de uma sociedade é lida, é a

⁴⁷ Maria Cecília Londres Fonseca, *O Património em Processo*, 1997, p. 58

⁴⁸ Cf. Pierre Merlin, 1965

⁴⁹ idem

⁵⁰ Definição de cultura segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa: “*é o conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade. O conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a acção humana individual e colectiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, etc. Categoria dialéctica de análise do processo pelo qual o homem, por meio de sua actividade concreta (espiritual e material), ao mesmo tempo que modifica a natureza, cria a si mesmo como sujeito social da história.*”

sua memória. Deste modo o património pode ser considerado um elemento intrínseco da cultura, o legado cultural que é passado de geração em geração. Já Françoise Choay sublinha que a expressão *património histórico* “designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado”⁵¹

A mesma autora afirma que o termo ganhou um novo sentido, na sequência da Revolução Francesa, devido à institucionalização do património, no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade, em que o património histórico, constituído pelas antiguidades, tem uma renovação iconográfica e conceptual, na época das Luzes. A ideia de um património comum a um grupo social, definidor da sua identidade e enquanto tal merecedor de protecção, perfez-se através de práticas que ampliaram o círculo dos coleccionadores e apreciadores de antiguidades e se abriram a novas camadas sociais: exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das colecções particulares.

Foi com as comissões revolucionárias, na sequência da Revolução Francesa, que o conceito terá ganho amplitude. Quando se iniciaram os actos de vandalismo e pilhagens aos bens da Igreja e da Monarquia, causando um vandalismo ideológico⁵², alguns políticos perspicazes sentiram a necessidade de salvaguardar “o património artístico e monumental da nação”⁵³, numa conservação reactiva. Importa salientar que os responsáveis adoptaram a metáfora da “herança, sucessão, património, conservação”⁵⁴ em que a noção de património é separada em bens móveis e imóveis. Convém sublinhar que na implementação destas intenções não havia infra-estruturais técnicas e financeiras que permitissem a manutenção adequada de modo a substituir os antigos possuidores do património em causa.⁵⁵

É também neste período que surge a conservação do monumento seguido de um aparelho jurídico e técnico, tendo sido afinados os seus conteúdos, forma e atitude por Vitet e Mérimée e a 1ª comissão de monumentos históricos.⁵⁶ Defende-se a ideia de que o arquitecto, para além de ter conhecimentos de História da Arte, deverá proceder ao estudo

⁵¹ F. Choay, 1999, p. 11

⁵² Cf. F. Choay, 1999, p. 92

⁵³ Idem, 92

⁵⁴ Cf. idem. p. 87

⁵⁵ Cf. ibidem. p. 90

⁵⁶ Cf. id. ibid, p.85

arqueológico do edifício, para que a partir das suas ruínas o possa reconstituir de modo a que coincida com o seu estado primitivo. Mais tarde, Prosper Mérimée (1803-1870), um jovem literário e historiador, torna-se no segundo Inspector-Geral dos Monumentos, aprofunda os postulados de Vitet e acrescenta que quando o traçado do monumento tenha desaparecido, não sendo possível conhecer o seu estado original, se copiem traços de outros monumentos nas proximidades ou pertencentes a outra época. Em qualquer caso prescrevia-se o estudo arqueológico para determinar a data de construção e, com base nesta informação, preservar o original ou reconstruí-lo, mesmo sem usar os materiais de que era constituído. Apesar do restauro do monumento segundo o seu estilo característico, imposto pelos inspectores-gerais franceses, que inicia a época do restauro estilístico, esta teoria de restauro está ligada ao nome de Eugène Viollet-le-Duc.⁵⁷

Já no Séc. XIX, é atribuído ao património um valor histórico, estético, nacional, comparável aos *monumentos* ditos históricos, e outros que não se enquadram neste conceito foram subdivididos em património arquitectónico, urbano e rural. Note-se que a aproximação dos monumentos aos tecidos urbanos, nesta época ditos menores, e que constituíam o essencial dos aglomerados antigos, originou também o seu reconhecimento. Saliente-se o reconhecido valor estético do aglomerado onde se enquadra o monumento.

2.1.2 Da noção de monumento

A palavra *monumento* etimologicamente deriva do latim *monumentu*, palavra que deriva do latim "monere," que quer dizer lembrar ou prevenir. Inicialmente, chamou-se monumento a qualquer artefacto edificado por uma sociedade ou grupo de pessoas, por comemorar ou lembrar as pessoas, eventos ou ritos, servindo também para conservar a identidade.⁵⁸

No século XIX, o vocábulo *património* passa a ser substituído por *monumento histórico* e *monumento*, significados que passaremos a esclarecer mais abaixo. Esta terminologia de *monumento histórico* pode ser atribuída a Aubin-Louis-Millin, antiquário naturalista votado à conservação iconográfica dos objectos destinados à destruição durante a Revolução

⁵⁷ Cf. F. Choay, p.80

⁵⁸ Cf. Merlin P., F. Choay, 1988, 429

Francesa,⁵⁹ segundo a qual o monumento é um sinal do tempo, testemunho da história e memória da acção de uma determinada sociedade. Aubin-Louis-Millin sublinha também que o monumento, originalmente, é representado por qualquer artefacto edificado de uma comunidade de indivíduos, destinados a fazer recordar a outras gerações acontecimentos ou actos, quer sejam religiosos, políticos ou culturais, encontrando-se neste momento no subconsciente da comunidade, que com ele se referencia e lhe dá valor intrínseco.⁶⁰

Actualmente, associamos a monumento histórico à ideia de uma paisagem natural, um pedaço de cidade ou eventualmente um edifício singular, que pelas suas características intrínsecas transmite significado para um determinado local onde a sua perda constituiria um dano irreparável.

F. Choay atribui a Alois Riegl um dos maiores contributos no que concerne à noção de monumento, na medida em que definiu o monumento histórico com precisão e coerência. A. Riegl, quando se refere aos “monumentos históricos, os distingue de rememoração (*Erinnerungswerte*), estão ligados ao passado e fazem intervir a memória” e inscrevendo ainda um novo valor: o da antiguidade, relativo à idade do monumento enquanto outros da “contemporaneidade (*Gegenwartswerte*), pertencem ao presente”⁶¹. Distingue assim deliberados de não deliberados. Deliberados são aqueles que foram feitos pelo autor para marcar o território, e os não deliberados aqueles que, segundo o autor, são também históricos⁶², mas que não foram elaborados para construir memória. Saliente-se que o significado dos monumentos não é devido ao seu objecto original, mas antes ao valor que lhes é atribuído pela sociedade actual, que deste modo os converte em património.

⁵⁹ Ibidem, p. 85

⁶⁰ Cf. Merlin P., F. Choay, 1988, p. 430

⁶¹ Cf. F. Choay, 1999, p. 139-140

⁶² Cf. Pau Preto, 2005, p. 11

2.1.3 Da textura do património

É através do pensamento de três singulares personagens, com origens culturais bastante diferentes, desde metade do século XIX e os inícios da segunda guerra, que “a noção de património urbano histórico constitui-se na corrente do processo de urbanização dominante.”⁶³ a figura memorial de J. Ruskin, a figura histórica de Camillo Sitte e a figura historial de Giovannoni.

O primeiro pensamento surge, em Inglaterra, por J. Ruskin. Foi o primeiro a insurgir-se contra as intervenções que possam ferir a estrutura das cidades antigas, onde “esta textura é a essência da cidade”⁶⁴ Para Ruskin os tecidos antigos da cidade constituíam o âmago desta, objecto de valor incalculável, memória colectiva que tinha de ser preservada. Esta tomada de posição deve-se à consciência do valor da arquitectura anónima na construção dos aglomerados históricos, em conjunto com os edifícios monumentais, sendo um sistema patrimonialmente elegível. Deste modo, o pensamento de Ruskin defendia que os tecidos antigos da cidade constituíam a sua essência, um objecto patrimonial de valor incalculável, desempenhando um papel memorial que tinha de ser preservado e ainda o papel de monumento histórico. Por esta razão, afirmava que “todas as antigas aldeias e todos os estabelecimentos colectivos tradicionais do mundo, possuíam, num grau mais ou menos constrangedor, o duplo e maravilhoso poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo”⁶⁵

Já Camilo Site, no seu livro “A urbanização nos seus princípios estéticos”, consciente do resultado da Revolução Industrial, constatando a falta de qualidade de algumas obras produzidas entretanto e do património que se perdia, aplicou os seus esforços na procura de princípios constantes, recorrendo-se da análise morfológica da cidade que pudesse posteriormente formular regras gerais para a construção sustentável da cidade, como: princípios conceptuais e formais. F. Choay foi considerada a “criadora da morfologia urbana”.

⁶³ Cf. F. Choay, 2000, p. 155-158

⁶⁴ idem p. 155-158

⁶⁵ ibidem, p 159

Todavia, o estudo da morfologia das cidades antigas e a criação de ferramentas “heurísticas sem equivalente” demonstra uma postura de reaproximação da propedêutica de Viollet-le-Duc, duas décadas antes. Na realidade, as obras de Sitte e Viollet-le-Duc, para além do racionalismo comum, tinham como objectivo a procura “de vias de uma criação contemporânea, que responda às necessidades originais de uma civilização sob os efeitos de uma transformação técnica, económica e social.”⁶⁶

Porém, citando F. Choay, Camillo Sitte considera que chegou ao fim a cidade pré-industrial e que uma nova está em gestação, existindo o testemunho de um passado, o qual é prenúncio de perda. Por ser considerada um testemunho histórico, a cidade perde a sua alma, a sua vida, tornando-se numa cidade cristalizada no tempo.

O conceito de património elaborado por Giovannoni foi criado através das sínteses das figuras anteriores, transcendendo-as. Define “um valor de utilização e um valor museológico aos conjuntos urbanos antigos ao integrá-los na concepção geral da organização territorial”. Giovannoni é o primeiro a utilizar o termo *património urbano*. Por isso definiu, ao contrário das outras correntes, que a cidade histórica não pode ser considerada um somatório de monumentos históricos independentes, mas sim um tecido urbano com carácter especial, integrando os aglomerados antigos numa organização territorial, mas nunca subtraindo o seu valor museológico e funcional. Isto porque as dinâmicas territoriais das novas sociedades atribuídas à urbanização obrigavam a um sistema de “comunicação multipolar”⁶⁷, originando alterações nos modos de vida dos habitantes e dos tecidos urbanos que formavam a cidade. Deste modo, Giovannoni afirma que “os centros urbanos, os bairros, os conjuntos de velhas ilhotas podem responder”⁶⁸ às necessidades, às novas funções, podendo reencontrar um sentido futuro para estes tecidos urbanos, com o prejuízo de que aí se implantem actividades incompatíveis com a morfologia e sendo prejudiciais ao equilíbrio do sistema urbano, em virtude das vantagens dessa nova utilização: “A par dos monumentos históricos, eles são portadores de valores artísticos e históricos, mas também do valor pedagógico”, “verdadeiros catalisadores da invenção de novas configurações espaciais.”⁶⁹

⁶⁶ Ibidem, p. 163

⁶⁷ F. Choay, 1999, p. 170

⁶⁸ idem, p. 170

⁶⁹ Ibidem, p. 170-171

Em conclusão, Giovannoni define a intervenção no património urbano assente em 3 grandes princípios:

a) “(...) o fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento (...) local, regional e territorial, que simboliza a sua relação com a vida presente. Neste sentido o seu valor de utilização é simultaneamente legitimado tecnicamente, por via de um trabalho de articulação com redes primárias de organização, e humanamente, “pela manutenção do carácter social da população”.

b) “o conceito de monumento histórico não poderá designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere(...) As imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial.”

c) “os conjuntos urbanos antigos pedem procedimentos de preservação e de restauro análogos aos defendidos por Boito para os monumentos”.⁷⁰

Segundo Choay, a classificação de monumento histórico sofreu ao longo do tempo, e principalmente depois do fim do séc. XIX, uma evolução: a atribuição de um valor histórico, estético, nacional comparável ao dos monumentos ditos históricos, a uma série de artefactos que não pertencem à designação de monumento, o que obrigou a subdividi-los em património arquitectónico, urbano e rural.⁷¹

Regressando ao conceito de património e seguindo o raciocínio de F. Choay, ele representa hoje em dia os bens herdados, quer seja dum passado recente ou longínquo, sendo que estes bens podem ser de ordem natural ou cultural; os de ordem cultural representam aqueles que foram criados pelo desejo do homem de marcar o território; os bens naturais são representados pelos recursos naturais, sítios ou *monumentos* naturais de um dado território.

O debate dos nossos dias é o de considerar não só os monumentos excelentes, mas também os contextos ambientais e os ecossistemas territoriais. Actualmente, são considerados como bens patrimoniais não só bairros, mas também aglomerados ou parte de cidades ou aglomerados rurais. Neste contexto estão ainda incluídos os edifícios industriais, a

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 172

⁷¹ Cf. Pierre Merlin, 1998, p.472

arquitectura vernacular, rural e aglomerados rurais. No que concerne ao património rural, F. Choay alerta para o facto de este tipo de património estar em vias de adulteração e desaparecimento, devido à protecção deficiente e à inexistência de processos ou programas relativos à salvaguarda da paisagem rural.⁷²

Para S. Gideon, no seu livro “Spazio, tempo e architettura”, a representação reduz-se a uma projecção fantasmagórica do sujeito e da sua transitoriedade. É também isto que nos faz olhar o passado como um lugar estável de valores. A problemática de conservar uns valores patrimoniais em vez de outros, aponta para a questão, quantitativamente mais alargada e pertinente: o que destruir?

É urgente, creio, reflectir sobre a acção de construir, em oposição a cada especulação, a cada negação dos valores da paisagem, uma teoria da destruição que não só se aproxima da ideia de que tudo o que é construído pelo homem enquanto documento tenha efectivamente um valor, mas que depois renuncia aos princípios segundo os quais se fixam as necessidades e prioridades da destruição.

Não se trata só de estabelecer quais as áreas que venham a ser defendidas com respeito a outras deixadas à indiferença da construção, mas escolher e vincular a demolição de tecidos, construções, grupos de construções específicas sobre as quais paira um juízo negativo, um juízo difícil e simétrico em relação às que se conservaram.

Conservar quer dizer agora consolidar os pontos de partida onde se podem iniciar as estruturas que respondem a novas necessidades presentes, o lugar onde as carências provocam real necessidade e assumem a sua forma dialogante, nos confrontos do passado e do património.

A noção contemporânea de património é cada vez mais abrangente, de tal forma que tudo pode ser considerado património. Michel Lacroix, no seu livro “O Princípio de Noé, ou a ética da salvaguarda”, alerta para o facto de a sociedade, tal como Noé, tende a salvar os utensílios da civilização, classificar tudo o que os envolve, onde a crescente diversificação dos objectos classificados pode levar ao acto de não só classificar o monumento, mas de tudo o que o envolve. Por razões semelhantes, Ignasi de Solá-Morales, no seu escrito

⁷² Cf. Idem, Cit 1998,p.472

“património arquitectónico, o parque temático”, faz referência aos perigos da conservação dos monumentos históricos na nossa sociedade. Ignasi alerta para os efeitos perigosos das relações entre os monumentos históricos e a pertinência de algumas atitudes de “museificação”.⁷³ O acto da “museificação de la arquitectura, también en el sentido de Déotte, en los monumentos (faro de la memoria) o en las ruínas (testimonios de un genérico devenir del tiempo), están también sujetas al mismo proceso de exposición que fatalmente producirá su desaparición como objetos ligados a concretas situaciones y significados concretos. Dejarán de ser objetos comunes para entrar, gloriosamente, en un universo en el que, gracias a la suspensión de cualquier particularidad, será posible su inclusión en el empuje de los valores transhistóricos.»⁷⁴

O perigo passa também pelas “esforzadas elaboraciones de catálogos de protección monumental incorporan un edificio o un sitio en sus repertorios, estos objetos, arquitectónicos en nuestro caso, se deben despojar de su valor cotidiano, de cambio, emigrando de los circuitos de lo común hacia un nuevo mercado de valores: el de los objetos elevados a la consideración genérica, universal y abstracta de las ruínas, las obras de arte o los documentos históricos.”⁷⁵

Pode-se classificar como bens naturais, as paisagens, sejam elas inteiramente naturais ou humanizadas. As paisagens podem ainda ser culturais, sendo entendidas como obras combinadas da natureza e do homem, por exemplo o Alto Douro Vinhateiro.

As questões patrimoniais têm evoluído de tal modo que em todo o mundo, para além das classificações do património mundial (a ser abordada no ponto 2.2), numa atitude globalizada da cultura, passamos, nos últimos tempos, para políticas com intuito de preservar o património ou monumentos de interesse nacional/regional/local.

Actualmente na produção de espaço as imagens têm um papel essencial, no processo cultural que as/nos acompanha; é a partir da noção de património que temos mais opções de desmontagem dos fundamentos relacionados com os edifícios e aglomerados antigos.⁷⁶

⁷³ Termo atribuído a Jean- Louis Déotte, “*Le Musée, l’origine de l’esthétique*”, citado por Ignasi de Solá-Morales p. 197

⁷⁴ Ignasi de Solá-Morales, 2002, p. 197

⁷⁵ Idem, 2002, p. 197

⁷⁶ Cf. Alain Bourdin, 1984, p. 24

Nuno Portas alerta-nos para o facto de a salvaguarda do património dever começar por dar consciência aos cidadãos que habitam e trabalham nos aglomerados antigos, e que não estão votados ao abandono. Sublinha o Prof. Nuno Portas no seu artigo “ velhos centros, vidas novas” que a conservação do património não significa “ congelamento”, mas sim a defesa das estruturas, áreas ou até cidades com valor patrimonial. Continua dizendo que a reabilitação dos aglomerados depende da renovação contínua das estruturas existentes, na construção “passo a passo” e no desenvolvimento das suas próprias potencialidades encontrando para cada caso a solução adequada e não uma solução genérica preconcebida. O património deve estar integrado no conceito de perfil do aglomerado, como vector activo do seu desenvolvimento futuro não podendo ser abandonado ao jogo dos interesses particulares ou ao acaso.⁷⁷

2.1.4 Das normas internacionais

Após a abordagem da evolução do conceito do património, consideramos necessário verificar agora os documentos provenientes das instituições internacionais relacionadas com a salvaguarda e conservação do património.

Durante algum tempo, a atenção da preservação do património cultural esteve direccionada para o património arquitectónico e arqueológico, mais precisamente para os monumentos históricos. No que concerne à elaboração de normativas relativas ao património, foram feitas diversas tentativas ao longo do tempo, mas sem que se tenha produzido qualquer norma com abrangência global. Mais tarde, depois da 1ª Guerra Mundial, surgiram as primeiras normativas internacionais especialmente consagradas à salvaguarda do património⁷⁸.

Será com o aparecimento da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), criada pela ONU (Organization of Nations United) em 1975, para “contribuir para a manutenção da paz e da segurança ao estreitar, pela educação, pela ciência e pela cultura, a colaboração entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça,

⁷⁷ Cf. Nuno Portas, *Os tempos e as formas*, 2004, p. 155-160

⁷⁸ Miguel Correia, 2004, p. 14

pela Lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”⁷⁹, conjuntamente com contribuições de organizações não governamentais, como o ICOM (International Council of Museums) e ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) e ainda o Conselho da Europa, no âmbito europeu, que se inicia a publicação de cartas, convenções, resoluções e recomendações, sendo agrupadas da seguinte maneira:

“-as convenções, tratados ou pactos (aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos);

-as recomendações (definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada estado, mas sem carácter vinculativo);

-as resoluções do Conselho da Europa (resultantes de conferências de ministros ou seus representantes, não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adopção de recomendações e de convenções);

-e os restantes actos: cartas, orientações, princípios e os conceitos sobre determinada matéria, por forma a orientar a acção dos intervenientes, mas sem carácter vinculativo).”⁸⁰

Abordaremos sucintamente os principais objectivos difundidos pelas diferentes cartas, recomendações e convenções emanadas pelas instituições internacionais de representação europeia ou mundial. Decidimos abordar apenas as que consideramos mais pertinentes para a investigação. Dividimo-las segundo os seguintes critérios:

a) as que representam as bases doutrinárias sobre a conservação e o restauro de monumentos (“Carta de Atenas”, “Carta de Veneza”, “Documento de Nara” e “Carta de Cracóvia”);

b) as que surgiram com o alargamento da noção de património e as questões do urbano (“Carta internacional sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea” e “Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas”);

c) as de âmbito da Filosofia Europeia de salvaguarda do património e de responsabilidade planetária pela salvaguarda do património cultural (“Carta Europeia do

⁷⁹ in www.unesco.org

⁸⁰ Miguel Correia, op cit, 2004, p. 14

Património Arquitectónico” e a “Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial Cultural e Natural, da Unesco”, 1972);

d) por fim, aquelas que pela evolução da noção de património a novas áreas do conhecimento, exigem a abordagem de novas posturas da sociedade (“Apelo de Granada”, a “Recomendação nº R(89)”, 1989, sobre a protecção e a valorização do património arquitectónico rural e a “Carta sobre o Património Construído Vernáculo, México”, 1999).

Atende-se agora na síntese de cada um dos documentos atrás referidos em cada uma das alíneas:

a) 1.- Em 1937, realizou-se em Atenas o “**Congresso Internacional de Arquitectura Moderna**”, de onde saiu a Carta de Atenas. Devemos salientar deste documento: a salvaguarda dos valores arquitectónicos, os quais representam a expressão de uma cultura e são de um interesse geral para toda a humanidade; a não autorização do uso dos estilos do passado, em edificações novas, em zonas históricas, com o pretexto de preocupações estéticas. Segundo F. Choay, o documento é decalcado sobre o conceito de monumento histórico de património cultural universal: monumentos, conjuntos edificados, sítios arqueológicos ou urbanizados, apresentando “valor universal. Importa realçar a noção de património internacional, patente na cooperação e entreajuda dos países participantes.”⁸¹

a) 2.- A “**Carta de Veneza**”, aprovada em 1964, veio clarificar o conceito de monumento; diz-nos que o conceito pode ser aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural ou histórico com o passar do tempo, englobando não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Esta noção aplica-se, não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que se tornaram relevantes.⁸²

a) 3.- O “**Documento de Nara**” sobre a autenticidade, que resultou de uma conferência no Japão, em 1994, foi concebido no espírito da Carta de Veneza, em resposta às várias intervenções de restauro em monumentos históricos ou conjuntos arquitectónicos.

81C.f F. Choay, 1999

82idem

Este documento, no entanto, sublinha a “importância das fontes de informação nos estudos destinados a conhecer as características originais dos monumentos e reconhecer que o respeito devido a cada cultura exige que os bens culturais sejam analisados e avaliados segundo critérios adaptados as seus contextos culturais”⁸³ e ainda “a diversidade das culturas e do património cultural constituírem uma riqueza espiritual e intelectual insubstituível para toda a Humanidade.”⁸⁴

a) 4.- A “**Carta de Cracóvia**”, sobre a conservação e restauro do Património Cultural, aprofunda e actualiza a carta de Veneza. Feita sob a égide da União Europeia, pelo ICOMOS e pelo ICCROM, foi aprovada, na “Conferência Internacional Cracóvia 2000”. “A maioria dos conceitos defendidos tem as suas raízes na Carta de Veneza. No entanto, aprofunda a noção de conservação e a exigência da investigação, destacando as particularidades da variedade dos bens patrimoniais e acentuando a necessidade de participação dos cidadãos”.⁸⁵

b)1.- A “**Carta internacional sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea**”, de 1976, dentro dos olhares sobre a cidade, assume especial relevância na clarificação de conceitos: “conjunto histórico” ou “salvaguarda”. “Considera conjunto histórico ou tradicional, todo o grupo de construções e de espaços, incluindo os lugares arqueológicos e paleontológicos, que constituem uma fixação humana, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os antigos bairros urbanos, as aldeias e os casarios, assim como os conjuntos monumentais homogéneos, entendendo-se que estes últimos deveriam, por regra, ser conservados cuidadosamente, sem alterações. Entende-se por salvaguarda, a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais [...] e do seu tecido social, económico ou cultural.”⁸⁶

⁸³ http://whc.unesco.org/documents/publi_basictexts_pt.pdf, p. 118

⁸⁴ idem, p. 118

⁸⁵ Lopes F., Correia M, 2004, p..29

⁸⁶ In Carta internacional sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea. de 1976, aprovada pela UNESCO, em Nairobi, 1976

b) 2.- A “**Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas**”, de 1987, reconhece a situação lancinante, nas cidades históricas onde o “seu carácter cultural e social e inclusivamente económico” está a ser alterado e indica medidas e instrumentos concretos de actuação, nomeadamente a figura de plano salvaguarda⁸⁷.

c) 1.- Em 1975, estando Portugal num virar de página política e cultural, a Europa emana algumas preocupações na “**Carta Europeia do Património Arquitectónico**”: O documento inclui para além dos monumentos de excepção, o urbano antigo e o rural com tradições no seu ambiente natural ou construído.⁸⁸ No artigo nº 2 a carta aflora já os princípios de um desenvolvimento sustentável: “Trata-se de uma parte essencial da memória dos homens de hoje, e na falta da sua transmissão às gerações futuras, na sua autêntica riqueza e na sua diversidade, a humanidade seria amputada dum parte da consciência da sua própria duração”.⁸⁹ Refere ainda no artigo nº3 que “O património arquitectónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível”⁹⁰; podemos aqui entender uma necessidade pedagógica, uma ferramenta para a transmissão de saberes, quer no apontar de modelos de culturais.

c) 2.- Com intuito de salvaguardar o património de excelência, a UNESCO aprova no ano de 1972 a “**Convenção para a Protecção do Património, Cultural e Natural Mundial**”, pretendendo a uma escala mundial, preservar património cultural e natural de valor universal excepcional. É um dos primeiros documentos legais, com abrangência internacional, com o intuito de analisar/identificar, proteger/conservar e transmitir às futuras gerações, paisagens com valor universal excepcional.

Actualmente, os efeitos positivos dos benefícios da classificação, vão para além dos aspectos financeiros e técnicos; é uma oportunidade para projectar globalmente junto da comunidade internacional, um país, uma região ou um local, na expectativa de captar a oportunidade do turismo internacional para o desenvolvimento do território.⁹¹

A UNESCO definiu, para criar a *Lista do Património Mundial* de monumentos e sítios, três características para a classificação das paisagens Culturais:

87 Cf. Miguel Correia, 2004, p. 31

88Cf. Carta Europeia do Património Arquitectónico Amesterdão, Outubro de 1975, in http://home.fu.utl.pt/camarinhas/3_leituras12.htm

89 idem

90 ibidem

91 id, ibid

- “- Os monumentos - obras arquitectónicas, escultura ou pintura monumentais, incluindo grutas e inscrições, assim como os elementos, grupos de elementos ou estruturas de especial valor do ponto de vista arqueológico, histórico, artístico ou científico;
- Os conjuntos - grupos de construções isoladas ou reunidas que pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm um valor especial do ponto de vista da história, arte ou ciência;
- Os lugares - zonas topográficas, obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico.”⁹²

A lista da Unesco conta com “754 bens inscritos (582 bens culturais, 149 bens naturais e 23 bens mistos, situados em 129 Estados) entre os quais se incluem os 12 bens portugueses”⁹³: Centro histórico de Angra do Heroísmo, Mosteiro dos Jerónimos e torre de Belém, Mosteiro da Batalha, Convento de Tomar, Centro Histórico de Évora, Mosteiro de Alcobaça, Paisagem Cultural de Sintra, Centro Histórico do Porto, Gravuras Rupestres do Parque Arqueológico do vale do Côa, Floresta Laurissilva (na Madeira), Paisagem vinhateira do Alto Douro e o Centro Histórico de Guimarães.

d) 1.- **“O apelo de Granada - a arquitectura rural no ordenamento do território”**, Conselho da Europa, 1976⁹⁴, é um documento pertinente do Conselho da Europa. Trata e foca as problemáticas da “arquitectura rural e a sua paisagem”⁹⁵. Reconhece os graves perigos que os “desequilíbrios ecológicos”, provocados pelo desenvolvimento industrial da agricultura, estão a criar na paisagem rural, através da reconstituição das parcelas de terreno, “não se contentando com as antigas construções e, por outro lado temos o abandono, total ou parcial, das regiões cuja exploração agrícola já não é considerada rentável”.⁹⁶ O *Apelo de Granada* salienta que é preciso reconhecer no património arquitectónico rural não apenas valores estéticos, mas também o testemunho duma sabedoria

⁹² in *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, in Judite Primo, *Cadernos de Sociomuseologia* nº 15-1999

⁹³ Flávio Lopes, 2004, p. 31

⁹⁴ *Apelo de Granada* - a arquitectura rural no ordenamento do território, conselho da europa*, 1976, in Judite Primo, *Cadernos de Sociomuseologia* nº 15-1999

⁹⁵ idem

⁹⁶ Cf. ibidem

secular⁹⁷. No mesmo documento são considerados como fazendo parte desse património todas as construções isoladas ou formando um conjunto que estejam ligadas a actividades agropastoris e florestais, assim como à pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico ou pitoresco; se integrem na paisagem de modo coerente; alerta para o facto de o património se encontrar actualmente ameaçado e que o seu desaparecimento constituirá uma perda irreparável.

d) 2.-A **Recomendação nº R(89) 6**, aprovada pelo Conselho da Europa, em 1989, sobre a protecção e a valorização do património arquitectónico rural⁹⁸, realça que “o reconhecimento, quer do património construído quer do património natural impõe-se de forma imperativa aos Estados membros e às instituições europeias na definição das suas políticas agrícolas e ambientais”⁹⁹ e dá orientações para integrar a salvaguarda do património construído no processo de planeamento económico, de ordenamento do território e de protecção do ambiente, e ainda para dinamizar a valorização do património como factor privilegiado de desenvolvimento local.¹⁰⁰

d) 3.- Na sequência do tema do último documento abordado, a ICOMOS, na sua “**Carta do Património Vernacular Construído**”, aprovada em 1999, estabelece os princípios de conservação e protecção do nosso património construído vernáculo, em complemento à carta de Veneza. Evidencia que o “património vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo”¹⁰¹, sendo relevante no campo das estruturas vernaculares (não eruditas), que constituem um património extremamente vulnerável, já que são confrontadas com graves problemas de obsolescência (resultando em áreas florestadas, em áreas rurais pressionadas pela segunda habitação, em regiões turísticas, etc)¹⁰², de equilíbrio interno e de integração, motivados pela uniformização da cultura e pelos fenómenos económicos da globalização.

⁹⁷ Cf. id. ibid

⁹⁸ Lopes F., 2004, p. 31

⁹⁹ Recomendação nº R (89) 6, in Lopes F., Correia M., 2004, p. 219

¹⁰⁰ Cf. Recomendação nº R(89) 6, in Lopes F., Correia M., 2004, p. 219-222

¹⁰¹ Carta do Património Vernacular Construído, in Lopes F., Correia M., 2004, p. 285-289

¹⁰² Álvaro Domingues, *Finisterra* nº 72, 2001, p. 65

2.5 Uma definição de Paisagem Patrimonial

«Paradossalmente, parlare di cultura della distruzione significa in realtà parlare dell'idea generale di cambiamento, definirne i caratteri, gli obiettivi, gli interessi collettivi anche al di là della coscienza collettiva della loro necessità, e i processi all'interno dei collettiva della loro necessità, e processi dei quali trova un posto, non solo preminente ma necessario, la conservazione come rete dei punti eccellenti della città e del territorio, là dove si è sedimentato. Con Heidegger natura e storia non sono che le due dimensioni della temporalità, nella loro arruallizzazione al presente: la natura è l'anticipazione del futuro aperto dal pensiero scientifico, la storia è il compimento del passato realizzato dal pensiero ermeneutico, realizzando così una vera e propria ontologia della attualità.»

Manfredo Tafuri, in *Storia conservazione, restauro*, 1997¹⁰³

Convém antes de mais aclarar as noções de paisagem, património, cultura e território, para uma melhor definição de paisagem patrimonial. A cultura é o produto da actividade do homem. O território é um espaço produzido por um grupo social. A paisagem é a forma visível do território. O património é o significado da memória de algumas formas visíveis do território. Assim, o conceito de paisagem cultural, entendendo aqui o património como o significado, é a paisagem natural enriquecida pela actividade do homem e os seus efeitos no tempo.¹⁰⁴

Nicola Abbagnano diz-nos que é “um produto da formação, ou seja, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, (...) e ainda segundo os sociólogos e antropólogos, indica o conjunto dos modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de determinada sociedade”.¹⁰⁵ Já Kluckhohn e Kelly, citados por Abbagnano, definem cultura como “sistema histórico de projectos de vida explícitos e implícitos que tendem a ser partilhados por todos os membros de um grupo ou por membros especialmente designados”¹⁰⁶.

¹⁰³ Manfredo tafuri in “ il projecto del passato, 1997

¹⁰⁴ Carl Sauer desenvolve nos anos 20 o conceito de paisagem cultural.

¹⁰⁵ Dicionário da filosofia, 2003

¹⁰⁶ idem

O património faz parte integrante da cultura, como a cultura é a maneira colectiva de pensar e de sentir e ainda o conjunto de acções do meio que asseguram a integração dos indivíduos numa colectividade; então o património é a concretização da acção cultural, onde a identidade de uma sociedade é lida no seu património, na sua memória.

O património cultural ganhou, por via da reorganização do espaço europeu, novas orientações, novas definições, sendo uma das preocupações de um grande leque de sujeitos com uma visão tridimensional do espaço. Deste modo a paisagem como resultante da interacção espacial e temporal da relação entre o ser humano os restantes componentes é o repositório da evolução e relação entre os seres humanos e a natureza.

«O valor patrimonial da paisagem reduz-se, muitas das vezes, a um exercício de cenografia descolado das condições intrínsecas de produção e de evolução dessas paisagens, e que sobrevaloriza os elementos pitorescos tradicionais (socalcos, muros, arquitecturas vernaculares, ruínas, sítios arqueológicos, lugares excepcionais, simbologias, mitos...), convertidos em ícones de uma autenticidade cultural perdida e em imagens de modos de vida supostamente harmoniosos e bucólicos»¹⁰⁷

O alto Douro vinhateiro é um excelente exemplo do que poderemos chamar de paisagem patrimonial no contexto das Paisagens Culturais - Património da Humanidade. Enquadra-se nas definições de património cultural da convenção da UNESCO: "lugares naturais ou as zonas naturais rigorosamente delimitadas que tenham um valor especial do ponto de vista da ciência, da conservação, da beleza natural, ou das obras conjugadas do Homem e da Natureza"¹⁰⁸. Este é um bom exemplo para o entendimento das razões da patrimonialização da paisagem.

A recente classificação do Alto Douro Vinhateiro como Paisagem Cultural Património da Humanidade, permite-nos clarificar melhor os objectivos e as justificações da "patrimonialização" das paisagens.

¹⁰⁷ Álvaro Domingues, *Finisterra* n° 72, 2001, p. 63

¹⁰⁸ In www.unesco.org

A proposta do Alto Douro Vinhateiro, delimitado pela zona central da Região Demarcada do Douro, enquadra-se na categoria de paisagens que evoluíram “organicamente, com origem num imperativo social, económico, administrativo e/ou religioso.”¹⁰⁹ É caracterizada, em termos de paisagem, pela grandiosidade do vale, pelo seu desenho da vinha em socalcos e pela presença do sistema hidrográfico, de afluentes e rio Douro encaixados nas encostas do Vale.

“(…) a expressão de uma relação singular com os elementos naturais. O seu carácter é determinado por uma sábia gestão da escassez de solo e água e do elevado declive do terreno e resulta da observação permanente e intensa, do ensaio localizado e do conhecimento profundo da adaptação da cultura da vinha a situação tão adversa. Ela é a expressão da determinação e da ousadia humana. É a expressão do engenho humano e da sua compreensão do ciclo da água e dos materiais. É a expressão da afeição intensa e quase amorosa à vinha. Traduz-se numa intensa escultura de encostas armadas onde a cultura da vinha assume preponderância ao lado da oliveira e da amendoeira e de um mosaico de parcelas constituído por matos mediterrâneos. A inscrição na paisagem das diversas formas de armação da vinha é a manifestação por excelência da relação aqui estabelecida com os elementos naturais que levou à criação de solo e à construção artística de um contínuo imenso de socalcos suportados por muros (...). Porém, a paisagem é um todo e é evolutiva. É um mosaico diversificado de culturas, matos, linhas de água, aglomerados e assentos agrícolas distribuídos por quintas e casais. Hoje, a evolução das formas de construção da paisagem prosseguiu em coexistência com as formas tradicionais, contribuindo para a perpetuação de uma actividade económica próspera e sustentável.”¹¹⁰

Uma paisagem patrimonial, no caso do Douro Vinhateiro, é o resultado de um território cultural e de um “espaço identitário dinâmico de produção e consumo cultural, aberto e habitado”, onde se sucedem os eventos num dado território; é sulcado por monumentos, conjuntos e sítios, museus, centros de interpretação, itinerários sinalizados, elementos que são marcas de uma paisagem antropizada.”¹¹¹; este tipo de paisagem patrimonial/cultural está relacionado com um “projecto de valorização de um dado território”. Este depende de uma “estrutura organizativa, capaz de liderar um processo de desenvolvimento sustentável,

¹⁰⁹ Álvaro Domingues, *Finisterra* n.º 72, 2001, p. 64

¹¹⁰ Bianchi de Aguiar e tal., (2000) citado por Cancela de Abreu,

¹¹¹ Cf. www.oa-castelobranco.org/conteudos/files/glossariodetermosdepatrimonio.doc in A Carta Municipal do Património e os Planos Directores Municipais de 2.ª Geração – Seminário - Ippar e Ordem Dos Arquitectos / Delegação Do Distrito De Castelo Branco – Conclusões - 20 e 21.05.2005», p. 21

encarregue da gestão de uso do património em rede e dedicada à aplicação de uma estratégia interpretativa desse território, cuja elaboração deve ser o aspecto metodológico central de qualquer projecto de valorização do património”¹¹².

As paisagens culturais, como o caso do Alto Douro Vinhateiro, ilustram as obras combinadas do homem e do meio ambiente. São aquelas que atingiram uma plataforma resultante de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa, mantendo as suas características originais, mesmo numa reacção positiva com o ambiente natural.

Neste tipo de composição da paisagem há um processo evolutivo que se reflecte na forma do território. Deste modo, estas “paisagens conservam um papel social activo na sociedade contemporânea associada de perto ao modo de vida tradicional e no qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, ela mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo”¹¹³

Paisagem viva – aquela que conserva um papel social activo na sociedade contemporânea, associada de perto ao modo de vida tradicional e no qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, ela mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

Tais paisagens são atractivas dado que pretendem disseminar a ideia de *Marca-Território*, uma imagem de marca, um símbolo territorial que possa criar desenvolvimento económico em diferentes áreas de negócio, desde a cultura, lazer, turismo, gastronomia, etc.

No entanto, vai sendo pouco a pouco interiorizada a ideia de que “as paisagens culturais devem ser entendidas como modelos de referência, nomeadamente à luz dos princípios de desenvolvimento *sustentável*.”¹¹⁴

Os critérios relativos à *autenticidade* do bem e demonstração de protecção jurídica e mecanismos de gestão, são determinantes. Relembrem-se aqui os estudos já abordados sobre a autenticidade e valor. São factores determinantes do carácter ou dos seus elementos que a

¹¹² ibidem

¹¹³ Teresa Andresen, *A paisagem do Alto Douro Vinhateiro: evolução e sustentabilidade*, in <http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf>, p 5

¹¹⁴ idem

tornam distinta de outra. O reconhecimento do carácter da paisagem é “um parâmetro integrador, directamente ao encontro do próprio significado de paisagem enquanto manifestação física do resultado da relação dos seres humanos com os elementos naturais, ao longo das gerações e que é possuída de um significado”¹¹⁵.

Nas paisagens culturais, é necessária a gestão sustentável devido à presença de sistemas frágeis e ameaçados. Para que este tipo de paisagens sobreviva é necessário caminhar para um modelo de território “relacionado com uma ideia integral de Paisagem e que em relação a si próprio, conte com os testemunhos originais (tangíveis ou intangíveis), que utilize as construções existentes, isto é, os lugares da memória”¹¹⁶, sendo determinante a identidade cultural e regional, dado que a paisagem de hoje, corresponde a um produto do passado, constitui o registo da memória colectiva, funcionando como componente de identificação cultural, tal como a língua e a religião.¹¹⁷

¹¹⁵ idem

¹¹⁶ www.oa-castelobranco.org/conteudos/files/glossariodetermosdepatririmonio.docin A Carta Municipal do Património e os Planos Directores Municipais de 2.ª Geração – Seminário - Ippar e Ordem dos Arquitectos / Delegação do Distrito de Castelo Branco – Conclusões - 20 e 21.05.2005», p. 21

¹¹⁷ Cf. Teresa Andresen, *A paisagem do Alto Douro Vinhateiro: evolução e sustentabilidade*, in <http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf>, p. 1-10

CAPITULO III - PAISAGEM E PATRIMÓNIO

«Scorre rapido e imprevisto il tempo concesso agli uomini. Fragile è la memoria. Per questo essi tendono a identificare gli eventi con le cose. Per questo aspirano a costruire paesaggi che abbiano stabilità. Solo immaginando corrispondenze con le cose, la memoria può vincere la propria mutevolezza e definire un quadro, solo così trova modo di perpetuarsi e acquista respiro collettivo. (...) Città e paesaggi si sono lentamente formati nel tempo e se ne sono nutriti; ma essi rappresentano anche un modo di fermare il tempo, di trattenerlo, di rinchiuderlo nel contorno di una forma.»

Daniele Vitale, in “ La solitudine degli edifici e altri scritti”

3.1 Convenção europeia da paisagem

É importante o papel da paisagem na identidade e na qualidade de vida das populações sendo já defendido por meio de vários documentos internacionais, dos quais se destaca a Convenção Europeia da Paisagem, proposta pelo Congresso das Autoridades Regionais e Locais do Conselho da Europa, iniciada a sua preparação em 1994 e adoptada em 2000. Embora tenha sido elaborada já há algum tempo, ainda não está em vigor devido ao reduzido número de países signatários. Portugal assina em 2000 e aprova por decreto-lei em 2005.

Aquele documento apresenta-se com a intenção de criar uma política de paisagem para o território, em que se considera que “a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego”¹¹⁸. Designa a paisagem como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos”.¹¹⁹

¹¹⁸ Decreto n.º4/2005, diário da república Número 31, p. 1017

¹¹⁹ idem, p.1025

Segundo Cancela de Abreu, “a Convenção Europeia da Paisagem, baseia-se no reconhecimento de que a paisagem integra o património natural e cultural europeu, contribuindo de uma forma marcante para o reforço das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações.”¹²⁰ Os objectivos da Convenção partem da constatação de que as paisagens, devido a uma diversidade de factores, se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direcções, o que justifica a necessidade de intervenção. Por isso, os países que assinaram a Convenção comprometeram-se a:

“a) Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;

b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, gestão e ordenamento da paisagem através da adopção das medidas específicas;”¹²¹

c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e autoridades regionais, e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea b) anterior;

d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas culturais, ambientais, agrícolas, sociais e económicas, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem.”

A Convenção atribui à paisagem o “contributo para a formação de culturas locais, e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia”¹²².

Na Convenção Europeia, não bastam os vínculos, regulamentos ou ainda as medidas coercivas para defender a paisagem. Ela estabelece procedimentos quanto à participação das populações, das autoridades locais e regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem e ainda a cooperação estratégica entre

¹²⁰ D'Abreu, Cancela, 2004, p. 20

¹²¹ Decreto n.º4/2005, id. *ibid.*

¹²² *idem*

os diferentes estados europeus sobre esta matéria, na definição e implementação das políticas da paisagem.

Adopta medidas específicas, visando a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem: a sensibilização da sociedade civil, a formação de especialistas, a formação e a educação, a identificação e a avaliação, e finalmente a participação activa dos intervenientes, tendo em vista melhorar o conhecimento das paisagens.

Um dos grandes desafios da Convenção Europeia da Paisagem tem como âmbito a sua aplicação a todo o território europeu, abrangendo as paisagens de excelência com as qualidades mínimas: *da vida quotidiana*, bem como as *paisagens degradadas*.

A convenção tem como objectivo a manutenção e recuperação da qualidade de vida, não só das paisagens de excelência, de valores ecológicos ou estéticos, mas também das paisagens degradadas mais comuns (como as periferias urbanas ou metropolitanas que representam a sociedade que as habita), configurando-se também como paisagens culturais tal como as paisagens até aqui bastante celebradas e tradicionalmente reservadas aos monumentos, as belezas naturais, as áreas de valor particular.

O texto da convenção reconhece “que a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana”.¹²³

Algumas das ameaças à paisagem enunciadas pela Convenção passam pela economia mundial e as actividades que transformam o solo que estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens. Por outro lado, reconhece que a paisagem é um elemento importante da qualidade de vida das populações, podendo contribuir para a criação de emprego e desenvolvimento territorial.

Define a paisagem como parte do território, cujas características derivam das acções de factores naturais e/ou humanos e das inter-relações que são percebidas pela sociedade.

¹²³ ibidem

Na continuidade de outros documentos pretende “alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente.”¹²⁴

Gourou declara que as paisagens não são nem sagradas nem imutáveis e deste, modo deveriam ser constantemente actualizadas, transformadas, tal como sugere a Convenção Europeia, que considera como valor a mutação: “assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais”.¹²⁵

A Convenção aponta para a necessidade de se fazer uma identificação das paisagens no conjunto do seu território, analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam, e acompanhar as suas transformações. Mas para tal será necessário formar especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem. Serão estes os sujeitos que terão a visão global da paisagem, decidindo qual o prisma a ser usado nessa interpretação, sabendo-se que a paisagem se dá a diversas interpretações.

Como se referiu anteriormente, a interpretação da paisagem depende da especificidade do sujeito e do campo de interesse que este ambiciona. Isto quer dizer que para a definição da paisagem é necessária uma interpretação por parte de um sujeito; a Convenção aposta na responsabilidade dos actores que actuam sobre o território e seu modo de agir: destacando a ideia de “noção social”¹²⁶.

A Convenção sublinha a importância de uma política, sobre as acções, sobre os actores e sobre os recursos necessários para preservar, manter e requalificar a paisagem existente. Mas será possível que o reconhecimento da paisagem, depois de avaliadas e identificadas, sempre por meio da participação pública, as medidas atribuídas pelos intervenientes e pela população interessada, será possível, chegar a algum consenso, dada a profusão de destinatários envolvidos no processo? Acreditamos que não! Pela dificuldade de atingir consensos, com tantos interessados.

124 idem

125 Cf. Madureira, A., 2004, p. 24

126 Bertrand, 1998

Concluindo, ressalta a pertinência de criar uma política de paisagem, com o imperativo da protecção e de gestão, de acordo com as políticas do território. Para que tal aconteça, é urgente reconhecer as paisagens, os seus limites, o carácter, as tendências e as ameaças a que estão sujeitas. Só pela identificação é possível promover a imutabilidade da identidade, e assim definir guias orientadoras que levem à definição de estratégias e instrumentos numa lógica de subsidiariedade.¹²⁷

¹²⁷ Cf A. Cancela d'Abreu, in *Finisterra*, 2001, p 196-197

3.2 A paisagem versus património no quadro legal e político português

“(...) o passado não é amigo nem inimigo: é a condição do novo, o terreno sobre o qual se constrói a sua necessidade (...)”.¹²⁸

Vittorio Gregotti, in *Necessità del passato*, 1997

Segundo Gideon “(...)o património comum é a concessão espacial que corresponde a estrutura do sentimento de cada época tal como na postura espiritual” e ainda, onde “ a diversidade individual da arquitectura que se nota no património comum é um dos sintomas que deixam expectativas para o desenvolvimento futuro.” Diz ainda que “o passado não como qualquer coisa morta mas como uma parte inseparável da existência. Temos entendido sempre a premissa de Bergson onde o passado corrói continuamente o futuro”. Continua S. Gideon dizendo que “tudo depende como se, interpreta, considera e aplica o passado”.¹²⁹

É de notar que nos últimos vinte anos as preocupações inerentes à paisagem e ao património têm vindo a ser incorporadas nas políticas ligadas ao território e à conservação da natureza.

Com a divulgação dos conceitos de paisagem, esta passou a ser referida em vários documentos internacionais, como a Agenda 21, onde se indica que os governos devem incorporar nos seus sistemas de ordenamento as componentes ambientais, tal como a água, o ar, o solo e outros recursos, baseando-se no conhecimento e ordenamento da paisagem.¹³⁰

A nível internacional foram classificadas pela UNESCO, como património mundial, as paisagens culturais de elevado valor cultural. A classificação do Alto Douro Vinhateiro como Paisagem Cultural Património da Humanidade, permite-nos clarificar melhor os objectivos e as justificações da “patrimonialização” das paisagens, sendo no contexto português das Paisagens - Património, um caso especial no âmbito das Paisagens Culturais.

¹²⁸ in Vittorio Gregotti, in “ *Il projecto del passato*”, 1997, p. 18

¹²⁹ S Gideon, 1984, p. 20-25

¹³⁰ CF. Cancela de Abreu, 2004, p. 20

No âmbito da Comunidade Europeia foram criados diversos documentos, como directivas comunitárias com medidas de protecção de alguns ecossistemas. Em Portugal, a paisagem aparece referenciada na nossa Constituição, referindo o artigo nº 66 que o incumbe o Estado de classificar e proteger paisagens, bem como “ordenar e promover o ordenamento tendo em vista (...) paisagens biologicamente equilibradas”¹³¹.

Já a *Lei de Bases do Ambiente* (Lei 11/87, de 7 de Abril), faz várias alusões à paisagem, e contém dois artigos que lhe dizem directamente respeito: o artigo nº 18 contém a palavra *paisagem* e o nº 19, *gestão da paisagem*, num âmbito estético e visual, apesar de não corresponder ao conceito actual no restante articulado do documento.¹³²

Já a *Lei de Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo* (Lei 48/98, 11 de Agosto) aborda algumas das preocupações da Convenção Europeia da Paisagem, tal como a necessidade da “melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos”¹³³. No que concerne ao ordenamento do território e ao urbanismo, indica como objectivos que as edificações se “integram na paisagem”¹³⁴ e ainda que as paisagens resultantes da actuação humana, caracterizadas pela diversidade, pela harmonia e pelos sistemas socioculturais que suportam, são protegidas e valorizadas.

A lei em análise, no capítulo I, princípios e objectivos, no artigo 3, sublinha que se deve “Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural; e ainda no artigo nº 6: reabilitação e a revitalização dos centros históricos e dos elementos de património cultural classificados”¹³⁵, absorve as intenções de algumas das cartas internacionais ao nível do património; na caracterização dos instrumentos de desenvolvimento territorial, indica que “directrizes e orientações fundamentais traduzirão um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais”.

¹³¹ in www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao/

¹³² Cf. Cancela d'Abreu, 2004, p. 25

¹³³ Cf. www.inag.pt/inag2004/port/divulga/legisla/pdf_nac/ImpacteAmbiental/Lei107_2001.pdf, Lei n.º 107/2001, p.

¹³⁴ in www.dre.pt/pdf1sdip/1998/08/184A00/38693875.PDF, *Lei 48/98, 11 de Agosto*, p. 184

¹³⁵ *ibidem*,

Já no âmbito da regulamentação da Lei, isto é, no Decreto-lei 380/99, de 22 de Setembro, que desenvolve o regime do uso do solo e dos instrumentos de gestão territorial, só se refere as questões da *paisagem* no Artigo 13, na definição das “áreas agrícolas e florestais”, quanto à identificação das áreas fundamentais para a valorização da diversidade paisagística, designadamente as áreas de reserva agrícola, nos instrumentos de gestão territorial.

Ainda no decreto em análise, as questões do património cultural aparecem, tal como nas questões da paisagem, na caracterização do Conteúdo material dos planos regionais de ordenamento do território, como medida específica à protecção e conservação do património histórico e cultural. Na subsecção II, nos Planos municipais de ordenamento do território, no artigo nº 70, estabelecem-se objectivos com “Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural”. Já o artigo 54, no Conteúdo Documental, aponta para um relatório contendo uma parte sobre a “Definição de unidades de paisagem”.

No âmbito da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, aceita-se vincular o Estado às convenções internacionais que vinculem o Estado Português, para os efeitos nelas previstos¹³⁶, Título 1, artigo 2, ponto 5. A Lei de Bases integra no “património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”¹³⁷ Define como “interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”¹³⁸.

Na defesa da qualidade ambiental e paisagística e da sustentabilidade do património, a lei apenas diz que definirá “outras formas para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística.”¹³⁹, como tal, é necessário envolvimento

¹³⁶ Cf. www.inag.pt/inag2004/port/divulga/legisla/pdf_nac/ImpacteAmbiental/Lei107_2001.pdf, Lei n.º 107/2001

¹³⁷ idem

¹³⁸ ibidem.

¹³⁹ ibidem, Lei de bases 107/2001, Artigo 44.º, Defesa da qualidade ambiental e paisagística, ponto 1

Social e Político para promover, “no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem.”¹⁴⁰

No Decreto-Lei nº 204/2002, Regime jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas, não aparece uma única vez o termo: *paisagem* nem *património*.

Na legislação portuguesa as questões do património têm vindo a ser tratadas mais no sentido de criar critérios de classificação, conferindo uma protecção legal e um estatuto privilegiado aos monumentos, sítios e conjuntos patrimoniais.

Já Cancela de Abreu refere que outros diplomas legais, quer no âmbito do *Ordenamento* como do *Ambiente*, são feitas referências directas à paisagem (por exemplo a lei relativa “às áreas protegidas, aos *Estudos de Impacte Ambiental*, *Planos de Ocupação da Orla Costeira*, critérios para a disposição da actividade publicitária”¹⁴¹), cuja qualidade é implicitamente reconhecida como um objectivo importante da gestão do território, embora se verifique que as regras anunciadas raramente são efectivadas no terreno. Perante este ambiente contextual, a lei portuguesa reconhece a importância do conceito da paisagem e do património e «da sua utilização em termos ambientais e de ordenamento», mas como podemos verificar no território, a realidade é outra.¹⁴²

Embora a Convenção Europeia da Paisagem tenha sido regulamentada em decreto-lei em 2005, há ainda muito pouco tempo, portanto, não se começaram a ver os efeitos exógenos dessa aplicação, tal como aconteceu com a Lei de Bases do Património.

Portugal, o último país rural da Europa, conheceu recentemente transformações profundas; a urbanização é cada vez mais extensa; há vastos territórios *em tensão*, (des)povoados; ainda estão latentes as últimas culturas rurais tradicionais, envelhecidas pelo contínuo esvaziamento do interior do país, em prol das áreas urbanas mas também das novas formas

¹⁴⁰ id. *ibid*, ponto 2

¹⁴¹ Cancela d'Abreu, 2004, p. 20

¹⁴² Cf. Cancela d'Abreu, 2004, p. 20

urbanas, dos novos modos de vida, dos novos meios de transporte e infra-estruturas, o que origina novos sinais dissonantes na harmonia das paisagens de outrora.¹⁴³

No entanto, nos últimos anos, face à Lei de Bases do Património Cultural, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, entre outra legislação já mencionada, tem vindo a notar-se um interesse generalizado da população, dos agentes económicos e das autoridades públicas por uma preocupação na recuperação de aglomerados urbanos ou rurais de interesse patrimonial, com valor cultural, patrimonial e/ou paisagístico, que criam efeitos nas actividades contemporâneas da nossa sociedade: habitação, serviços, cultura e lazer, e seus actos viver, trabalhar, comprar e passear. Basta para isso constatar o número de sítios que estão classificados na Lista do Património Mundial. Como consequência desta política patrimonial da paisagem, observa-se o interesse cada vez mais visível nos sítios, monumentos e conjuntos de valor patrimonial excepcional, dada a procura social da *paisagem*, do *património* e dos lugares de excelência.¹⁴⁴

¹⁴³ Cf. Álvaro Domingues, *Finisterra* n° 72, 2001, p. 56

¹⁴⁴ Cf. *idem*

Parte II

CAPITULO IV – A PAISAGEM DO GERÊS



Foto 1 – Vista de Campo do Gerês

4.1 Fundamentação teórica da descrição

O município de Terras do Bouro, a Faculdade de Arquitectura e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, através, respectivamente, do Centro de Estudos e do Gabinete de Estudos e Desenvolvimento e Ordenamento do Território, em meados do ano de 1996, iniciaram diferentes propostas para a realização de um estudo urbanístico, isto é, um novo instrumento de gestão urbanística tendo por objectivo a melhoria da paisagem urbana do Campo do Gerês. Este desígnio vinha “de encontro às decisões da política autárquica, subsequente à aprovação do Plano Director Municipal”.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Relatório preliminar do estudo urbanístico para Campo do Gerês – CEFA/GEDES

Para identificação da área de intervenção e enquadramento da proposta, a equipa, constituída por técnicos de ambos os gabinetes, apoiou-se em documentos enviados pelos serviços camarários. Esta metodologia obrigava a equipa a elaborar pareceres de todas as dinâmicas urbanísticas para o Campo do Gerês, para que os estudos pudessem avançar com alguma serenidade. Os grandes objectivos deste período são a melhoria da eficiência geral dos serviços de gestão urbanística, procurando por um lado a definição de estratégias que conduzam à melhoria da qualidade de espaço urbano, preexistente e projectado, em resposta às expectativas da população e a um acompanhamento urbanístico mais próximo do cidadão, mais pedagógico.

O novo estudo urbanístico para esta particular paisagem do Gerês resulta de uma intenção política de melhoria da imagem real – a paisagem de Campo do Gerês. A motivação desta iniciativa era a intenção de melhorar o aspecto estético do espaço urbano, sendo essencial a melhoria da qualidade dos projectos de arquitectura, apelando à participação dos promotores, uma vez que só com uma maior exigência social se poderia promover a maior qualidade do trabalho de projectistas e construtores.

Verifica-se, no entanto, em Campo do Gerês, que a abordagem à paisagem como componente do espaço urbano radica ainda numa recusa da complexidade das temáticas territoriais, urbanística, paisagística e ambiental, para se ancorar na aceção corrente do conceito de paisagem como equivalente a porção de território que se abrange num lance de olhos: a paisagem é o espaço observado, é a imagem que se retém do espaço, julgada por um sujeito particular e pela sociedade como sendo de boa ou má qualidade estética, feia ou bonita. Concordamos que a degradação urbanística de Campo do Gerês constitui um facto inegável e que se torna necessária uma intervenção administrativa no sentido da sua melhoria, justificada por razões de identificação e de apreço por parte daqueles que a habitam.

Parece, no entanto, fundamental que a elaboração dos estudos, neste campo, se tenha apoiado no estudo da realidade concreta: do território biofísico, da estrutura urbana e suas actividades, suas inter-relações, e das dinâmicas de transformação. Entende-se que a solução para a problemática local depende essencialmente de uma boa definição destes parâmetros, mas também, por outro lado, do conhecimento teórico da matéria sobre a paisagem e património cultural destas comunidades.

Na primeira parte da dissertação, expõe-se o estudo da paisagem urbana como actividade que proporciona a aproximação do planeamento e gestão urbanística à realidade concreta, ao território biofísico, morfológico e sociocultural específico de cada contexto.

No caso em estudo, a paisagem é considerada apenas como o aspecto estético do espaço rural, onde a participação da população local representa mais um dos actores de transformação desta paisagem em particular.

O objectivo da segunda parte desta dissertação é de contribuir para a crítica aos objectivos do estudo urbanístico requerido pela Câmara Municipal, procurando apontar possíveis caminhos para o seu desenvolvimento futuro.

A hipótese que se defende é a de que o desenvolvimento da política de paisagem rural deveria partir do conhecimento da sua problemática específica, obtido a partir de duas frentes: por um lado, a descrição da paisagem rural que identificaria as principais componentes a considerar na elaboração da política; por outro lado, uma acção de intervenção social e cultural, orientada para o envolvimento dos actores na acção municipal.

Defendemos, deste modo, a elaboração de um documento de boas práticas, de como a paisagem e o património deveriam originar um processo de desenvolvimento localizado, partindo de acções embrionárias sobre aspectos de perspectiva social, cultural e territorial, com envolvimento social e em articulação com os diversos sujeitos que intervêm neste território.

4.1.1 Enquadramento territorial de Campo do Gerês

“Campo do Gerês é uma das freguesias do Concelho de Terras do Bouro” (ver Fig. 18) O município de Terras do Bouro compreende 276 quilómetros quadrados (1,3 5 da região Norte e 22,1% da NUT Cávado) (ver fig. 19, 28 e 29), desenvolveu-se ao longo dos vales dos rios Homem e Cávado, por vezes em secções de forte encaixe, e, em 1991, detinha cerca de 9400 habitantes (0,3% da região Norte e 2,7 % da NUT Cávado) cuja vivência tem sido manifestamente condicionada por essa localização serrana, como foi - mais ainda - a das gerações anteriores, entre a magreza dos solos, a aspereza do relevo e o avanço dos grandes

empreendimentos hidroeléctricos.”¹⁴⁶A topografia contribuiu para definição do padrão de distribuição das populações. (ver fig. 4)

A distância dos itinerários principais e complementares e o afastamento dos grandes centros urbanos do Norte do País, dificultam a comercialização de bens e prestação de serviços, a dificuldade em aceder a emprego e actividades que permitam outro modo de vida. (ver fig. 20 e 31)

É um concelho com uma população muito idosa, com baixos níveis de natalidade e de carácter periférico, constituindo assim um obstáculo bastante difícil para a fixação de populações e de actividades que produzam sinais para o aumento da qualidade de vida das populações.¹⁴⁷São os factores topográficos e económicos, que marcam expressivamente este território.

Estes factores dificultam a acção dos agentes económicos e autárquicos, dado que os maiores esforços financeiros passam por melhorar as acessibilidades e aumentar o número de equipamentos no concelho, limitando a capacidade de intervenção em outros âmbitos.

Um dos objectivos do Plano Director Municipal aponta para o aproveitamento destas adversidades como uma visão de um “importante potencial como território de lazer”¹⁴⁸ como uma vertente estratégica, podendo as suas características serrana e periférica ser transformadas em oportunidades para o desenvolvimento territorial.

A base económica do município depende das actividades relacionadas com o abastecimento e os serviços a visitantes/consumidores provenientes das principais áreas urbanas, a uma distância temporal de uma hora e meia, constituindo assim um panorama territorial que ronda os 3 milhões de habitantes.¹⁴⁹

Pelas informações do relatório elaborado pelo CEFA/GEDES, podemos verificar que a “população activa de Terras do Bouro, constitui 29 % do total da população (2562 habitantes.), concentrando-se maioritariamente em quatro ramos de actividade: trabalhadores

¹⁴⁶ in Relatório dos estudos urbanísticos para Campo do Gerês, CEFA/GEDES

¹⁴⁷ Cf. Relatório dos estudos urbanísticos para Campo do Gerês, CEFA/GEDES

¹⁴⁸ in PDM de Terras do Bouro

¹⁴⁹ In Relatório CEFA/GEDES

agrícolas, da construção civil, restaurantes e pessoal doméstico ou de limpeza (...)”(ver fig. 32)

Terras do Bouro apresenta sinais de uma grande relação ao exterior do município; pelos dados de que dispomos, podemos verificar que detém um valor elevado de habitações sazonais no concelho (11%), o que constitui um vector de crescimento do ramo da construção civil, e que o índice de ocupação de estada média na hotelaria corresponde a 2,7 dormidas/hóspede, indicadores de base económica sustentada pelo turismo de montanha.

Um dos motivos que justifica a procura deste tipo de actividades económicas, o turismo de montanha, deve-se ao facto de o concelho de Terras do Bouro ter sido votado ao esquecimento por ser um de território periférico as pressões dos grandes centros urbanos, aliando a este facto uma condição geográfica desfavorável para o desenvolvimento de novas actividades. Estas circunstâncias permitiram manter o património natural, humano e monumental desta paisagem.

Actualmente, vive-se uma grande procura por este tipo de paisagens, de características montanhosas, local de agregação de factores naturais, culturais e da acção do homem.

Este tipo de territórios torna-se dinamizador de emprego, de novas actividades e de um maior número de edificações e como tal, de um maior número de receitas. Este tipo de desenvolvimento, se não for controlado, pode originar uma entropização do território, dado estar ainda cristalizado em alguns aglomerados urbanos onde a crescente reurbanização dará início a uma descaracterização territorial.

A rede urbana do concelho está definida em função da importância da sede do município, sendo que o resto das freguesias se localiza nas franjas deste frágil estrutura viária.

Campo do Gerês caracteriza-se por uma extrema debilidade, caracterizada por traços de natureza cultural de vertente tradicional, em que as componentes principais assentam na montanha e no acesso a uma das Portas do Parque da Peneda Gerês. Outras componentes de Campo de Gerês estão formalizadas no seu Património Rural e na vertente Museológica do Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas.

4.1.2 Caracterização socioeconómica e produtiva

Este território apresenta um elevado grau de envelhecimento: “desde 1960 que apresenta uma acentuada descida na dimensão populacional. Entre aquele momento censitário e o de 1991, Terras do Bouro, perdeu cerca de 2500 habitantes, numa variação na ordem dos 40%”.

O solo agricultado de Campo do Gerês é o resultado de uma intensa intervenção humana que, conciliada com a cultura da montanha, com um conhecimento profundo da sabedoria secular sobre as características climáticas deste local, originou este tipo de biótipo, ou seja, um solo em que a acção antrópica teve uma influência determinante na gestão e manutenção da estrutura ecológica da Veiga de S. João e outras estruturas agrícolas e florestais envolventes. No entanto, para a manutenção desta estrutura, foi necessária a organização social da aldeia em sistema comunitário, sendo este um factor importante na intervenção humana, nesta estrutura paisagística. (ver fig. 20,21,22,23)

O padrão de ocupação do território do Concelho de Terras do Bouro, apresenta um forte relacionamento com a topografia. Segundo o relatório, regista-se um esvaziamento das áreas com altitudes mais elevadas e com menor acessibilidade. O tipo de edificado corresponde a um único alojamento quanto à estrutura produtiva de Terras do Bouro: “entre 1981 e 1991 a estrutura da população activa por sectores de actividade sofreu uma forte mudança, passando do peso maioritário do sector primário em 81 (54,8%) para um acentuado domínio do sector terciário em 91 (41,2%). Esta mudança, se por um lado testemunha o abandono da agricultura e da pastorícia como actividades principais, dando também lugar ao aumento de formas de pluriactividade que, com frequência, são difíceis de detectar, por outro, acentua a importância da administração pública e da hotelaria e similares na produção de emprego(...) (...)Na freguesia em estudo a população activa situa-se maioritariamente nas classes etárias dos 15 aos 39 anos e do sexo masculino”¹⁵⁰ e onde pelos menos 11% da população trabalha fora do concelho de Terras do Bouro.

Hoje, a estrutura agrícola já não funciona, tendo entrado em declínio, de modo que, a dependência entre o trinómio actividade, território e habitantes vai perdendo força. Numa situação de grande desequilíbrio, actividades económicas como a agricultura e a pastorícia,

¹⁵⁰ Relatório CEFA/GEDES, 1996 p. 11-10

estão a ser substituídas por outras, relativas às actividades do lazer e do turismo de montanha, verificando-se já os efeitos numa paisagem que já manteve uma saudável coexistência com as formas de produção económica tradicionais. (ver fig. 17)



Foto 2 – Placa de promoção do turismo de montanha, numa propriedade à entrada da aldeia.

4.2 Metodologia

Iniciou-se a Parte II com a análise de documentos de referência em matéria da paisagem e património, porventura os mais pertinentes: documentos internacionais vocacionados para a orientação da introdução de políticas de paisagem; depois, procurámos expor o estatuto da paisagem e património na legislação nacional. Optámos por enveredar por este caminho, e procurar, através da descrição de um espaço territorial, oferecer uma amostragem daquilo que poderia vir a ser a definição de uma problemática da paisagem urbana de Campo do Gerês.

A metodologia é orientada pelos objectivos e análises definidos para a descrição, assim se procedendo na análise da freguesia de Campo do Gerês, como modo de identificação de questões-chave para a integração da paisagem nas políticas municipais. Com o objectivo de identificar quais os componentes dominantes da paisagem rural, destacámos os elementos de base do sistema ecológico e patrimonial, dos quais a qualidade da paisagem rural, que depende do bom aproveitamento das suas potencialidades.

A descrição está dividida em quatro fases interdependentes

1. Análise do suporte natural da paisagem, considerando as unidades dos sistemas naturais (ver fig. 21,22 e 23);
2. Reconstrução da morfogénese da paisagem urbana, considerando a inserção do sistema espacial da freguesia de Campo do Gerês na rede viária municipal (ver fig. 15 e 20);
3. Análise das transformações da última fase de crescimento, constatando o seu grande peso sobre o estado actual da paisagem, baseando-nos numa comparação das disposições do Plano Director Municipal com a observação empírica das transformações em curso;
4. Evolução dos sistemas ecológico, viário e edificado, sintetizando os processos de evolução observados nas fases anteriores, e inserindo-os numa leitura taxionómica do território.

A metodologia baseia-se em algumas das análises expostas na primeira parte da dissertação, sendo orientada para a exploração de possíveis modos de articulação de uma problemática da paisagem e a identificação de espaços de transformação e do suporte patrimonial da paisagem. Ao enveredar por este caminho, procurámos, através da descrição de um espaço territorial, oferecer uma amostragem daquilo que poderia vir a ser a definição de uma problemática da paisagem urbana de Campo do Gerês.

A identificação e a definição dos limites do caso de estudo, têm a ver com a área representativa da paisagem, de Campo do Gerês, fruto do trabalho de campo do gabinete CEFA/GEDES, apoiado em cartografia e fotografia aérea e fotografia no solo, identificando limites físicos e visuais. (ver fig. 1 a 17) O capítulo IV é elaborado com base na elaboração cartográfica e fotográfica dos diversos níveis de realidade da freguesia de Campo do Gerês do Gerês. A exposição considera simplesmente os elementos reais da paisagem, pelo que a definição da sua problemática constitui apenas um esboço de definição, uma enumeração de elementos que permitam perceber o funcionamento desta paisagem rural, para posterior aprofundamento. Por último, no capítulo V, tendo por base a descrição elaborada para o efeito, procura-se apontar caminhos para o desenvolvimento de uma política para a construção cultural da paisagem e expor as conclusões da segunda parte desta dissertação.

Parece, justificado este aprofundamento, por duas razões: por um lado, é difícil reconhecer uma mais-valia no planeamento e gestão urbanística de Terras do Bouro, tanto a um nível da gestão urbanística, como dos documentos aprovados entretanto: PDM, PP's. Deste modo, levou-se a acreditar na possibilidade de existência de problemas com o tipo de planos a implementar, dado que os modelos urbanos não se adequam, nem são modelos a usar em paisagens com este tipo de formação. Por outro lado, procurou-se evitar o erro de recusar hipóteses sem conhecimento de causa, pelo que parece essencial, para a fundamentação de uma correcta argumentação, a clarificação de os processos socioculturais, económicos e urbanísticos.

Passe-se então para a descrição e crítica às propostas do estudo urbanístico para Campo do Gerês. Existem presentemente inúmeros programas e acções e intenções de nível municipal para a paisagem, em contexto nacional e internacional. Parte-se de uma situação dos estudos urbanísticos elaborados pelo CEFA/GEDES, existente sobre Campo do Gerês, mas estes não

informam claramente sobre os âmbitos sociológicos ou antropológicos que nos permitam saber qual a relação da sociedade com o território em estudo.

Com uma síntese destes factores, será possível identificar tipos de unidades de paisagem em Campo do Gerês, o que tornará ainda mais evidente a diversidade do padrão da paisagem. A metodologia seguida permite evidenciar o carácter único de uma relação em situação de declínio e adversidade dos elementos naturais - *água, solo e o território* - onde as culturas da montanha e a sua adaptação à adversidade dos elementos naturais proporcionam a cultura por excelência.

Considerar de forma homogénea todo o território de Campo do Gerês, caracterizando tão detalhadamente quanto possível cada uma das unidades, de forma a constituir um apoio à orientação de estratégias e instrumentos de ordenamento ou políticas sectoriais com maior influência na paisagem.



Fig. 3 – Enquadramento da Veiga de S. João, com o aglomerado no festo da montanha

4.3 Sistema patrimonial - análise e interpretação cartográfica

O Campo do Gerês tem importância patrimonial e ecológica de distinção, congrega valores patrimoniais significativos, está localizado na fímbria do Parque Nacional da Peneda Gerês, localizando-se aqui uma das suas portas; é atravessado por uma via romana (a Geira é um elemento preponderante e com valor histórico, um sinal patrimonial, alvo de estudos conjuntos entre Portugal e Espanha).

Povoação do Minho interior, a freguesia de Campo do Gerês, presentemente sob a designação de Campo do Gerês, é um local onde o sentido gregário e comunitário ainda apresenta laivos de um passado, em que as formas de vida social e religiosa eram valorizadas e ainda perduram.

«É que os cercos, os clamores e as rezadas já só são intuídos pelo imaginário, do mesmo modo que as vezeiras de Campo do Gerês, que o contador de Argote mencionava, isto é, os gados todos juntos em rebanho, já não sobem diariamente a serra, alternadamente acompanhados pelos seus proprietários. Pode-se dizer, que os tempos são outros, que a vida tradicional dos habitantes desta localidade se transformou com a forçada florestação das encostas e quebradas da serra, com a alteração do regime do pastoreio, com a gradual extinção de algumas espécies significativas como: o lobo ibérico, as corsas, os veados e os cavalos nativos, estes, muito provavelmente, os lídimos descendentes dos tieltones, que Plínio (VII,166) menciona. Do passado, não muito distante, destes povos, já não faz parte o velho costume de se reunirem à sombra das seculares carvalheiras, para decidirem interesses comuns aos diversos fregueses. A aldeia mais próxima, Vilarinho das furnas, mergulhou nas águas do Rio Homem travado num dos muitos cotovelos do seu traçado. Desapareceram ou diluíram-se os velhos costumes.»¹⁵¹

¹⁵¹ Relatório preliminar dos Estudos Urbanísticos, CEFA/GEDES UP, 1996, p. 20

Campo do Gerês constitui um exemplo do mais representativo e ainda conservado sistema comunal de uma sociedade de sentido gregário e comunitário onde tudo se decidia à sombra das carvalheiras.

A vida na serra foi alterada, devido à mudança de vida das populações. A falta de emprego obrigou a população a emigrar, originando o ritmo da emigração; com esta surge a desertificação, o vazio humano na aldeia.

Com o nascimento do Parque Nacional da Peneda Gerês, do afogar de veigas e ladeiras sob lençóis de água, vieram os turistas, os repovoados, a defesa dos equilíbrios e dos ecossistemas. (ver fig. 13)

Ao nível do urbanismo, nem sempre foi fácil conciliar o crescimento do parque habitacional, a modernização de infra-estruturas, a implantação de meios tecnológicos e a protecção do parque natural da Peneda Gerês com as idiosincrasias de populações residentes.

A toponímia dos lugares de Campo do Gerês é a seguinte: Eira grande, que representa a área referente ao aglomerado central, onde se localizam a igreja, o cemitério, a eira central e a zona dos espigueiros, Portela, Carvalhal, Fijogo, Cerdeira.

É uma paisagem cultural que pode ser interpretada, testemunho notável de uma tradição cultural antiga, segundo o regime da pastorícia. Num ambiente de topográfico acidentado, de difíceis acessos, fortemente condicionante da fixação e do desenvolvimento de populações, a paisagem de Campo do Gerês constitui um exemplo singular da relação humana com os elementos naturais e a resistência ao isolamento profundo, periférico.

Ao longo de séculos, foram-se perdendo técnicas de valorização do espaço agrário que possibilitam o sistema de sustentação de uma cultura que vivia da pastorícia, em condições climatológicas adversas. A manutenção até aos dias de hoje da Veiga de S. João é ainda um sinal dessa paisagem, onde cavalos nativos se passeavam. (ver. fig. 24)

No caso do património identidade cultural de Campo do Gerês, estamos perante (ver fig. 3):

a) **Património arquitectónico:**

1. - **A igreja paroquial**, século XVII, dedicada ao apóstolo S. João de 1978, é uma construção simples, de escoreito desenho arquitectónico;



foto 4 – O adro e igreja paroquial

2. - **O aglomerado central**, incluindo: os espaços urbanos localizados no sopé do Monte Pinhote, no cimo do qual funciona o antigo facho, como o sequeiro, a eira, as fontes;



Foto 5 – Vista do aglomerado central

3. - **A capela e alminhas**, na entrada do a aglomerado, sinais da tradição secular;



Foto 6- Capela da N. da S^a da Conceição



Foto 7 – Alminhas na entrada do aglomerado

4. - **Os espigueiros**, parte integrante das edificações de lavoura, servindo de arrecadação e conservação de espigas de milho e outros cereais. Estas estruturas arquitectónicas são obras em granito e em madeira. Funcionam como sinal do racionalismo popular, com um padrão funcional de grande utilidade para as populações agrícolas, favorecendo a secagem, a conservação dos cereais e protegendo-os do ataque dos animais roedores; por outro lado, revelam um acentuado valor artístico e morfológico. Os espigueiros são uma referência importante na paisagem do Campo do Gerês, constituem um sinal de uma forte presença. São facilmente referenciados ao lado das casas rodeados de edifícios, sobretudo quando associados em grupos, em resultado da proximidade à actividade agrícola. Hoje em dia, são um sinal de referência para as novas construções: nas novas construções existe já este sinal, que copiado e adaptado a novas funções, funciona como o ícone de uma actividade obsolescente.



Foto 8 – Área dos espigueiros, contacto com construção abusiva

5. - **A Quinta da Cruz**, localizada no sector poente da aldeia, é um edifício de construção de rés-do-chão e 1º andar, em pedra de boa cantaria. Existe um portal de acesso, em granito, na entrada da propriedade.

6.- **O Museu etnográfico de Vilarinho das Furnas** é uma criação manifestada pelos antigos habitantes da extinta aldeia comunitária de Vilarinho das Furnas. Foi construído no ano de 1989, aproveitando a matéria-prima originária da aldeia para a sua construção. Trata-se de uma construção de arquitectura popular em alvenaria tradicional. Na área envolvente encontra-se um espaço anexo que representa um

projecto em construção a integrar no Museu, com espigueiros e um salão que funcionará como arquivo do património documental de Vilarinho e do concelho de Terras de Bouro que, no seu conjunto, serão integrados no projecto Portas do Parque.¹⁵² O antigo povoado de Vilarinho das Furnas, fundeado na barragem, podemos assim dizer, faz parte do património de Campo do Gerês como elemento simbólico e cultural das memórias fundeadas no rio Homem.



foto 9 – Imagem de uma das salas do Museu de Vilarinho das Furnas

b) Património Arqueológico

1. - **O cruzeiro de Campo do Gerês** (aliás marco miliário); está situado debaixo de um alpendre de madeira coberto. O marco miliário, é do tempo do imperador Trajano Décio e é um monólito de granito que ostenta uma inscrição que foi outrora reavivada ou estropiada.¹⁵³

¹⁵² Cf. www.cm-terrasdebouro.pt/03patrimonio/etnografico/principal

¹⁵³ Cf. *Relatório arqueologia* CEFA/GEDES, 1996



foto 10 – O pelourinho de S. João do Campo

2. - **As ruínas da igreja medieval de Campo do Gerês**, que esteve situada na Veiga de S. João, entre a antiga via romana e o curso do Rio Rodas;¹⁵⁴



foto 11 – Pavimentos da igreja na Veiga de S. João

3. - **O traçado da Geira Romana e os diversos marcos miliários** constituem “um monumento excepcional, um património científico, cultural, pedagógico e turístico único. A possibilidade de percorrer o caminho romano, ao longo de quilómetros, quase sem interrupções, os extensos troços de calçada, a quantidade invulgar de miliários, as ruínas de pontes sobre rios caudalosos, as pedreiras de onde se extraíam os miliários, a visibilidade da via para a envolvente, o contexto paisagístico em que

¹⁵⁴ Cf. idem, 1996

se insere, formam um recurso notável. A quantidade de miliários concentrados neste tramo da VIA NOVA, sem paralelo noutras áreas do Império Romano, a floresta que os envolve, suscitam uma magia extraordinária, resumida por uma arqueóloga italiana, da Universidade de La Sapienza de Roma, numa feliz expressão: “Foresta di Migliari”. Para valorizar este património várias entidades, lideradas pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, apresentaram ao Programa Interreg IIIA o Projecto *A Geira na Serra do Gerês*”¹⁵⁵ (ver fig. 33)

4. - **O Povoamento tardo-romano**, antiga referência de Campo do Gerês, é a primeira concentração habitacional da actual freguesia, onde existem somente fragmentos das estruturas habitacionais do antigo povoado.

5. - **A ponte dos Eixões**, construída entre 1728 e 1758, em granito de boa qualidade. Construtivamente “é uma ponte em cavalete pouco pronunciado, com dois arcos de volta inteira e dois talhamares triangulares a defenderem arranques dos arcos da fúria das águas”.¹⁵⁶



foto 12 – Ponte de eixões, vista da via Romana

6.- **As poldras**, passagens em poldras no rio Rodas, feitas de pedra proveniente de edifício de boa qualidade. Localizadas ao longo rio Rodas.

¹⁵⁵ in <http://geira.cm-terrasdebouro.pt/>
¹⁵⁶ Cf. idem, 1996

Morfogénese da paisagem urbana - análise e interpretação cartográfica

O aglomerado principal de Campo do Gerês localiza-se numa linha de fecho entre a várzea e o curso do ribeiro que trespassa a veiga, de forma regular. O local por onde passa a ribeira, define um vale na vertente da serra em que o centro da paisagem é a Veiga de S. João, elemento charneira deste sistema rural. (ver fig. 1)

São Campo do Gerês apresenta uma grande pressão urbanística; na última década, as pressões urbanísticas orientaram-se para a nascente do aglomerado antigo, ao longo da estrada municipal para a barragem de Vilarinho das Furnas, predominantemente para habitação primária e segunda habitação.

O aglomerado de Campo do Gerês, na sua parte mais antiga, apresenta, ao nível da forma, uma notável coerência interna e as intervenções que foram executadas iniciam já alterações significativas no carácter e na originalidade do tecido rural.

É de salientar que grande parte das construções são anteriores ao século XX, surgindo um outro grupo de construções que coincidem com a construção da barragem de Vilarinho das Furnas, por volta dos anos 70.

As fases de crescimento de Campo do Gerês são:

1. Expansão do aglomerado rural preexistente, anterior ao século 20;
2. Construção da barragem e desaparecimento da aldeia vizinha de Campo do Gerês, anos 70;
3. Construção pontual ao longo da estrada municipal em direcção à barragem, anos 70 e 80;
4. Construção da Pousada da Juventude de Vilarinho das Furnas, anos 80;
5. Construção do Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas, anos 80;
6. Crescimento disperso em áreas florestais, em áreas de interesse cénico e paisagístico com parcelas de dimensão superior ou igual a 10000 m², fim dos anos 90.

A ocupação rural de Campo do Gerês foi sendo feita segundo o pequeno aglomerado rural – estrutura espacial nuclear. O aglomerado principal desenvolveu-se ao longo dos caminhos que o uniam ao exterior, tendo dado origem, com o tempo, à duplicação da aldeia

Nas proximidades dos lugares, o solo era dedicado ao uso agrícola, sendo o restante ocupado por mata, cuja área se encontrava atravessada por uma rede densa de caminhos (de pé posto). As actividades da freguesia relacionavam-se com a produção agrícola e a pastorícia, com a exploração de madeiras e de minérios.

No período 1994 – 2000, o crescimento deu-se de forma mais ou menos dispersa por toda a área da freguesia. As áreas de maior pendente, a poente Cerdeira, foram as de maior transformação.



foto 13 – Expansão do aglomerado para a zona da Cerdeira

Em Campo do Gerês, ao contrário do período anterior, verificou-se um acentuado crescimento urbanístico. Este crescimento apoiou-se na rede viária preexistente e na zona de baldios (controlada pela comissão de compartes), sendo caracterizado por uma progressiva ocupação das áreas agro-florestais em detrimento da colmatção e/ou expansão dos aglomerados preexistentes. Por toda a área da freguesia surgem edifícios de habitação unifamiliar, alternados com zona florestal, mesmo na zona pré-parque. É a indústria do

turismo, poluidora quanto baste, na tentativa de a dar resposta aos ensejos das pessoas que procuram estes espaços para turismo e lazer.

Esta ocupação dos espaços abertos tem vindo, progressivamente, a criar rupturas nos sistemas de paisagem do Gerês. As regras seguidas na localização das edificações, uso, tipologia e morfologia foram as dispostas no Plano Director Municipal (ver fig. 6) e no Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês. (ver fig. 7) Deste modo, a compreensão dos processos de transformação em Campo do Gerês apenas se torna possível com o conhecimento do conteúdo do plano para a freguesia de Campo do Gerês. É excepção a ocupação de génese ilegal por conflito com as entidades da Câmara Municipal de Terras do Bouro e do parque da Peneda Gerês. As maiores problemáticas encontradas na freguesia apontam para a falta de entendimento com e entre as autoridades reguladoras, o que tem permitido alguma construção abusiva com o apoio da Junta de Freguesia e da Comissão de Compartes.

A diversificação funcional acompanha a reduzida percentagem populacional da freguesia, onde apenas existe o essencial para aqueles que lá vivem, sendo de assinalar, a escola, duas igrejas (a de culto e a do Santo), o cemitério, a piscina, o campo de futebol, a Junta de Freguesia e o Museu Etnográfico.

A tipologia de edificação dominante, na quase totalidade das construções, é de habitação unifamiliar, frequentemente isolada. Na zona da Lagarteira, à face da estrada principal, surgem tipologias unifamiliares que se distinguem das restantes edificações da freguesia, piso térreo com espigueiro contíguo.



foto 14 – Casa com novo espigueiro

A rede viária da freguesia tem-se mantido estável desde algum tempo. Das veredas fizeram-se caminhos, dos caminhos fizeram-se as estradas. A rede viária geral mantém-se sem alterações, exceptuando-se a construção de pequenos ramais em terra batida, no âmbito das construções de promoção da comissão de partes, conforme se pode verificar na carta do sistema viário. (ver fig. 15)

O plano director refere a necessidade de promover o planeamento urbanístico. Assim, foi atribuído ao CEFA/GEDES a elaboração dos estudos urbanísticos necessários à implementação de um plano de urbanização clássico, regulamentado pelo decreto-lei 380/99. Tal estudo foi iniciado em 1996, mas devido a algumas discrepâncias ao nível da gestão urbanística, devido a um parecer negativo da equipa CEFA/GEDES a um projecto para outra área que também estava em estudo, o trabalho ficou interrompido até meados do ano de 1999.

Já em 1999, e depois de alguma vontade demonstrada pela equipa do CEFA, na pessoa do Arqt.º Rui Mealha, os trabalhos recomeçaram com o intuito de se concluir o estudo e dar seguimento à execução do Plano de Urbanização para o Campo do Gerês. Durante a vigência dos estudos, a gestão urbanística de Campo do Gerês ficou sempre na alçada do Arq. Rui Mealha, na qualidade de coordenador da equipa que tentava através das dinâmicas urbanísticas a implementação das ideias-base do estudo urbanístico. (ver fig. 8,10 e 11)

As intenções de elaboração dos estudos urbanísticos para o Campo do Gerês não foram no entanto concretizadas pelo que, na ausência de instrumentos de planeamento, o crescimento do aglomerado foi acompanhado apenas pela gestão urbanística, que fazia cumprir o RGEU (DL 38382, de 7/8/1951, Regulamento Geral de Edificações Urbanas), o DL 177 (obras de edificação), documentos que, tendo como premissa o antagonismo do rural/urbano, conduziram ao descontrolo urbanístico na freguesia. (ver fig. 12)

Pelos motivos já explicados, a freguesia ficou pautada pelo Regulamento das Edificações Urbanas, o REGEU: “à regulamentação da paisagem (...) não se poderá abstrair de que cada edificação deve ser encarada como mera parte de um todo, em que terá de se integrar harmoniosamente, valorizando-o quanto possível. É ainda indispensável que em locais privilegiados da Natureza, na concepção dos edifícios e da sua disposição relativamente ao

conjunto, se não menosprezem as vantagens de tirar partido das condições naturais. O regulamento, embora muito genericamente, pela dificuldade que há em pormenorizar preceitos relativos a assuntos desta espécie, dá algumas directivas que, quando criteriosamente aplicadas, poderão contribuir para tornar atraentes as zonas rurais e para aproveitar inteligentemente, realçando-os, certos pormenores, tais como pontos de vista belos, maciços de arvoredos, configurações especiais do terreno, vizinhanças de cursos de água e do mar, etc., a que muitos dos aglomerados devem grande parte do seu enlevo.”¹⁵⁷

O crescimento da mancha edificada avançou para a zona de baldios, área de controlo da comissão de partes, inicialmente vocacionada como zona de interesse cénico e paisagístico, com grande declive e enormes afloramentos rochosos; estes últimos não foram condicionantes da urbanização, confirmando-se visualmente a expansão ao longo de toda a encosta do lugar da Cerdeira, até à zona do campo de futebol, para norte, substituindo progressivamente todo o coberto rochoso preexistente. Observa-se também a progressiva construção sem a devida infra-estruturação do solo. (ver fig. 12 e 16)

É de salientar uma tendência para a edificação pontual em áreas de especial interesse paisagístico, sobre o limite da área de pré-parque e em zonas de densa florestação que foram destinadas no PDM para actividades turísticas. Abriu aqui uma frente de urbanização numa área com pendor de relevo paisagístico. Observando a fotografia aérea, podemos verificar alguma edificação que já está a despontar por entre a vegetação. A existência deste tipo de educabilidade resulta de uma má programação das necessidades estratégicas da freguesia.



foto 15 – A 2ª habitação a despontar na vegetação

¹⁵⁷ in <http://www.dominio-lda.com/21-xptd38382.htm>, REGEU, 1951

4.5 Transformações da última fase de crescimento

Nesta zona geográfica, apesar das condições hostis à fixação humana, o Homem adaptou ao longo dos séculos as culturas e os métodos de plantação que ainda hoje coexistem lado a lado na paisagem. Este é um exemplo distinto duma paisagem representativa da Serra do Gerês, de uma cultura que teve de se unir para poder fazer a fixação humana sobreviver nesta natureza geomorfológica e climática. E é possível que alguns dos traços da maneira de viver do povo de Campo de Gerês se filiassem na cultura dos povos pastores, provavelmente lá introduzidos por migrações pré-romanas e reforçados pelas invasões suevas.

No meio de toda esta incerteza, um facto se apresenta incontestável: se não é certa a sua origem romana, é-o pelo menos a sua romanização. Aqui, como em muitas outras partes do império, os romanos chegaram, passaram e deixaram rasto.

Neste local, primeiro a pastorícia, depois o turismo, viabilizam uma actividade económica vulnerável às pressões urbanísticas e económicas a que este tipo de zonas estão sujeitas, devido aos seus escassos recursos.

Não fosse a construção da barragem, a existência de uma das portas do Parque nacional do Peneda Gerês, Campo do Gerês não estaria no mapa (aldeia vizinha de Vilarinho das Furnas, aldeia fundeada na barragem hidroeléctrica do rio Homem), hoje ainda seria hoje uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado.

Ainda subsiste uma leve organização comunitária, hoje decadente. Não sendo um caso único, o comunitarismo de Campo do Gerês recebeu muito da cultura de Vilarinho das Furnas, mesmo alguns habitantes. A essência deste sistema comunitário situa-se ao nível das condições económicas e da organização social.

O modo como a propriedade é ordenada e o tipo de actividade que aí é efectuada são as principais condicionantes da situação económica das pessoas desta zona. A propriedade privada é muito fragmentada e na posse de vários proprietários. Este tipo de distribuição da propriedade era compensado por uma propriedade colectiva, onde os moradores vizinhos pastavam os seus gados.

As actividades económicas de Campo do Gerês desenvolveram-se num quadro típico de organização social, intimamente ligado às condições ambientais, embora hoje em dia seja uma das portas do P.N.P.G, sofrendo uma grande evolução das actividades turísticas de montanha.

A base dessa organização assentava e assenta ainda numa “comissão de compartes” e na Junta de Freguesia. A comissão de compartes é a expressão da democracia popular, tal como a Junta de Freguesia, dois poderes de origem democrática que ainda perduram.

Campo do Gerês ainda sofre do êxodo do povo de Vilarinho das Furnas, entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970. Alguns dos seus actuais habitantes são oriundos dessa aldeia.

O Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas, construído com as próprias pedras da aldeia comunitária é um local de interpretação da vida de então da aldeia comunitária. Com o desaparecimento da aldeia, que ocasionou a dispersão da população, surgiu a n’AFURNA – Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho das Furnas, criada em Outubro de 1985, que tem por objectivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, colectivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho. Campo do Gerês vive em simbiose com o fantasma de Vilarinho das Furnas e seus ex- habitantes.¹⁵⁸

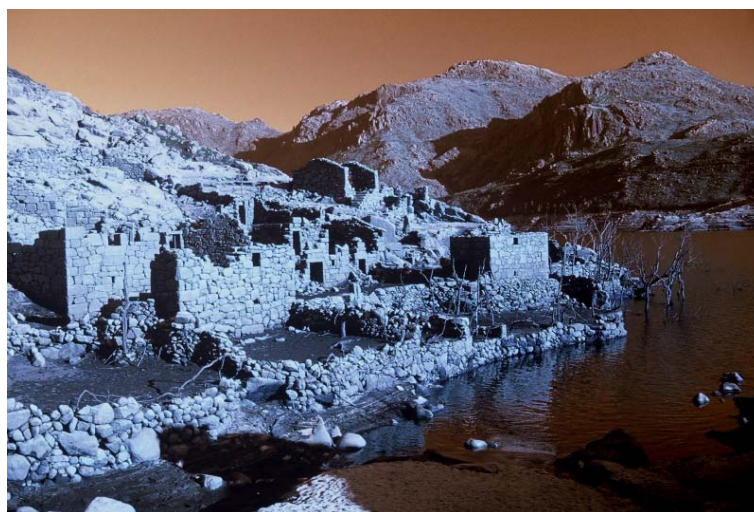


foto 16 – As ruínas da aldeia comunitária de Vilarinho das Furnas

Os benefícios patrimoniais são essencialmente constituídos pela componente histórico-

¹⁵⁸ Cf. <http://afurna.no.sapo.pt/Portagens%20no%20PNPG.pdf>

-cultural e socioeconómica. Este tipo de sinergia originou a criação de um pólo de desenvolvimento regional, com incalculáveis benefícios para Campo do Gerês dado tratar-se de um pólo cultural que origina o desenvolvimento cultural e científico, ao serviço das populações em que se insere.¹⁵⁹

As variações dos mercados turísticos e do gosto e, mais recentemente, as pressões urbanísticas da população, podem dar início ao desequilíbrio de uma paisagem que até há pouco tempo se apresentava estável.

¹⁵⁹ Cf. idem,

4.5.1 Áreas não edificáveis – áreas de expansão e de salvaguarda”

A diversidade biológica de Campo do Gerês é profundamente marcada pelo grau de humanização da paisagem, tanto pelo cultivo como pelo abandono da veiga. Tendo em conta a fragmentação da paisagem, o desenvolvimento das áreas cobertas por matos e as áreas cultivadas, foram identificadas as áreas com valores distintos sob este ponto de vista.

A RAN tem por objectivo a defesa e protecção das áreas de maior aptidão agrícola. No PDM de Terras do Bouro, e subseqüentemente no estudo urbanístico do Campo do Gerês, a reserva agrícola continua a ser definida na área da veiga como área agrícola prioritária, mantém ainda o seu estatuto, ainda continua a exercer a função agrícola, mas cada vez menos população a trabalha. “Todo este sistema importa ao entendimento da área em estudo, como rede de equipamentos e como espaço dotado de eminentes potencialidades vivenciais (para usos lúdicos, recreativos e outros)”¹⁶⁰ É uma área de valor patrimonial e paisagístico, ainda com capacidade produtiva dos solos, com acessos rurais e influente na manutenção do microclima local.

A REN tem por objectivo geral a salvaguarda das áreas indispensáveis à manutenção do equilíbrio ecológico da paisagem. Um dos seus objectivos específicos, é a protecção das zonas de interface entre diferentes ecossistemas.

A delimitação das áreas a afectar pelo regime de REN, efectuada no âmbito do PDM, foi elaborada com base no plano do PNPG, em cartografia de escala remota. Mais tarde, no âmbito dos estudos urbanísticos, foi de novo efectuada o seu traçado com base em estudos de levantamento local das características e das condições territoriais; a delimitação final da REN foi delineada pela equipa do CEFA/GEDES e colocada de acordo com a prévia delimitação das áreas urbanas e urbanizáveis que os estudos preconizavam.¹⁶¹ (ver fig. 4)

O estudo urbanístico considerava que algumas das áreas delimitadas na versão inicial da REN eram passíveis de acertos pontuais, para que os limites tivessem coincidência com elementos topográficos, e nunca para aumentar a área de edificação.

¹⁶⁰ CEFA/GEDES, Estudo Prévio, Maio 2000

¹⁶¹ Cf. idem, 2000

Na cartografia referente ao sistema geológico e à carta de declives, podemos observar uma grande mancha vazia, que corresponde à área de menor declive, sendo esta a área classificada como RAN. Toda a zona envolvente a esta área pertence à área de pré-parque da Peneda Gerês.



foto 17 - Espigueiro no limite da reserva agrícola, coincide com a Veiga de S. João

4.5.2 Os processos de transformação da paisagem rural

O território rural de Campo do Gerês, segundo uma análise dos tecidos morfológicos, apresenta os tecidos existentes (correspondentes aos antigo aglomerado, e a alguns extensões fora deste) com dimensões pouco significativas. Encontram-se algumas regularidades morfológicas de estrutura linear, que correspondem a ocupações de períodos anteriores a 1980, sendo as transformações das duas últimas décadas caracterizadas por uma maior diversidade. Mantém-se a possibilidade de percepção da estrutura espacial. Este factor de legibilidade é conferido fundamentalmente pelas características do suporte natural: a existência de um relevo acentuado permite pontualmente a percepção do conjunto e a identificação das suas diferentes partes. Para esta estruturação espacial concorre também a rede de estradas municipais e a sua relação com o aglomerado. Apenas em toda a faixa norte da freguesia, mais distanciada do aglomerado central, dada a disposição labiríntica da sua rede viária e da topografia, a legibilidade da paisagem urbana se torna problemática.

As transformações operadas entre 1995-2001 em função do zonamento do Plano Director Municipal possibilitaram constatar a falta de rigor na delimitação dos perímetros das zonas e efeitos não previstos. Apurámos que a demarcação das áreas não adopta em geral as características da morfologia local. Ela é orientada por objectivos de maior ou menor intensidade de transformação, de promoção de urbanidade, embora persista pontualmente a urbanização de génese ilegal, muito embora se tente, por via do regulamento, o enquadramento em relação à morfologia preexistente, avaliado caso a caso. (ver fig. 12)

4.6 Sistema ecológico, viário, edificado

A descrição do sistema ecológico permitiu-nos verificar que as áreas mais valiosas ou sensíveis do ponto de vista ecológico, as que oferecem risco à ocupação urbana, encontram-se definidas, sendo já reconhecidas como de interesse municipal, e tendo em vista a elaboração de uma carta de síntese da estrutura ecológica.

A dominante natural da paisagem de Campo do Gerês é verificada, quer através da observação do relevo acentuado, da veiga de São João, quer da prevalência da vegetação na periferia do aglomerado. (ver fig. 2)

O aglomerado localiza-se na sua essência maioritariamente na falda nascente da serra, estando neste momento a progredir para a encosta norte/nascente, pelo que se encontram neste momento em perigo algumas das construções por se encontrarem em zonas de declive acentuado e em zonas de interesse cénico e paisagístico, como indicado no P.D.M.. (ver fig. 5)

A sobreposição das diferentes fases de crescimento com a reserva agrícola, reserva ecológica e áreas de interesse cénico e paisagístico delimitadas, permitiu-nos verificar uma relação de equilíbrio entre a estrutura viária municipal e a localização dos aglomerados com o suporte natural.

Constatámos uma tendência para o desequilíbrio apenas durante a última fase de crescimento, no contexto de uma progressiva expansão da freguesia na qual se tem comprometido a manutenção do contínuo natural nas zonas a norte, nas áreas de interesse cénico e paisagístico. Esta situação deriva, fundamentalmente, do zonamento do plano director municipal.

Durante a última década, o crescimento deu-se de forma dispersa por toda a área da Freguesia, no interior das áreas edificadas e edificáveis estipuladas pelo Plano Director Municipal. Verificámos a existência de construções em zonas de Reserva Agrícola Nacional, mas quase sempre sobre a delimitação regulamentar para estas áreas, favorecendo a urbanização pontual da paisagem pelas edificações, e ainda em zonas de baldios, geridos pela população, espaços que agora se enquadram nos espaços de interesse cénico e paisagístico.

Um dos elementos de maior significado e impacto na paisagem em estudo, é a chamada Veiga de S. João: uma grande planície fértil, área agrícola à margem do aglomerado principal, que serviu em tempos como elemento de apoio ao aglomerado. Neste momento, cerca de 1/3 está para a agricultura de subsistência e na área restante estão instaladas as infra-estruturas turísticas do lazer na montanha e as actividades de apoio turístico.

A delimitação desta zona foi feita por ser solo de interesse agrícola, com solos de baixas aluvionares e coloniais e foi considerada determinante na viabilidade económica da população. Esta área coincide com a Veiga de S. João, que se apresenta como um grande espaço aberto de morfologia peculiar, como já foi referido anteriormente; constitui um dos principais significantes em presença, embora apenas se permita a tomadas de vista muito localizadas, com excepção das panorâmicas obtidas a partir do Monte da Sr.^a da Conceição. A Veiga resulta como um grande espaço central, rodeado por um anel de percursos que confluem no lugar do Museu de Vilarinho das Furnas.

4.7 A problemática da paisagem de Campo do Gerês

Jean Remy explica no seu texto «a aldeia urbanizada» a organização espacial, sistema social, sistema cultural e relações sociais de um território rural. A aldeia e *inclusive* as suas fracções que constituem o aglomerado, apresentam-se como conjunto de edifícios, eles próprios por sua vez mais ou menos dispersos, por vezes associados espacialmente uns aos outros. “O trabalho agrícola, actividade económica dominante, supõe com efeito que as terras que se cultivam estejam na proximidade imediata da habitação, pois que na ausência de toda a técnica de deslocação há que minimizar o tempo necessário para ir e voltar e, logo, a distância concreta a percorrer. Essa mesma exigência impõe que os agrupamentos de população sejam sempre de pequenas dimensões, pois quanto menos população houver, e portanto edifícios a abrigá-la, mais o lugar de trabalho estará próximo e acessível.” Dada a pequena dimensão do aglomerado, “determina uma paisagem em que o construído surge mais ou menos disseminado sobre o pano de fundo da natureza”; neste caso a floresta e a veiga “ocupam a maior parte do espaço e dominam a percepção”¹⁶²

Quanto ao sistema social, devemos sublinhar, a existência de um pequeno grupo de habitantes, em que a semelhança das actividades provoca um inter-conhecimento, onde “a vida profissional e, a vida familiar e outros aspectos da vida social se desenrolam no interior de um espaço restrito. Esta situação favorece o controlo ecológico, i.e. um controlo baseado na visibilidade e na observação directa, e na capacidade de todos conhecerem cada um em todas as actividades, ao multiplicarem sobre elas comentários personalizados.”

Estamos perante um conjunto de edifícios aglomerados num lugar particular, em relação com uma determinada área ecossistémica, a veiga, ou lameiro. Mais tarde assiste-se à expansão do aglomerado primordial, por pressões urbanísticas de origem externa, como as do âmbito do turismo, ex-habitantes de Vilarinho das Furnas, até aos conjuntos de genes urbanos tipo *resort* turístico como é o sistema da Pousada da Juventude.

Poderá ser uma hipótese a utilizar como suporte-base a geomorfologia, a hidrografia, a vegetação, isto é o suporte natural, onde o desafio para a qualificação de uma paisagem pelo

¹⁶² Jean rémy, 1992,pp. 27

património banal poderá ser uma oportunidade para o aproveitamento das potencialidades na transformação da estrutura territorial e seu desenvolvimento.

A hipótese lançada no início do capítulo era a de que as componentes dominantes, considerando a natureza sensorial da paisagem e o património, como resultado do conjunto das obras do homem na qual uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica, seriam as do suporte natural e patrimonial – e de que o desafio para a qualificação da paisagem rural se relacionaria com o benefício das suas potencialidades na transformação da estrutura do aglomerado.

Deverá ser pelo entendimento da paisagem em estudo, como matriz para uma política de planeamento, que se constituirá uma das formas de garantir a qualidade paisagística e o desenvolvimento local.

Distinguimos duas questões a considerar na adopção da paisagem como matriz: o interesse em garantir uma boa legibilidade da estrutura espacial da paisagem em estudo; a valorização dos espaços de articulação entre os quatro sistemas considerados na descrição – ecológico, viário e edificado e patrimonial, inseridos num contexto de extensão do sistema territorial à escala local, regional e global.

Alguns dos pontos da Convenção da Paisagem deveriam em nosso entender ser integrados nos instrumentos de planeamento urbanístico, em substituição dos actuais critérios morfológicos (consistindo num desenvolvimento da sua filosofia de base). Neste âmbito, a regulação desempenharia um papel de instrumento de enquadramento dos processos de transformação na estrutura espacial da paisagem.

Os critérios paisagísticos deviam resultar de um processo de aproximação à realidade local (dimensões biofísica, morfológica e sociocultural) que passariam a constituir a matriz para o planeamento, em detrimento da indicação de critérios morfológicos de carácter genérico. Esta referenciação à paisagem rural não se traduziria numa atitude de conservação e repetição das preexistências, mas apenas na garantia de que as transformações não afectariam negativamente as estruturas preexistentes.

A análise da morfogénese da paisagem urbana proporcionou-nos conhecimento sobre a especificidade do crescimento de Campo de Gerês, permitindo-nos uma leitura das transformações da sua estrutura espacial nas diferentes fases de crescimento e a identificação das permanências, tornando significativos os processos de crescimento observados em cada período.

A paisagem de Campo de Gerês é caracterizada por uma estrutura nuclear ligada a uma estrada central que unia a freguesia à estrada principal de ligação a Terras do Bouro, a EN 307. A submersão da aldeia de Vilarinho das Furnas pela barragem aí edificada originou o reforço da importância do eixo que ligava as duas aglomerações urbanas, à margem do aglomerado na orla poente da povoação; edificações correspondentes ao resultado de uma nova necessidade urbana: a urbanização resultante dos novos tipos de vida das populações do litoral, na procura de edificar a segunda casa, o que trouxe um novo tipo de ocupação, distinguindo-se das restantes áreas da freguesia.

O crescimento estruturou-se, maioritariamente, sobre a rede de estradas e caminhos preexistentes; consolidaram-se os caminhos com construções pontuais de pequena escala, mantendo-se o aglomerado preexistente com baixas densidades de edificação. Assim, a rede de trilhos, que seguiam trajectos sinuosos atravessando ao acaso áreas agrícolas e florestais, deu génese à actual rede viária.

Até 1980, observamos a formação de tecidos morfológicos, em geral de baixa densidade, correspondentes às áreas delimitadas como aglomerado central, como também o loteamento da Pousada da Juventude.

As tipologias de habitação, com reflexo sobre o tecido rural, foram até 1980 exclusivamente unifamiliares. A partir da década de 80, continuaram a proliferar, sendo a unifamiliar como segunda habitação que actualmente constitui a tipologia de edificação maioritária.

A estrada EN307 que parte do marco miliar junto ao museu etnográfico mantém a função de eixo de ligação de toda a freguesia, complementado pelas via poente de acesso de ligação aos capilares do aglomerado, os quais garantem uma relativa coerência da estrutura espacial e favorecem o acesso ao interior da freguesia.

O aglomerado preexistente manteve-se praticamente inalterado. As actuais intervenções não apontam para uma contextualização, regendo-se unicamente pelas indicações urbanísticas dispostas no PDM, pelas modas arquitectónicas do momento e relacionando--se com o arruamento em que se encontram apoiadas.

No contacto pontual com a população e com alguns dos seus representantes: (presidente da Junta de Freguesia e presidente Comissão de Baldios), foi constatado que existe uma grande desconfiança perante os modos como o território é gerido e como são afrontados pelas entidades que tutelam o território: técnicos do Parque Nacional da Peneda Gerês, técnicos da C.M.T.B., técnicos que elaboraram os planos de ordenamento. Aqueles representantes da população local, ambos eleitos democraticamente, criticam as hipóteses lançadas pelos técnicos camarários, dado que estas vão contra os valores criados pelo “tempo”.

A flexibilidade e a inexistência de uma estratégia de regulamento e de zonamento concertada promoveram um ligeiro crescimento da freguesia em zonas sem a mínima qualidade urbanística e que teria justificado uma maior regulação das formas de urbanização, que assegurasse a transição entre a morfologia e topografia preexistentes e uma estrutura espacial coerente. As novas edificações não contribuem, em geral, para a qualidade da paisagem rural, comprometendo a manutenção da morfologia preexistente.

Alguns dos modelos apontam para modelos de periferias urbanas, outros para uma mistura dos sinais de ruralidade já perdida. O exemplo da casa térrea com espigueiro é um sinal de modernidade rural.

Outra questão observada no local foi a disseminação de edifícios de habitação servidos por caminhos, ou troços de ruas, de perfil disfuncional, desprovidos de espaços públicos e privados, sem arborização, não se relacionando com a topografia.

Os espaços colectivos do aglomerado encontram-se em avançado estado de degradação física e já sujeitos a um conjunto de malformações e usos abusivos, de que são exemplo algumas construções implantadas na área dos Espigueiros.

No tramo do arruamento (entre a entrada do aglomerado e o parque de campismo, a norte) apresentam-se situações pontuais muito constrangidas, a par de secções com perfil

desafogado, sendo no entanto marcadas pela ausência de superfícies devidamente tratadas e preparadas para o uso exclusivo por parte de peões, situação esta de grande relevância, por se constituir como acesso praticamente unívoco entre a área do Parque de Campismo e o Centro do aglomerado, integrando o percurso de acesso à Albufeira da Barragem de Vilarinho das Furnas.

Nos espaços percorridos, encontrámos publicidade e placas de identificação das actividades com regulamentação, constituindo presença muito forte da imagem Parque Natural da Peneda Gerês e da via Romana.



foto 18 e 19– Painéis informativos sobre o PNPG: percursos e elementos patrimoniais

A análise da evolução do sistema ecológico, viário e edificado permitiu-nos substanciar as transformações verificadas nas fases de crescimento, revelando-se os problemas no interior de cada sistema e a identificação das especificidades de cada fase de crescimento. No sistema ecológico, observámos um crescente abandono das áreas agrícolas. No sistema viário, observámos uma crescente ramificação, sobre antigas veredas preexistentes, resultando num sistema viário com formação de disposição labiríntica, sem suporte infra-estrutural ou de espaços públicos que as sirva.

A sobreposição da estrutura ecológica com o sistema viário e o sistema edificado permite-nos verificar que estes são estanques entre si e não existe uma boa articulação entre a paisagem natural, a estrutura viária e os tecidos morfológicos, esperando-se que surja um documento que oriente os processos de transformação em curso. (ver fig. 3)

De realçar a profunda carência de estruturação urbanística, pela rarefacção e incompetência do traçado e por constrangimentos ao nível das infra-estruturas urbanísticas.

Verifica-se ainda na zona da Cerdeira, zona dos baldios, que as construções já executadas revelam opções insólitas ao nível das imagens, soluções construtivas e materiais utilizados, situação tanto ou mais gravosa se for considerado o evidente desajuste da sua localização de grande exposição e abertura visual, sobretudo para as que se implantam na vertente orientada a nascente. Muitas das construções junto da Pousada da Juventude encontram-se degradadas, correspondendo no entanto a opções construtivas e formais com razoável capacidade de contextualização, face ao meio em que se inserem.



foto 20 – Destruição de afloramento rochoso, para construção de 2ª habitação

Se considerarmos que há necessidade desta paisagem rural como uma estrutura evolutiva, compreendemos a importância de conhecer, identificar e planear de acordo com o suporte natural da paisagem, permitindo o bom funcionamento dos seus sistemas.

Em síntese, a problemática da paisagem rural de Campo de Gerês relaciona-se com os aspectos seguintes: a recusa em aceitar os sistemas naturais como uma oportunidade de desenvolvimento; a ilegibilidade de uma estrutura espacial somada à fraca qualidade das novas edificações; o sulcar de novos arruamentos na encostas nascente da freguesia. e finalmente, a negação dos valores patrimoniais, quer naturais quer culturais. Estas quatro questões derivam dos actuais processos de transformação, pelo que nos parece confirmada a hipótese inicial da necessidade de integração dos termos de paisagem e do património no planeamento e gestão urbanística.

Formas de crescimento



Fig. 21 Aglomerado concentrado



Fig. 22 Urbanização à beira da estrada EN307



Fig. 23 Loteamento da Pousada da Juventude



Fig. 24 Quinta da Cruz



Fig. 25 Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas



Fig. 26 Urbanização isolada em área protegida

CAPITULO V - A INTEGRAÇÃO DO PATRIMÓNIO NAS POLITICAS DA PAISAGEM EM ESTUDO --- HIPÓTESES

5.1 Proposta de boas práticas para a paisagem de Campo do Gerês

A proposta de boas práticas na paisagem patrimonial deve resultar de uma intenção política de melhoria da imagem da freguesia, da imagem real. Deverá ter a intenção de melhorar o aspecto estético do espaço rural, sendo para tal essencial a melhoria da qualidade dos projectos de arquitectura. O urbanismo deverá ser um assunto de todos e apenas uma maior exigência social poderá suscitar a maior qualidade da actividade de projectistas e construtores.

Parece evidente a dificuldade que irá representar a correcção/qualificação do espaço em análise, com o intuito de criar uma política para a paisagem, visando a sua protecção e gestão, e integrando-a nas outras políticas. É necessário dar resposta às tendências e às ameaças a que esta paisagem está sujeita, devendo seguir-se uma estratégia e utilizar instrumentos numa lógica de subsidiariedade, seguindo orientações gerais mas respeitando a necessidade local e mantendo a identidade de uma paisagem de montanha.

A proposta de um novo instrumento de gestão urbanística tem por objectivo a melhoria da paisagem urbana do território da freguesia. Implicará uma revisão da estrutura dos serviços urbanísticos municipais e a adopção de novos objectivos para a gestão urbanística. Deverá ter como objectivo a melhoria da eficiência geral dos serviços de gestão urbanística, procurando por um lado a definição de estratégias que conduzam à melhoria da qualidade de espaço rural, preexistente e projectado e, por outro, lado a prestação de um serviço mais perto da população, dados os valores comunitários deste território.

É necessária e justificada a adopção de políticas de paisagem nas políticas municipais de Terras do Bouro, motivada por intenções de aproximação à população, considerando por um lado os seus sistemas de valores e, por outro lado, investindo na sua consciencialização para

as problemáticas patrimonial, ambiental e urbanística contemporânea, procurando a sua co-responsabilização na produção do território.

Verificamos que no caso em estudo a abordagem à paisagem como componente do espaço rural se estabelece ainda numa recusa da complexidade das temáticas territoriais, urbanísticas, paisagísticas e patrimoniais, para se ancorar numa acepção corrente do conceito de paisagem como equivalente à porção de território que se abrange com o olhar.

Concordamos que a desqualificação do espaço rural de Campo do Gerês constitui um facto inegável e que se torna necessária uma intervenção administrativa no sentido da sua melhoria, justificada quer por razões de identificação cultural e de estima por parte daqueles que o habitam, quer por razões de um maior encanto e de atractividade projectada para o exterior.

À primeira vista, a elaboração de políticas neste campo deve basear-se no conhecimento teórico e no estudo da realidade palpável: do território biofísico, da estrutura urbana e suas actividades, das dinâmicas de transformação e suas inter-relações.

As políticas de paisagem podem ser motivadas por intenções de aproximação das políticas municipais em relação à sociedade, considerando por um lado os seus sistemas de valores culturais (se é que ainda os há) e por outro lado, avançar na consciencialização para as problemáticas urbanísticas contemporâneas, procurando a sua co-responsabilização na produção do território, como a Convenção Europeia da Paisagem aponta. Deste modo, a Convenção, que já é lei em Portugal, e que já apresenta os seus princípios vertidos para a legislação portuguesa, deve ser traduzida nos processos de planeamento, elaborando previamente uma avaliação dos impactos, dos meios, e das articulações necessárias para a execução dessa política de paisagem no sistema de planeamento local.

5.2 Hipóteses para o desenvolvimento de uma política de Património Cultural

“Changer les regards pour transformer les rapports sociaux à l’espace est un processus lent que les professionnels de l’aménagement peuvent accélérer ou inflechir. Mais c’est une évolution d’autant plus importante que le territoire donné à voir forme lui-même les regards de ceux qui l’habitent et le transforment. Plus la maîtrise de cette production simultanée d’espaces de nature extraurbaine et d’idées de campagne sera voulue par les élus, et plus il sera indispensable de réinventer les récits fondateurs qui l’inspirent...”

DONADIEU, 1998¹⁶³

A hipótese que defendemos é a de que o desenvolvimento da política de paisagem urbana deve partir do conhecimento da sua problemática específica, obtido a partir de duas frentes: por um lado, a descrição da paisagem de Campo do Gerês que identifique as principais componentes a considerar na elaboração da política; por outro lado, uma acção de intervenção social e cultural, orientada para o envolvimento dos cidadãos com a acção municipal, acompanhada por equipas pluridisciplinares.

“A conservação não pode ser entendida e reduzida a um regulamento abstracto, genérico, simplesmente proibicionista, que desresponsabiliza quem o cria. A sua substância é avaliada pelos resultados das acções de salvaguarda e valorização efectivamente asseguradas no terreno. Do mundo rural só faz sentido preservar as estruturas físicas de algumas das suas paisagens, o seu património de arquitectura popular e algumas manifestações culturais. O “modus operandi et vivendi” da ruralidade perderam irremediavelmente as suas bases socioeconómicas. O desafio actual do planeamento dos espaços rústicos consiste em criar paisagens simultaneamente válidas dos pontos de vista estético, ambiental e económico.”¹⁶⁴

Defendemos assim que a elaboração de uma política, ou apenas de um regulamento de paisagem deveria resultar de um processo de desenvolvimento localizado, partindo de acções embrionárias sobre aspectos identificados como estratégicos, seguindo uma evolução

¹⁶³ Donadieu, 1998, p. 211

¹⁶⁴ Sidónio pardal, *Planeamento do espaço rústico*, p.9

dependente da aceitação e capacidade de envolvimento social e da articulação com os restantes sectores municipais.

Dever-se-ia investir num primeiro tempo na definição dos objectivos (políticos e sociais) e dos aspectos a privilegiar na acção (em função da particularidade da problemática paisagística), e desenvolver os instrumentos adaptados à sua particularidade, no interior da orgânica municipal.

O objectivo primordial seria o da elaboração de um projecto de valorização do território, aplicado no sentido físico, com o intuito de criar um espaço identitário dinâmico de produção e consumo cultural, *aberto e habitado*, que se manifeste nesta área geográfica composta de elementos patrimoniais singulares, que são marcas de uma paisagem antropizada, pelo Museu, Centros de interpretação, itinerários da Geira, percursos de montanha.

Deverá ser um Território Cultural com uma estrutura organizativa, capaz de liderar procedimentos de desenvolvimento sustentável, encarregue da gestão de uso do património em rede e dedicado à aplicação de uma estratégia interpretativa desse território.

Como tal, deverá este fragmento territorial genético, grão de areia potenciador de condensações económicas na região, ser um elemento modelo, especialmente atractivo numa proposta que pretenda difundir a ideia de uma imagem de marca em diferentes mercados: cultura, lazer, turismo, gastronomia, etc., ao permitir otimizar o conjunto de serviços e produtos já oferecidos e em funcionamento no território, possibilitando uma maior competitividade dos agentes económicos ligados a estes mercados e priorizando o tipo de investimentos a ser feitos.

O modelo de comunicação do território deve promover uma ideia integral de paisagem e ser gerador de sinergias endógenas e exógenas, *suportadas nos memórias singulares*, que utilizem as construções existentes, isto é, os lugares da memória. Deverá ser concretizada uma ideia de paisagem que se relacione directamente com uma estrutura rural construída ao longo de centenas de anos, e que envolva as estruturas ecológicas presentes. As mais-valias económicas da cultura de montanha, a pastorícia e agricultura, são uma identidade cultural da maior importância, uma vez que ela permite estabelecer a diferença relativamente a

outras situações territoriais. Há que reconhecer a existência, como já foi exposto anteriormente, de um conjunto de problemas que contribuem para a fragilidade desta paisagem em particular: sobretudo a perda e envelhecimento da população, a excessiva dependência do sector do turismo sazonal e da agricultura de subsistência, e a pobreza da qualidade dos espaços públicos e da arquitectura recente. Exige-se também uma atenção às criações arquitectónicas, mas também aos lugares nos quais sejam patentes os testemunhos da evolução da paisagem em estudo, em particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico: veja-se o caso de Veiga de São João, aglomerado antigo e achados arqueológicos.

Deve também haver uma aposta no Lazer Sustentável, visando satisfazer as necessidades e expectativas dos turistas actuais e das regiões de destino, ao mesmo tempo que se potenciam estas oportunidades para as gerações vindouras. A gestão dos recursos naturais deve ser de modo a satisfazer, simultaneamente, objectivos económicos, sociais e estéticos, assegurar simultaneamente o equilíbrio dos processos ecológicos; a deve própria actividade do lazer, deve ser apoiada numa economia sustentável com a participação activa nos processos de transformação da paisagem e ecologicamente responsável nas opções de transformação da paisagem. Esta utilização otimizada do ambiente e dos seus recursos naturais, resultará na maximização dos benefícios económicos, nomeadamente para as comunidades locais. Significa uma gestão proactiva e eficiente das estruturas necessárias à operacionalização daqueles objectivos e a sua integração em todos os aspectos do desenvolvimento deste território cultural.

Para a recuperação estética do Gerês, a paisagem é a imagem, seja ela mental, verbal, representada em pintura ou realizada sobre o território¹⁶⁵ (*in visu* ou *in situ*)¹⁶⁶, e tem por objectivo o enriquecimento cultural do indivíduo e da colectividade e melhoria da qualidade de vida da população; deste modo será necessário considerar os aspectos seguintes:

- a) **Recuperação e valorização do aglomerado central**, incentivando o uso de materiais tradicionais, na recuperação da arquitectura tradicional do parque habitacional (coberturas, fachadas, caixilharias, coberto vegetal, etc), como modelo pedagógico para futuras construções;

¹⁶⁵ Besse, 2000

¹⁶⁶ Roger, 1997

b) **Recuperação ou reconversão das edificações abandonadas** para equipamentos que potenciem a dinamização de actividades culturais colectivas;

c) **Criação/beneficiação de zonas de lazer e espaços verdes**, com o imperativo de valorização de espaços agro-florestais para fins lúdicos e pedagógicos (parque temático agro-florestal, equipamento de apoio a campos de férias; controlo da sinalética de locais de interesse; painéis de interpretação, placas de indicação, concepção, marcação); beneficiação de percursos temáticos (percursos equestres, descoberta do património e ambiente;

d) **Requalificação dos espaços públicos existentes**, como imperativo à assunção dos objectivos da reabilitação rural;

e) **Gestão do território por uma entidade reguladora, pública ou privada**, que monitorize a sua correcta utilização, considerando o uso que lhe está atribuído (que medie a relação biunívoca entre o território e os usufrutuários que se concretize e garanta o seu papel relevante, o qual motive e suporte o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas e componentes da paisagem).

5.2 Conclusões

«Prendere coscienza del valore e della consistenza di ciò che è stato, anche per sospenderlo dalla nostra memoria e far spazio al nuovo è essenziale per la costruzione del progetto. Construendo, si riempie un vuoto tra cose che esistono collocate su diversi piani di valore.»

Vittorio Gregotti, in “Necessità del passato”, 1997

A estabilidade das paisagens rurais (referenciáveis culturalmente) corresponde a um momento temporal em que os modos de vida rurais representam um papel importante na construção da paisagem. O sentimento de perda, provocado pelo declínio da actividade agro-silvo-pastoril, originou a crise na paisagem dita rural, tornando-a simétrica da urbana e, como tal, a perda das características intrínsecas de cada comunidade e da sua paisagem cultural.

Deste modo, o conceito de rural está hoje em dia numa encruzilhada, devido às pressões que o têm vindo a transformar em algo que não é urbano, nem é rural. O que é? Por comparação, usando como metáfora da biologia genética uma possível explicação, assistimos à perda de um “código genético” que desaparece deixando as sequências possíveis, e de outro código que ainda não está construído, que ainda não é decifrado como algo coerente. A qualidade do material genético dependerá da relação entre a acção cultural de uma sociedade numa sequência temporal no território; e se o código genético original é bom, melhor serão os modelos hereditários dessa nova paisagem.

O modelo genético deve ser partilhado pelos sujeitos (por meio de um imaginário colectivo) numa opção de livre escolha e pró-activa; caso contrário, os sinais da memória serão genéricos, sem identidade própria. A paisagem, sob o efeito das aspirações económicas e políticas, sofrendo da perda de identidade, através de um processo de desmontagem genética das paisagens tradicionais (correndo o risco de perder o referencial), por efeito dos novos usos, modos de vida e aspiração sociais, numa paisagem em evolução, provocará uma nova ruralidade ou um campo urbanizado.

Para ultrapassar estes receios, devemos propor uma consciente Construção Cultural da Paisagem, que permita rentabilizar as sinergias que o território oferece: serviços e produtos,

onde a paisagem, como um todo, e imbuída dos sinais das memórias físicas, humanas e dos lugares, seja o repositório de uma síntese, de maturação ao longo do tempo, por efeito, das condições biofísicas e da acção do homem organizado numa sociedade portadora de uma cultura no território.

A construção cultural da paisagem deve introduzir uma perspectiva interdisciplinar (considerando os sistemas de significado e valor e autenticidade social), e construir uma matriz para a revisão dos instrumentos urbanísticos, adoptando a definição e critérios e instrumentos paisagísticos (a imagética da sua paisagem) em substituição dos actuais critérios morfológicos. Isto implica a utilização otimizada do ambiente e dos seus recursos naturais, e a maximização dos benefícios económicos, nomeadamente para as comunidades locais. Deve incorporar uma estrutura social, suportada por um processo sustentável, capaz de gerir o património em rede (natural e cultural), partindo do reconhecimento prévio da paisagem como elemento essencial da valorização do património no ordenamento do território.

A construção cultural da paisagem rural deve partir do valor e autenticidade de um espaço reconhecível culturalmente pelo indivíduo num dado território, para contribuir para o enriquecimento cultural do património comum, num continuum temporal.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola - Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 1014 p.
- ALMEIDA, Brochado - Estudo do património Arquitectónico e arqueológico da Freguesia de S. João do Campo, 2001
- ANDRESEN, Teresa - Para a crítica da paisagem, tese de doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992.
- ANTUNES, Manuel de Azevedo Vilarinho da Furna – Uma Aldeia Afundada. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985
- ANTUNES, Manuel Requiem por Vilarinho da Furna – Uma Aldeia Afundada. Colec. Meia Hora de Leitura. Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona. 1994
- ARAÚJO, Ilídio de - Problemas da Paisagem Urbana, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, Lisboa, 1961
- ASCHER, François - Metapolis - Acerca do futuro da cidade, Oeiras (1998), trad. Port. ed. Álvaro Domingues Celta editora, 1995
- AUGÉ, Marc - Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade, Bertrand Editora, Venda Nova (1994) 1992
- BENEVOLO, Leonardo - La cattura dell'infinito. Roma: Laterza, collana "Quadrante Laterza», 1991. 142 p
- BENEVOLO, Leonardo - The Origins of Modern Town Planning. Cambridge, MA: MIT Press, 1967
- BERQUE, A. CONAN, M. DONADIEU, P. LASSUS, B. ROGER, A. - Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage, col. Pays/Paysages, Editions Champ Vallon, Seyssel, 1994
- BERQUE, A. Les Raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse, Hazan, Paris, 1995
- BERQUE, Augustin - "des toits, des étoiles" in les annales de la recherche urbaine, n° 74, 1997.
- BOERI, S.; LANZANI, A.; MARINI, E. - Il Territorio che cambia: ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese, Abitare Sagesta Cataloghi, Milano, 1993
- BOURDIN, Alain - Le patrimoine réinventé. , Paris: Press Universitaires de France, 1984
- CALVINO, Italo - As cidades invisíveis. Lisboa: editorial teorema, 4ª edição
- CARDOSO, Abílio - Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento. Porto: Edições Afrontamento/Departamento de Engenharia Civil da FEUP, 1996. 590 p
- CARERI, Francesco - Walk scapes. El andar como práctica estética. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- CASSABELLA, Claudia - Iperpaesaggi. Roma: Varia, 2001
- CHOAY F., L'urbanisme, utopies et réalités : une anthologie. Le Seuil, coll. Points, 1965 et rééditions
- CHOAY, Françoise - A alegoria do património / trad. Teresa Castro. Lisboa : Edições 70, 2000
- CLEMENTI, Alberto. Interpretazioni di paesaggio, Meltemi editore, Roma, 2002
- COLLOT, Michel - Les enjeux du paysage, éditions Ousia, 1999
- Comissão Das Comunidades Europeias Livro Verde Sobre O Ambiente Urbano, publicado por serviço das publicações oficiais das comunidades europeias, Luxemburg, 1990

CORBOZ, André - Le territoire comme palimpseste et autres essais,. Paris : collection tranches de villes, les éditions de l'Imprimeur, 2001.

CURADO, Maria José Dias - O planeamento e a gestão das Paisagens Culturais – Alto Douro Vinhateiro: contributos e aplicação, 2003

D'ABREU, Alexandre Cancela - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal / universidade de Évora, departamento de planeamento biofísico e paisagístico; coord. Alexandre Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia, rosário oliveira. Évora : Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, 2004.

DIAS, Jorge - Vilarinho da Furna : uma aldeia comunitária ; nota preliminar e prefácio de Orlando Ribeiro.- Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda,1981

Divisão De Normas / Direcção De Serviços De Estudos E Planeamento Estratégico - Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território. Lisboa: DGOTDU, 2005

E PEREGO, F., Clementi, A. - Eupolis – La riqualificazione delle città in Europa – i. periferie oggi volume 1. : Biblioteca de cultura Moderna Laterza

ENCICLOPÉDIA EINAUDI, vocábulos Paesaggio, Terra, Territorio, Risorse

FESTAS, Maria - Resposta ao inquérito sobre a situação política e jurídica da paisagem em Portugal, em www.iucn.com, 2000

FONT (Coord.), António - Planeamiento urbanístico. De la controversia a la renovación. Barcelona: Diputación de Barcelona, collecció Territori i Govern: Visions, 2003

FONT, António (Coord.) - Planeamiento urbanístico- de la controversia a la renovación. Barcelona: CUIMPB, 2003.

GIDEON, S., Spazio, Tempo, Architettura, Milão, Hoepli, 1989

GREGOTTI, Vittorio - Território da arquitectura, São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

GREGOTTI, Vittorio - Necessità del passato,Milão: Editora Bruno Mondadori, 1997

INDOVINA, F. SAVINO, M. - Nuove città e nuovi territori: la città diffusa veneta, in [www.daest. It](http://www.daest.it), 1999

INE - Atlas das cidades de Portugal. Lisboa : INE, 2002.

IPPAR, Instituto Português Do Património Arquitectónico e Arqueológico - Cartas e convenções internacionais : património arquitectónico e arqueológico. Lisboa: IPPAR, 1996

IUCN - THE WORLD CONSERVATION UNION - Landscape Conservation Law – Present trends and perspectives in international and comparative law, Environmental Policy and Law Paper No. 39, publicado por IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK2000

JOSÉ FERRÃO, Bernardo - Projecto e transformação urbana do porto - na época dos almadás 1578/1813. Porto: Edições FAUP, 2ª Edição 1989

LACOSTE, Yves - Dictionnaire de geopolitique. Paris: Flammarion, Tradução Telma Costa, Teorema 1993.

LACROIX, Michel - O Princípio de Noé, ou a ética da salvaguarda, Instituto Piaget, Lisboa 1997, (1999)

LE CORBUSIER - Princípios de urbanismo. Barcelona, Ariel. 1971

LEGISLACIÓN COMUNITARIA - "Carta Europea de la Ordenación del territorio", en Estudios Territoriales. 1983

LOPES F., CORREIA M. - Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais, Editorial Horizonte, 2004

LYNCH, Kevin - A Imagem da cidade, coleção Arte e comunicação, edições 70, Vila Nova de Gaia, 1989

MACHARG, Ian L. - Design with nature, New York, John Wiley & Sons, inc. (1992), 1969

MADUREIRA, Ana Luísa S. - “O espírito novo na paisagem”, prova final, FAUP, 2004

MAGALHÃES, Manuela Raposo - A Arquitectura Paisagista, morfologia e complexidade, Editorial Estampa, Lisboa, 2001

MARTINELLI, M., Orsomando, E. MARIA, F. Tardello GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, 2007

MAZZA, Luigi - Transformazioni del piano. : edições Franco Angeli, 2003

MENDES, Manuel - Fernando Távora - Teoria Geral da Organização do Espaço Arquitectura e urbanismo. A lição das constantes. Porto: Edição do Concelho directivo da FAUP, Outubro 1993.

MERLIN P., CHOAY F. - Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement, P.U.F., 1988

MERLIN, Pierre - L'urbanisme - que sais-je?, Paris : Presses universitaires de France, 1987.

MONEO, Rafael - “La solitudine degli edifici e altri scritti”. Vol. I, U. Allemandi, Torino 1999

MORALES, Manuel De Sola - Les formes de creixement urbà, edições UPC.

MORUS, Tomás - A utopia, Guimarães Editores, Lisboa, 1978

Norberg-Schulz, Christian - Genius loci, paesaggio, ambiente,. Milano: Architettura, Documenti di architettura, Electa, 1979 (1986).

PEDRO Viana - Território, povoamento, construção: manual para as regiões do parque nacional da Peneda-Gerês / coord. Pedro Viana: ADRPNPG, 1999. ISBN

PAU-PRETO, Fernando - O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território, Porto, Universidade do Porto, 2005

SIDÓNIO, Pardal - Planeamento do espaço rústico, Lisboa, Associação Nacional de Municipios, Universidade Técnica de LisboaPortugueses, 2002

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, Terras do Bouro, ratificação - Resolução do Conselho de Ministros n.º24/96, de 21 Março

PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS - RCM nº 134/95 de 11 de Novembro de 1995

POLANAH, Luís - Comunidades camponesas no parque nacional da Peneda - Gerês. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987.

PORTAS, Nuno - Notas sobre a intervenção na cidade existente, in Sociedade e Território (Ano1/Nº2), 1985

PORTAS, Nuno - Presente, Pasado y Futuro de las Ciudades Património de la Humanidad, in OESTE 10: Revista de Arquitectura y Urbanismo del Colégio Oficial de Arquitectos de Extremadura, 1993

PORTAS, Nuno; Domingues, A; Cabral, J. - Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2.ª, 2007

RELATÓRIO de progresso, 1º Diagnostico de progresso dos estudos urbanístico para Campo do Gerês, CEFA /GEDES, 1996

REQUIEM por Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Afundada. Colec. Meia Hora de Leitura. Lisboa:

Biblioteca da Universidade Lusófona, 1994.

RÉMY, Jean Voyé, Liliane - A cidade: rumo a uma nova definição, Porto: Edições Afrontamento, 1992.

RIBEIRO, Ana S. - A paisagem nas políticas urbanas: contributo para a elaboração do regulamento de paisagem urbana de vila nova de gaia. Porto: Tese mestrado FAUP/FEUP, 2004

ROGER, Alain. Court traité du paysage. Paris: Éditions Gallimard, 1997

ROSSI, Aldo - Barcelona. La Arquitectura De La Ciudad: Gustavo Gilli, 1969 (1986).

SAMONÀ, Giuseppe - L'urbanistica e l'avvenire della città – Biblioteca Universale Laterza,

SECCHI, Bernardo - Prima lezione di urbanistica, Universale Laterza, Bari, 2000

SECCHI, Bernardo e VIGANÒ, Paola - “Un programma per l'urbanistica” e “Descrizioni” in Urbanistica 111 dic. 1998

SOLA - MORALES, Ignacio de - Territórios. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, Sa, 2002.

SPIRN, Anne Whiston - The Language of Landscape, Editado por Yale University Press, 2001

TAFURI, Manfredo - Teorias e história da arquitectura. Lisboa: Editorial presença, 2ª Edição 1988.

TOMÉ, Miguel – Património e restauro em Portugal : 1920-1995. Porto: Edições FAUP, 2002.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, Dgotdu - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental. Évora : DGOTDU, 2004

VOYÉ L, Rémy J. - A cidade: rumo a uma nova definição?

ZEVI, Bruno - “Paesaggio e città”, Roma, Tascabili Economici Newton, 1994

ZUMTHOR, Peter - "Pensar Architettura". Milão: Mondadori Electa spa, 2ª Edição, 2003.

Locais na Internet visitados

www.wmf.org

www.wmf.org.uk

www.europanostra.org

www.icomos.org

www.ippar.pt

www.unesco.org

www.monumentos.pt

www.citidep.pt/ngo/afurna

www.cnpqb.inag.pt/gr-barragens/gbportugal

www.dams.org/news_events/media

www.parque-natural-peneda-geres.pt

www.peneda.geres.naturlink.pt

www.daest.it

www.iucn.com

www.oa-castelobranco.org

www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf

www.orlando-ribeiro.info/renovador

www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao

www.dre.pt – Direcção geral de economia

www.inag.pt/inag - Instituto Nacional da água

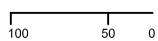
www.cm-terrasdebouro.pt – Câmara Municipal de Terras do Bouro

www.afurna.no.sapo.pt/ - Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna

www.rtam.pt - Região de turismo do Alto Minho

Anexos

Figura 1 - Fotografia aérea



■ ■ ■ Limite da intervenção
Fonte: Plano do P.D.M. de Terras de Bouro - CEFA - GEDES



Figura 2 - Hipsometria da área do Campo do Gerês

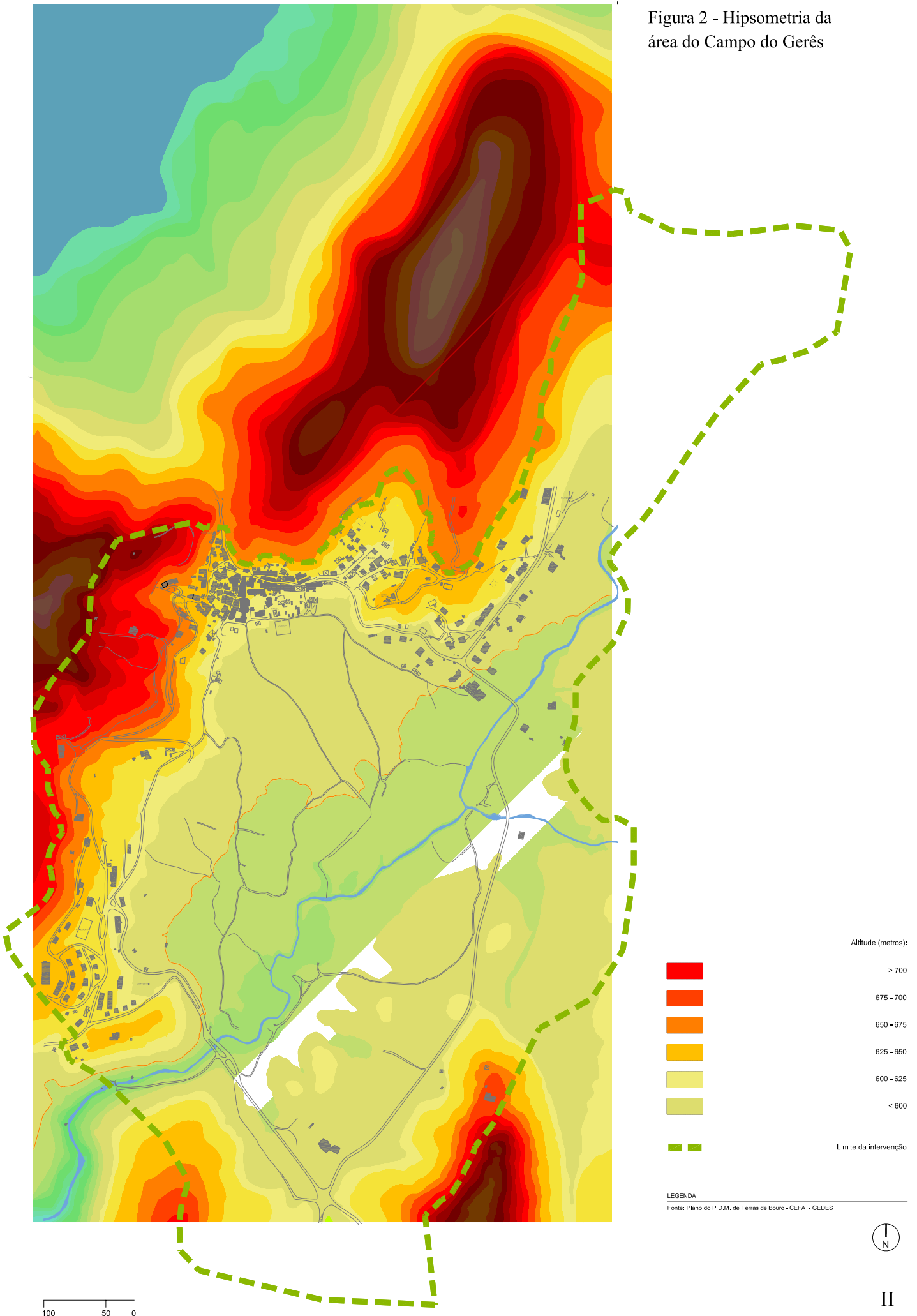


Figura 3 - Planta do sistema patrimonial

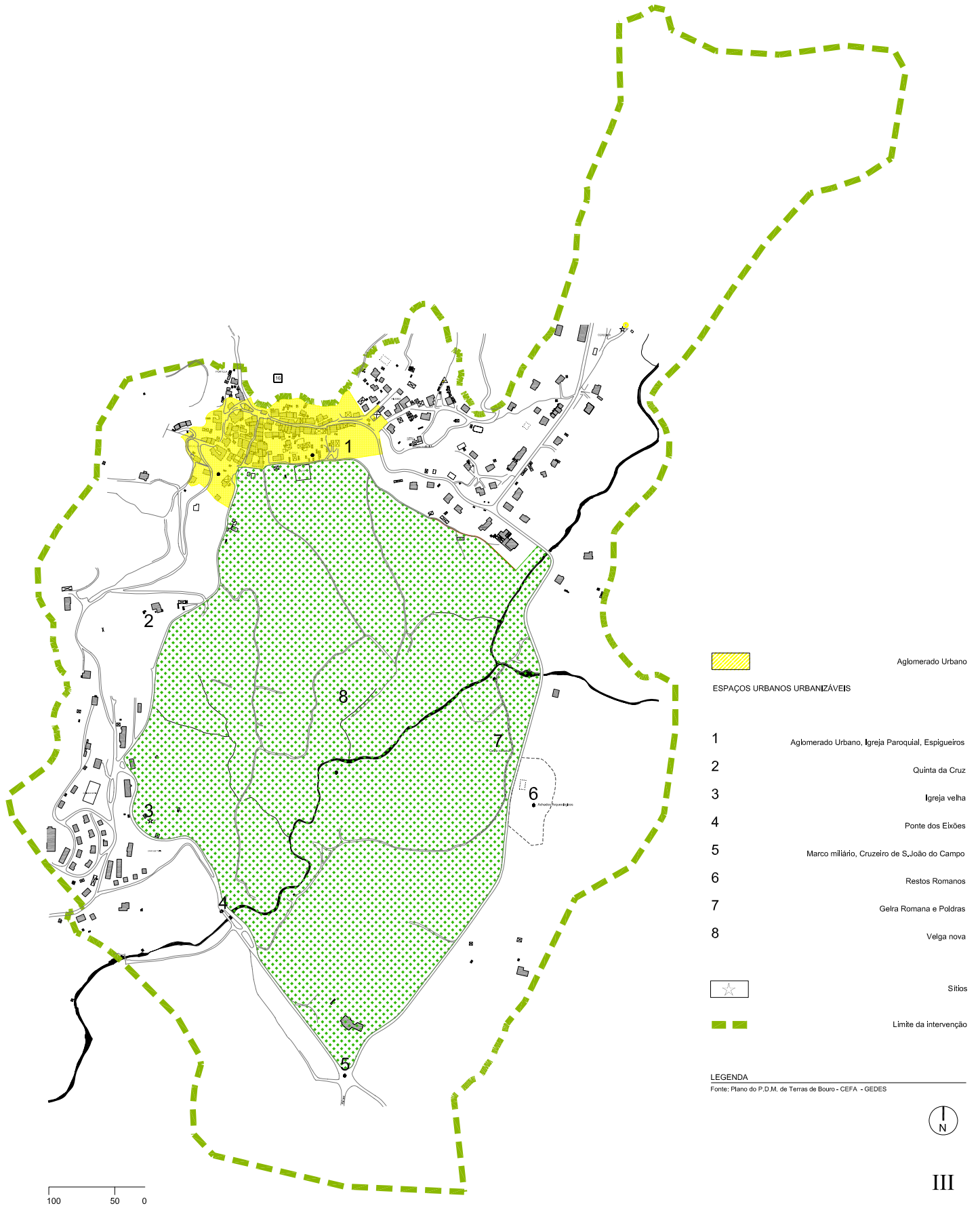


Figura 4 - Planta das áreas não edificáveis/salvaguarda

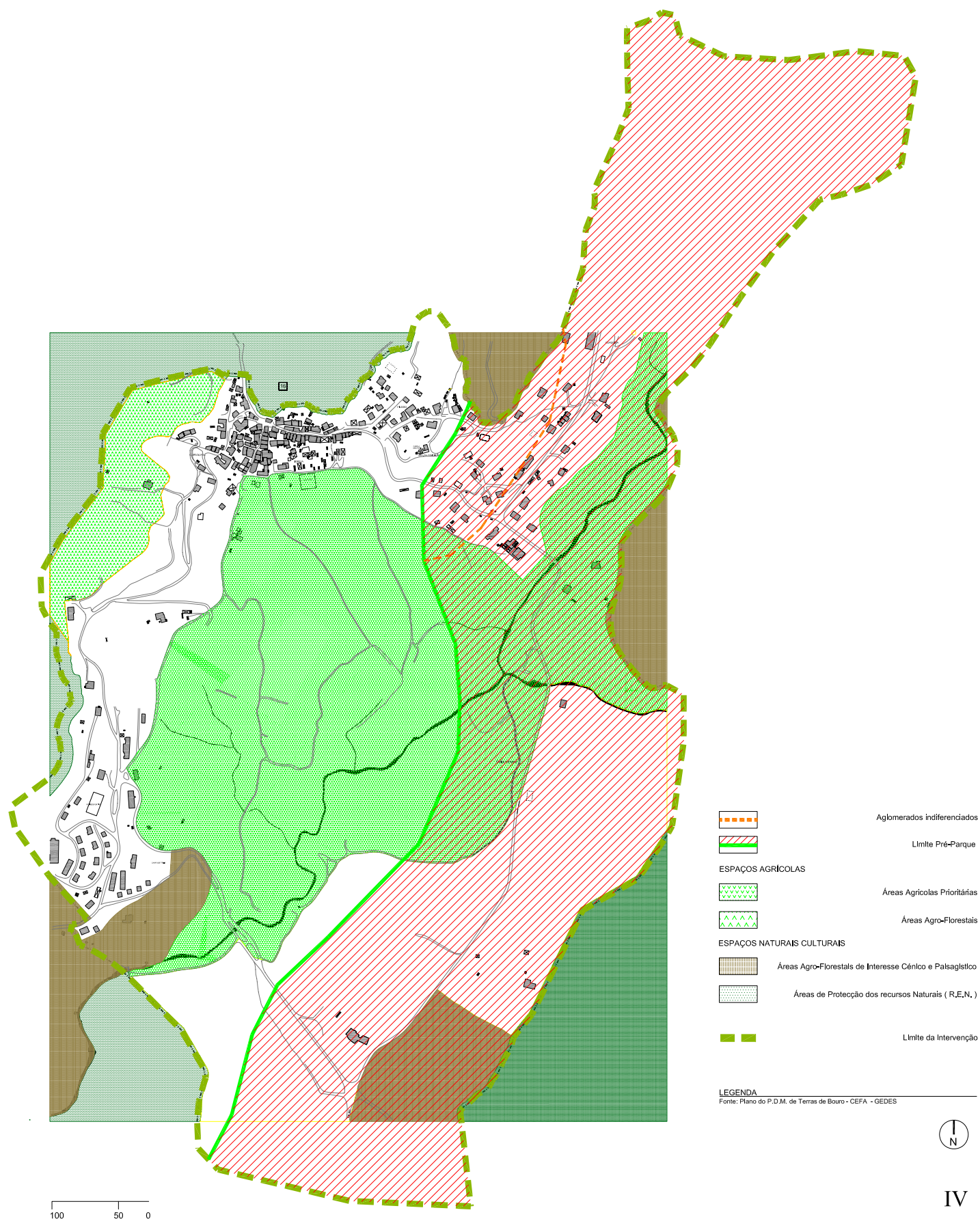


Figura 5 - Planta das áreas edificadas/urbanizáveis

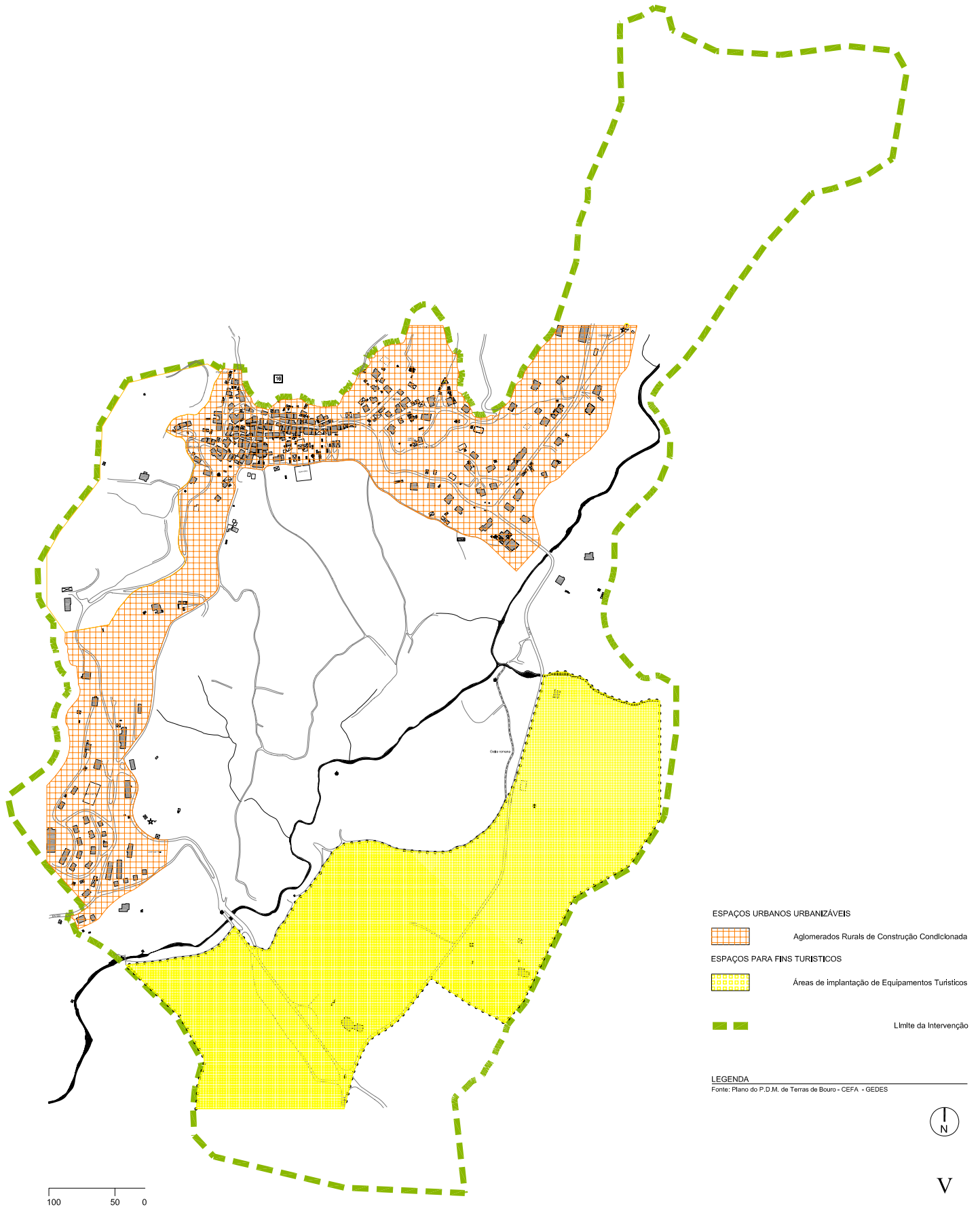


Figura 6 - Planta das directrizes do Plano do P.N.P.G.

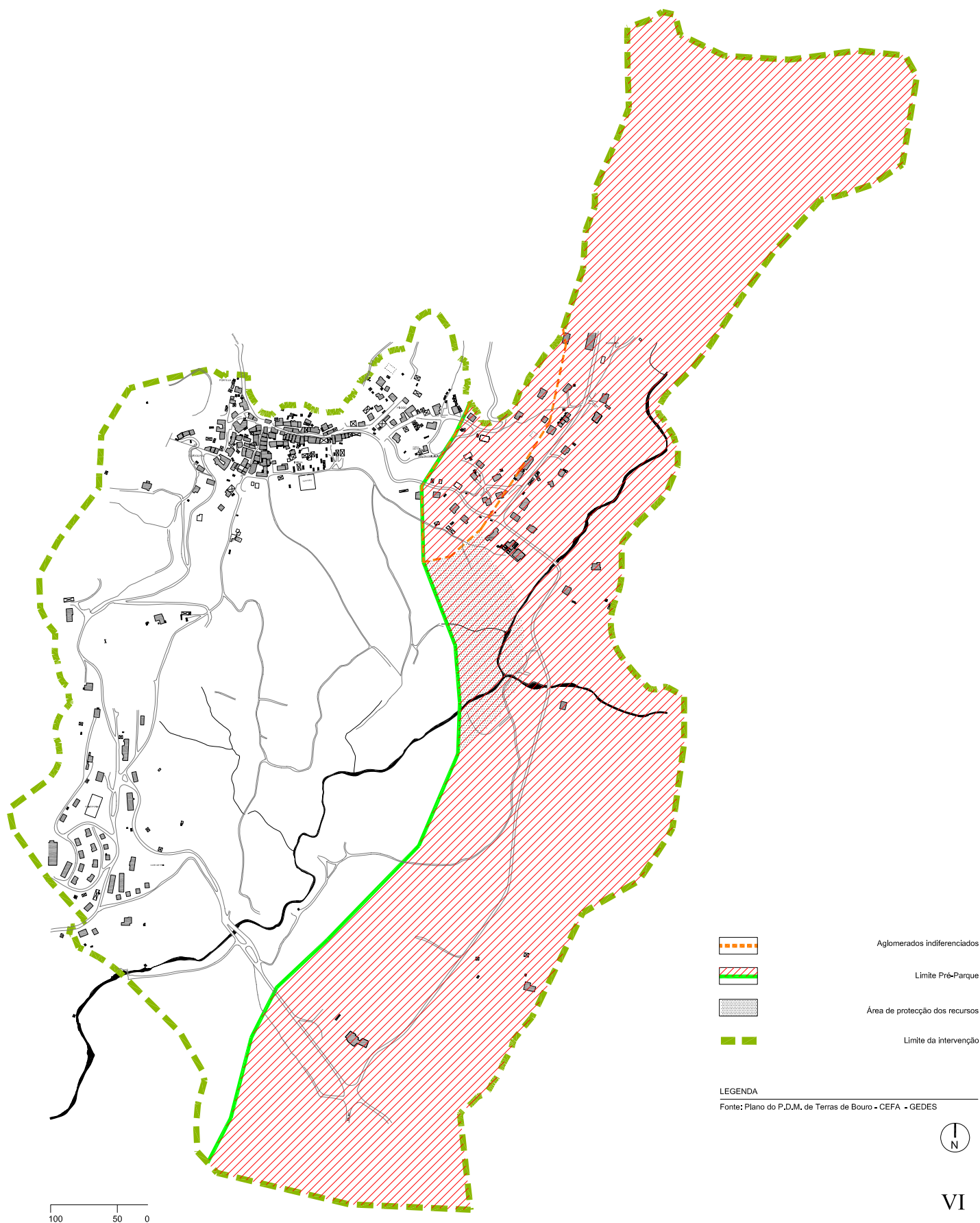


Figura 7 - Planta com as directrizes do Plano do P.D.M.

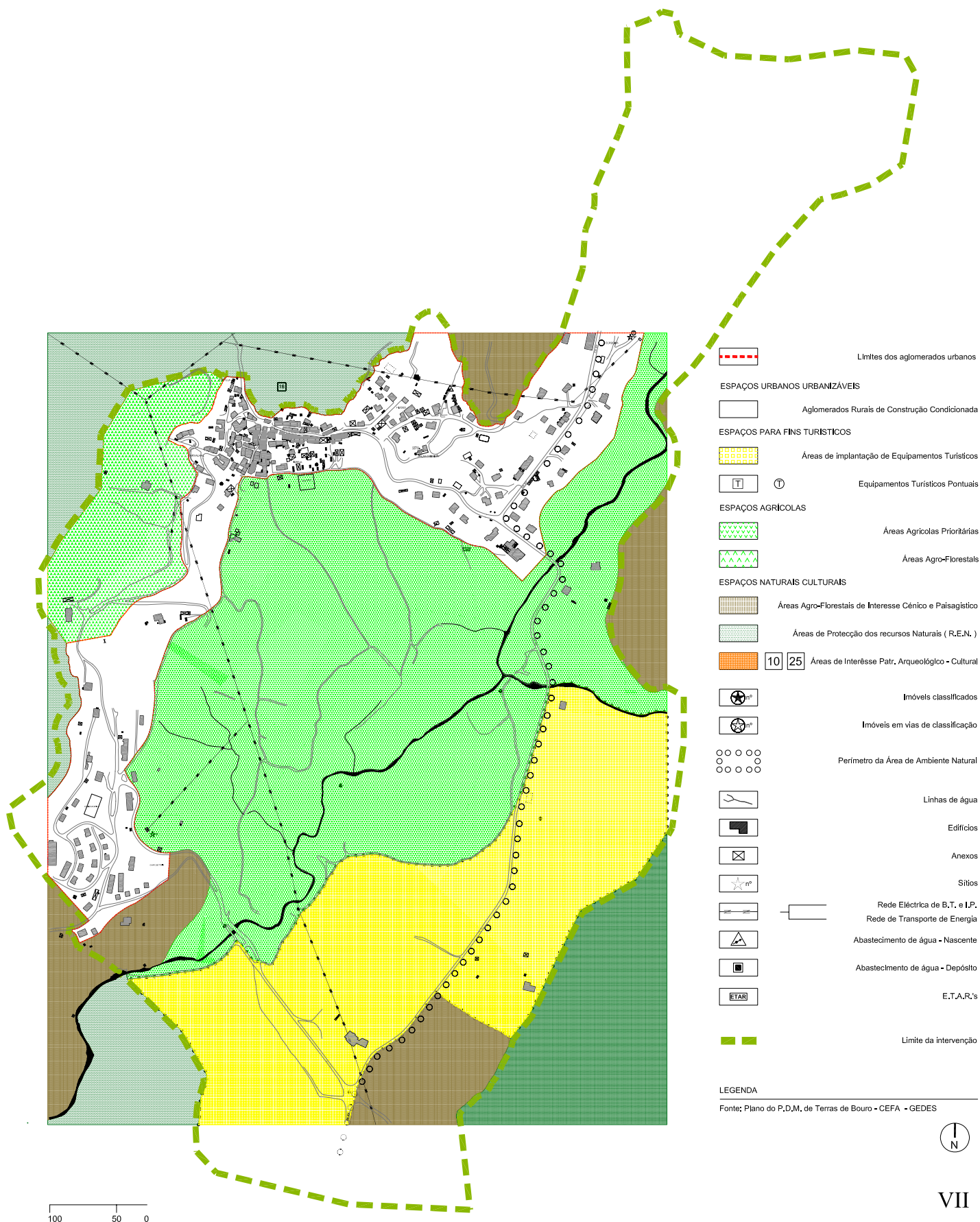


Figura 8 - Planta de zonamento do estudo urbanístico para Campo do Gerês

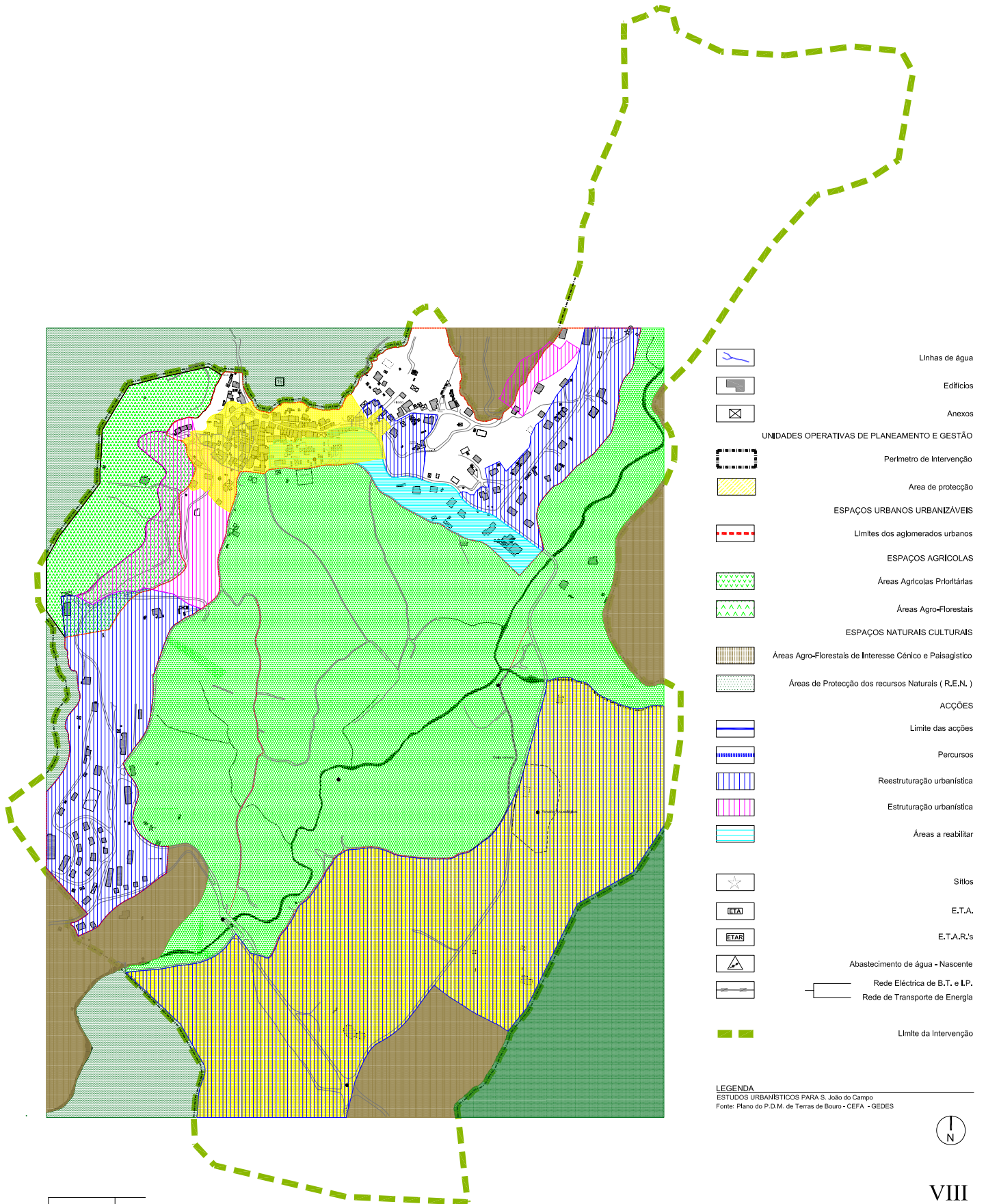


Figura 9 - Planta de condicionantes

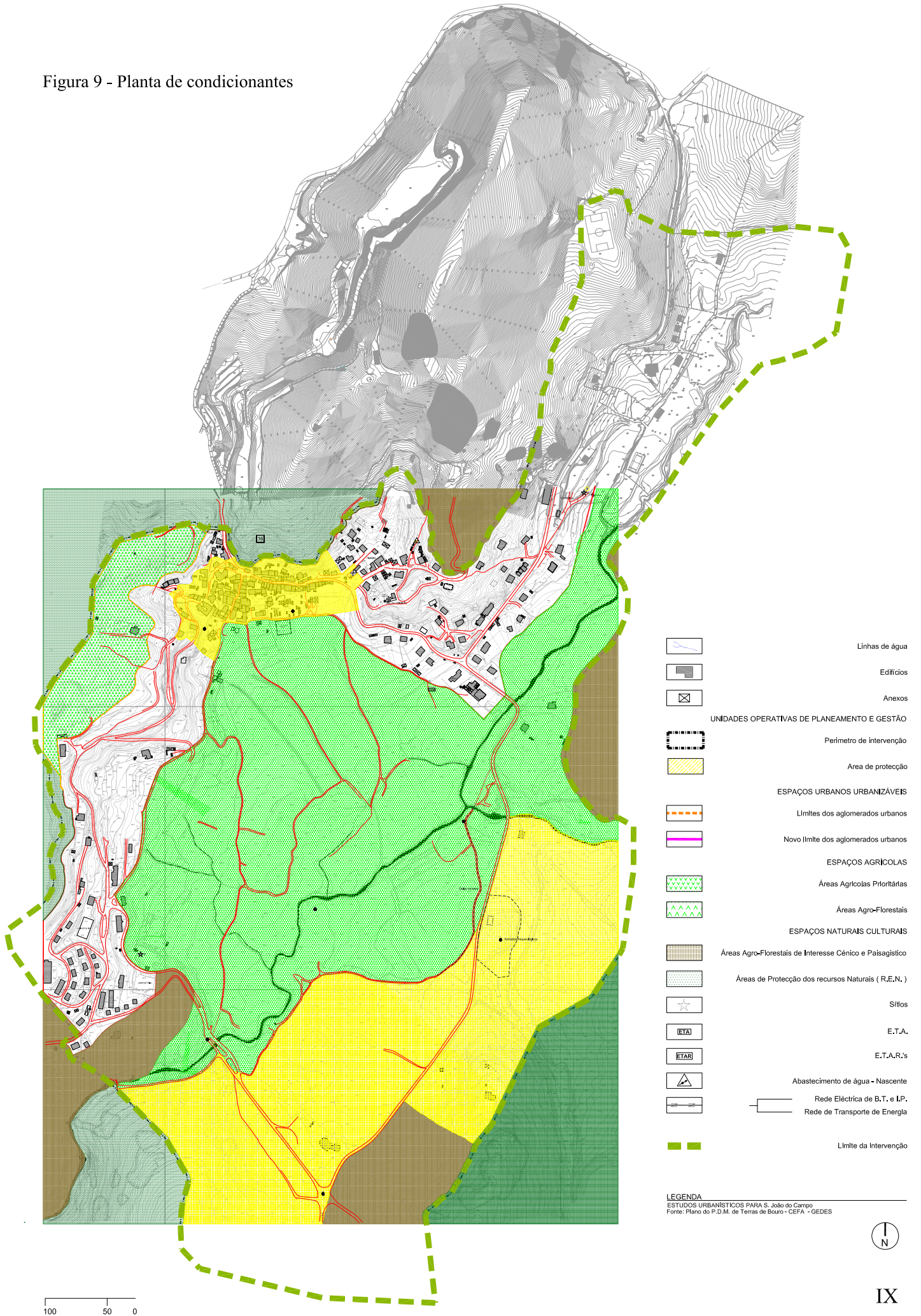


Figura 10 - Planta de acções urbanísticas do estudo urbanístico para Campo do Gerês

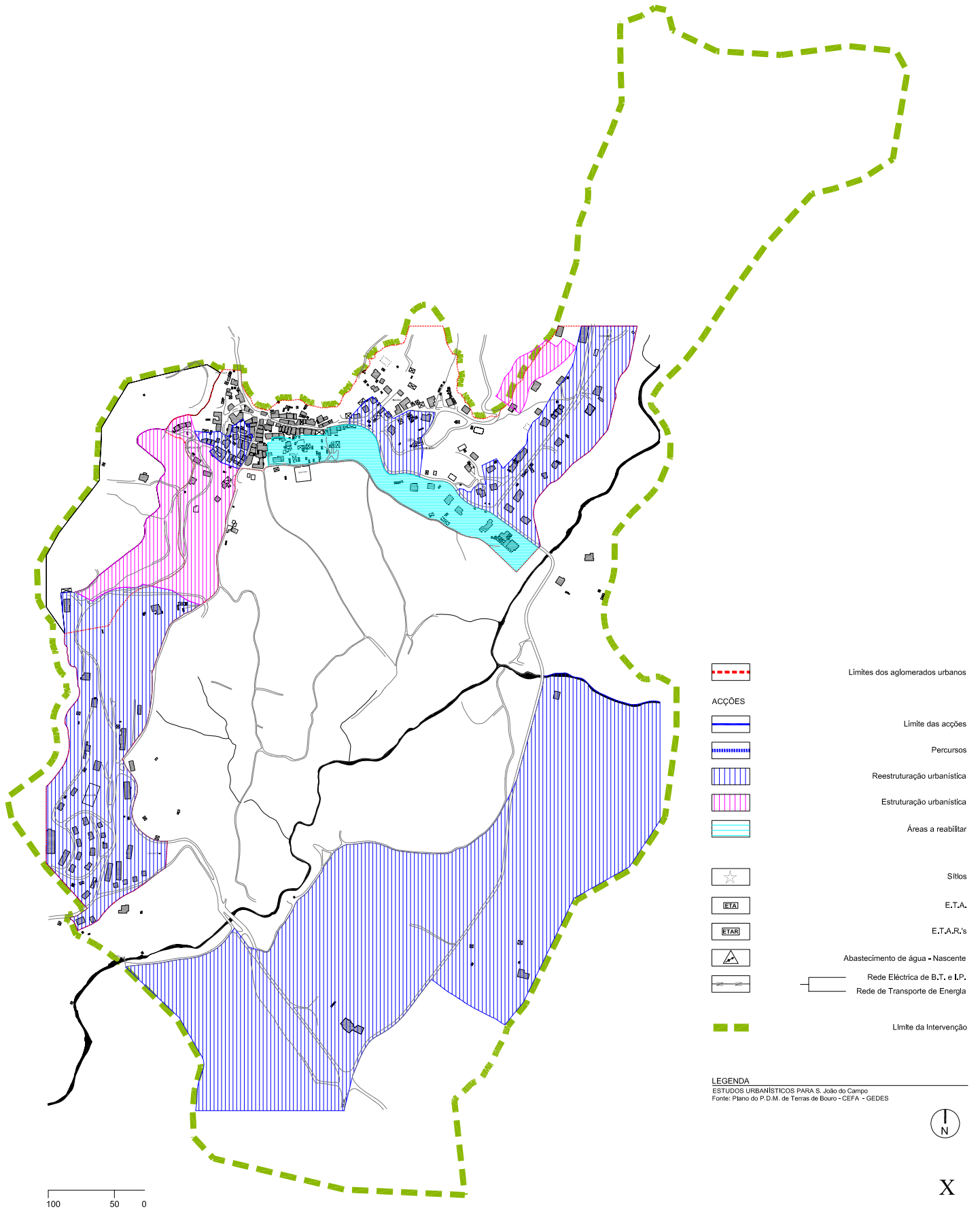


Figura 11 - Planta da estrutura ecológica

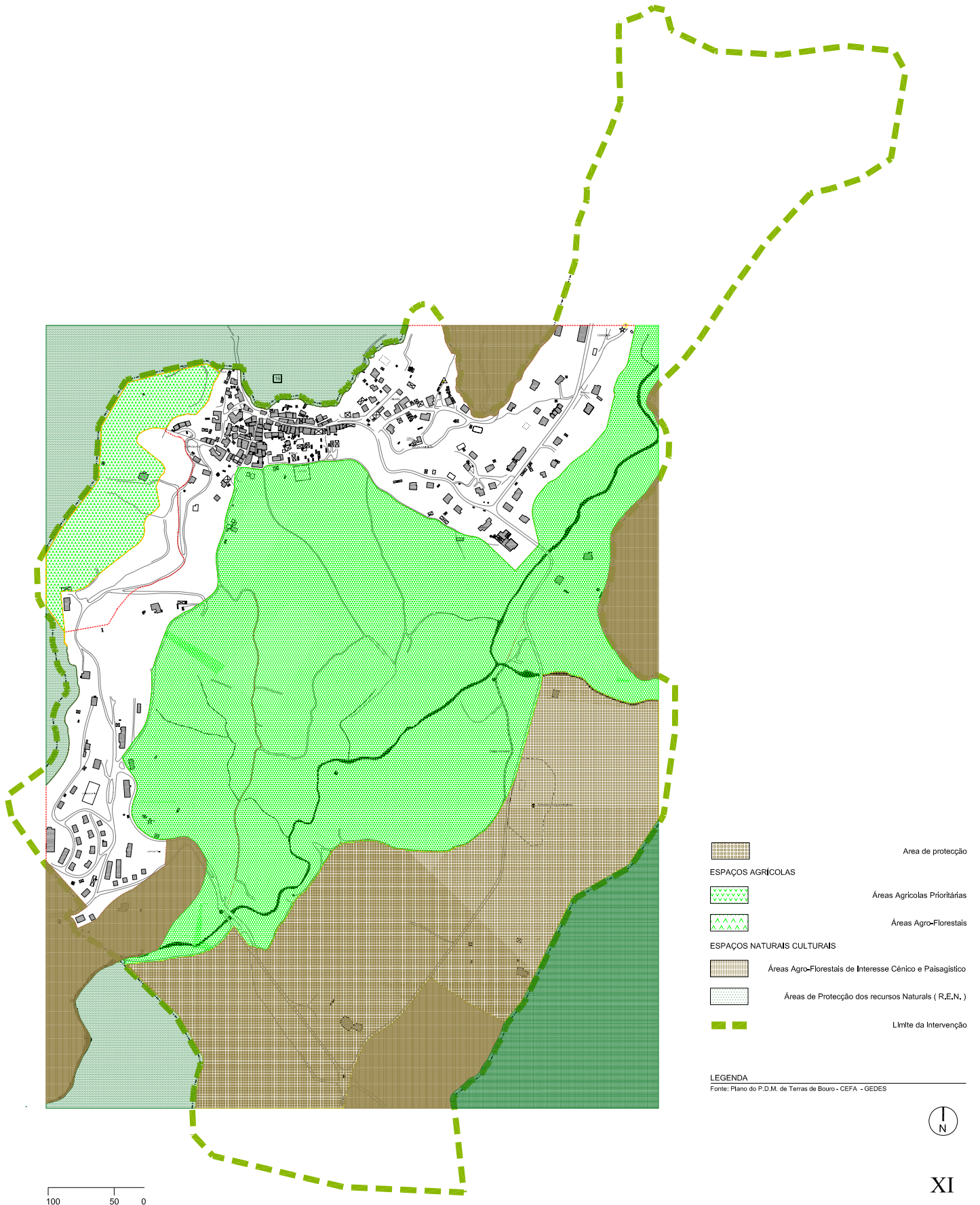


Figura 12 - Processos instruídos na C.M.T.B. entre 1980-2000

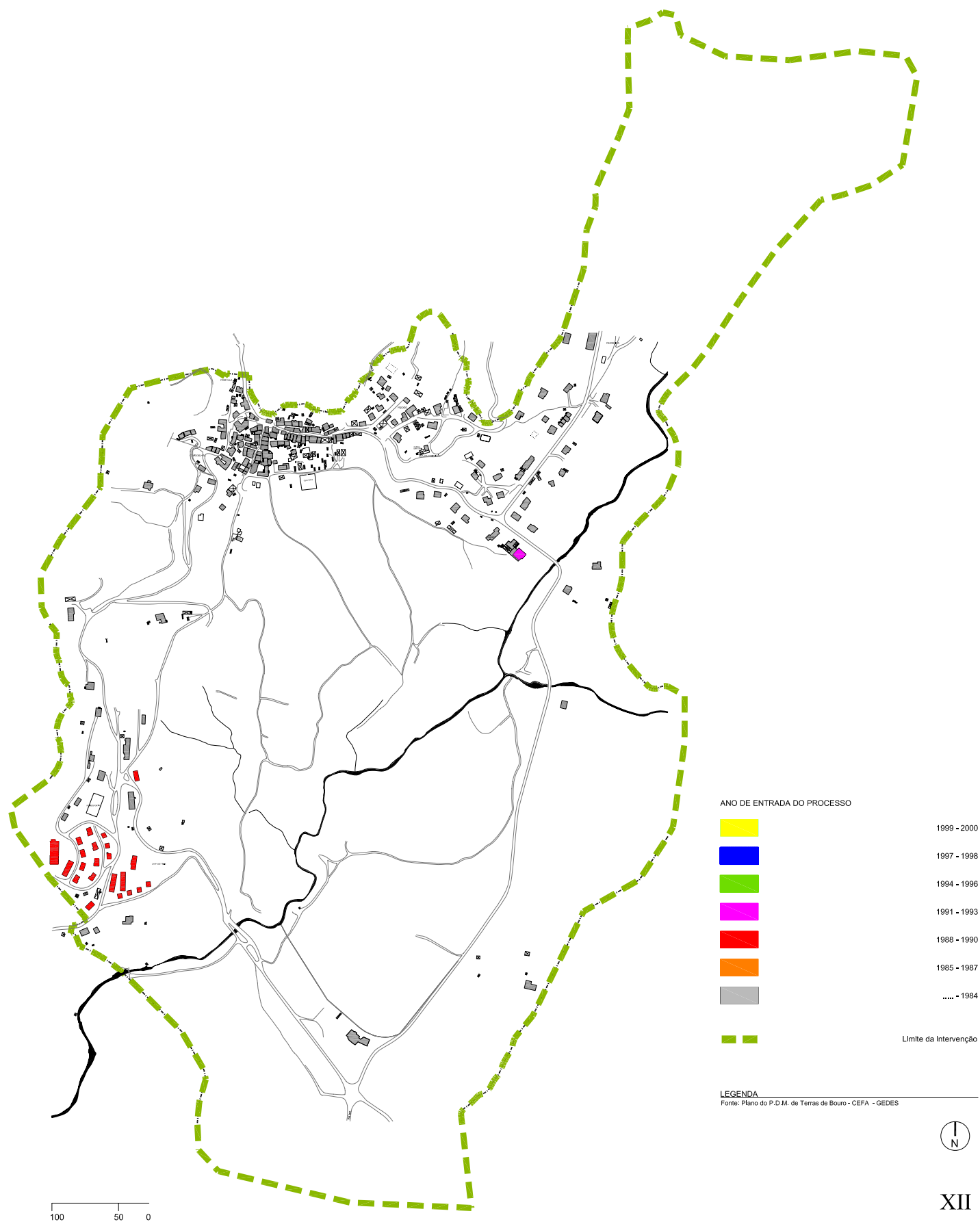


Figura 13 - Planta do estado de conservação dos edifícios

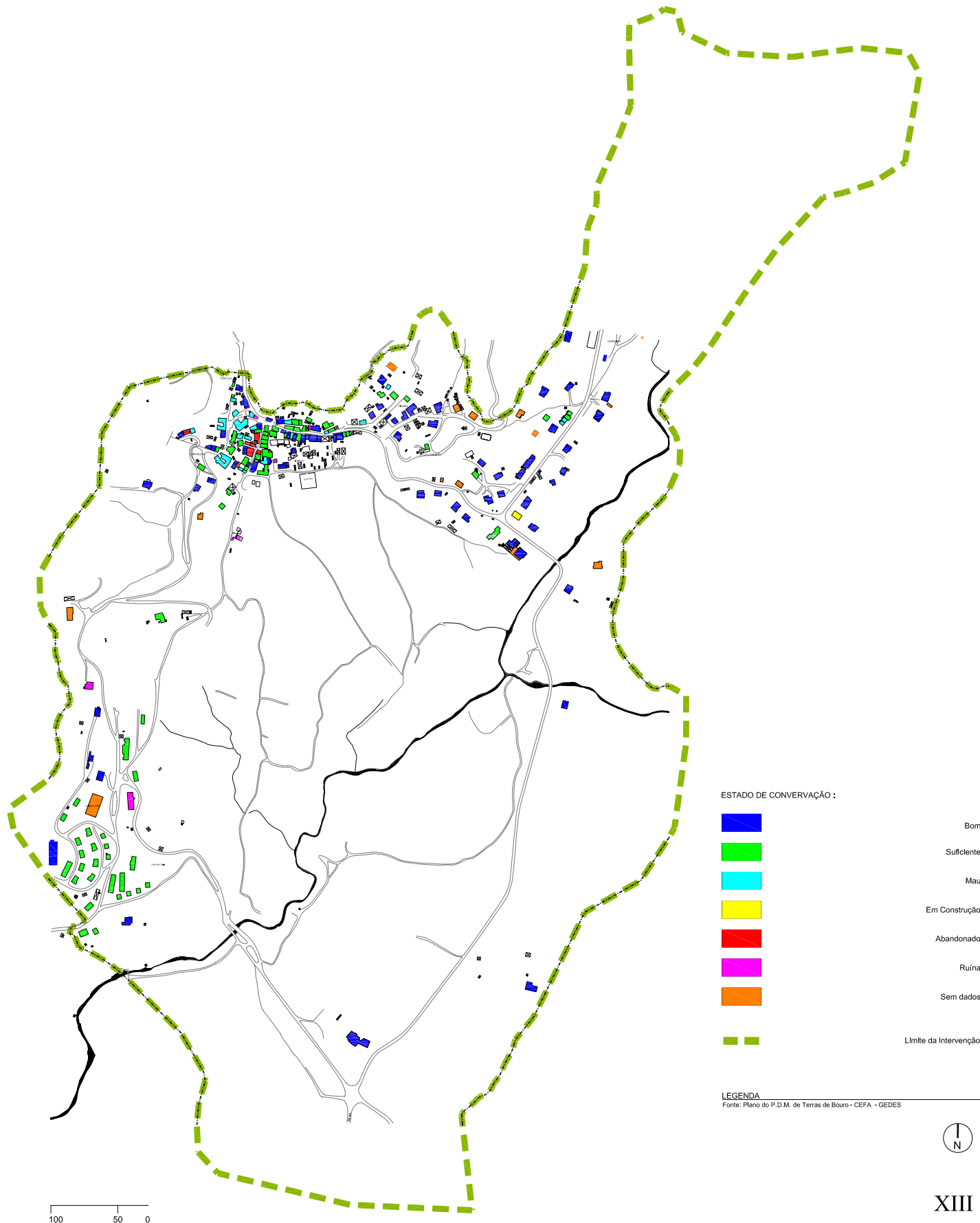


Figura 14 - Planta dos usos do solo - grandes grupos de utilização

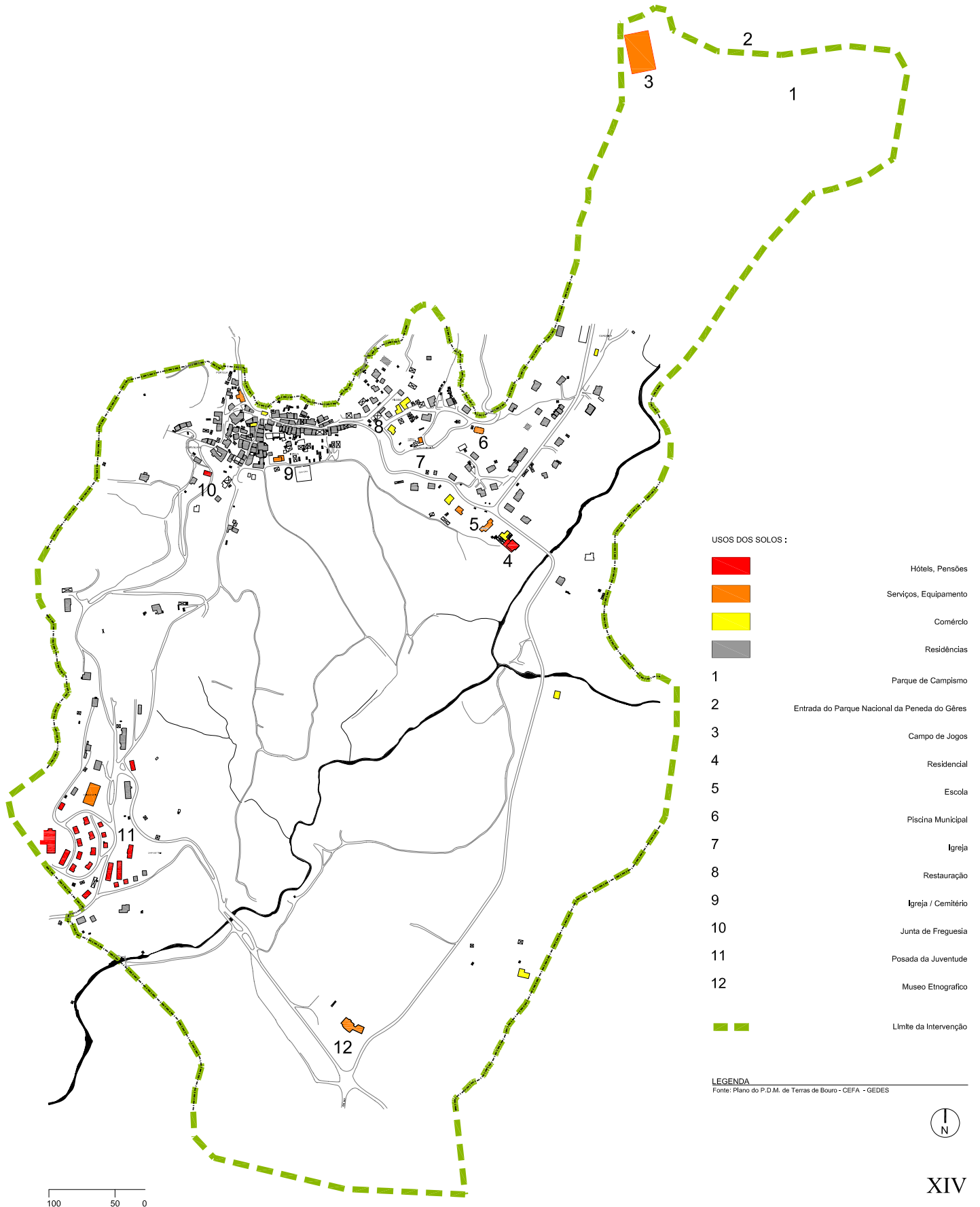


Figura 15 - Planta dos espaços exteriores – pavimentos

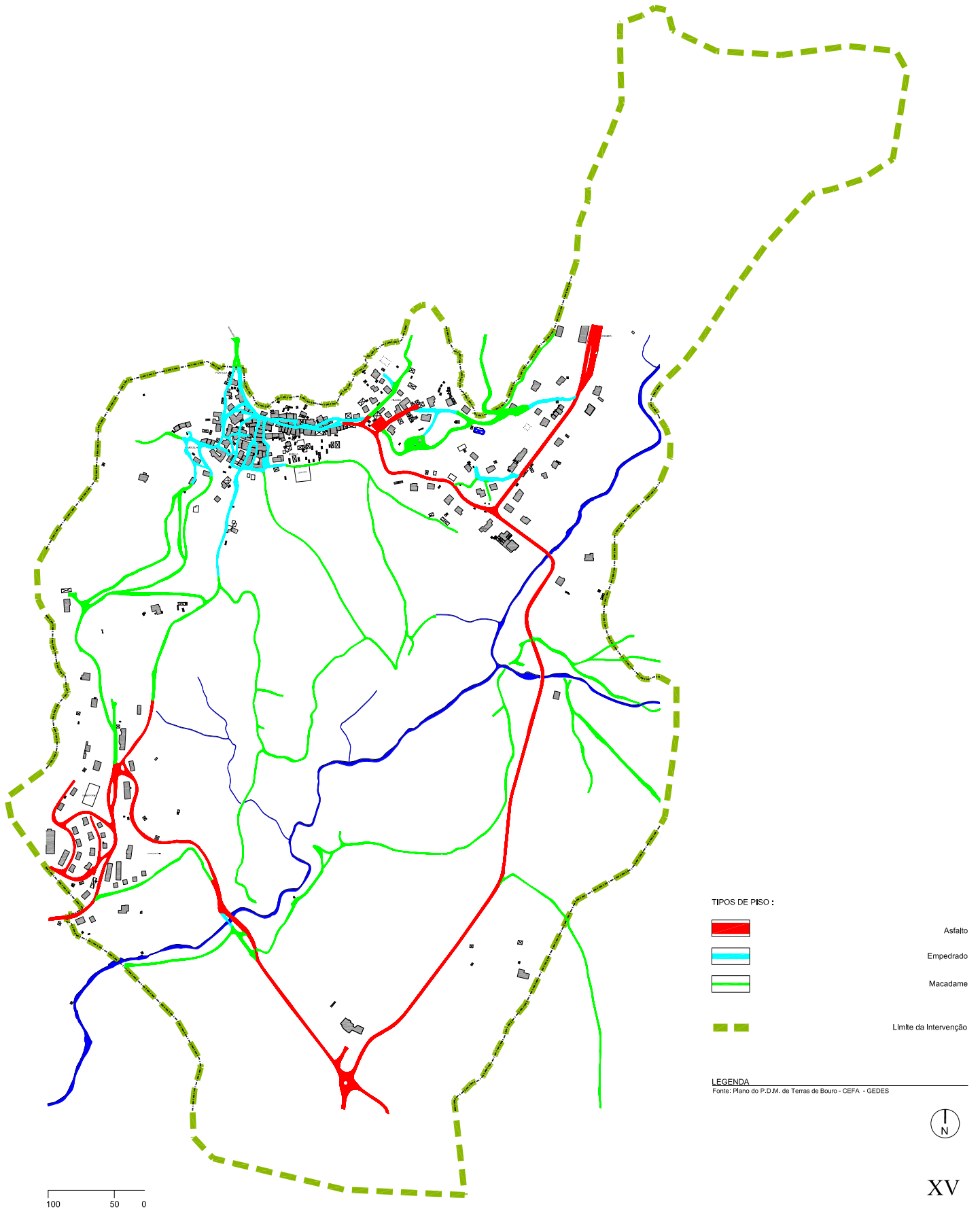


Figura 16 - Número de pisos do edificado

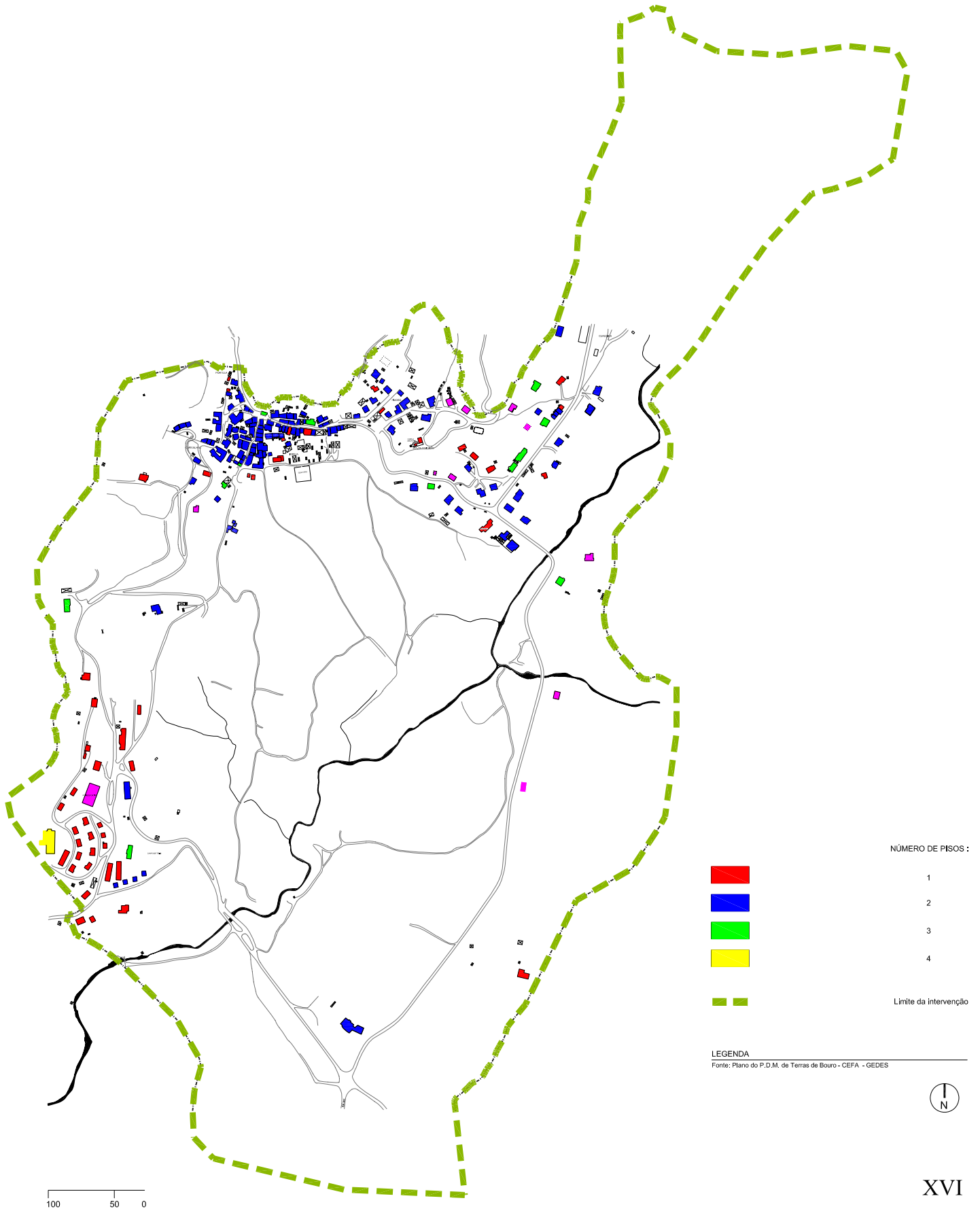


Figura 17 - Planta do alojamento hoteleiro

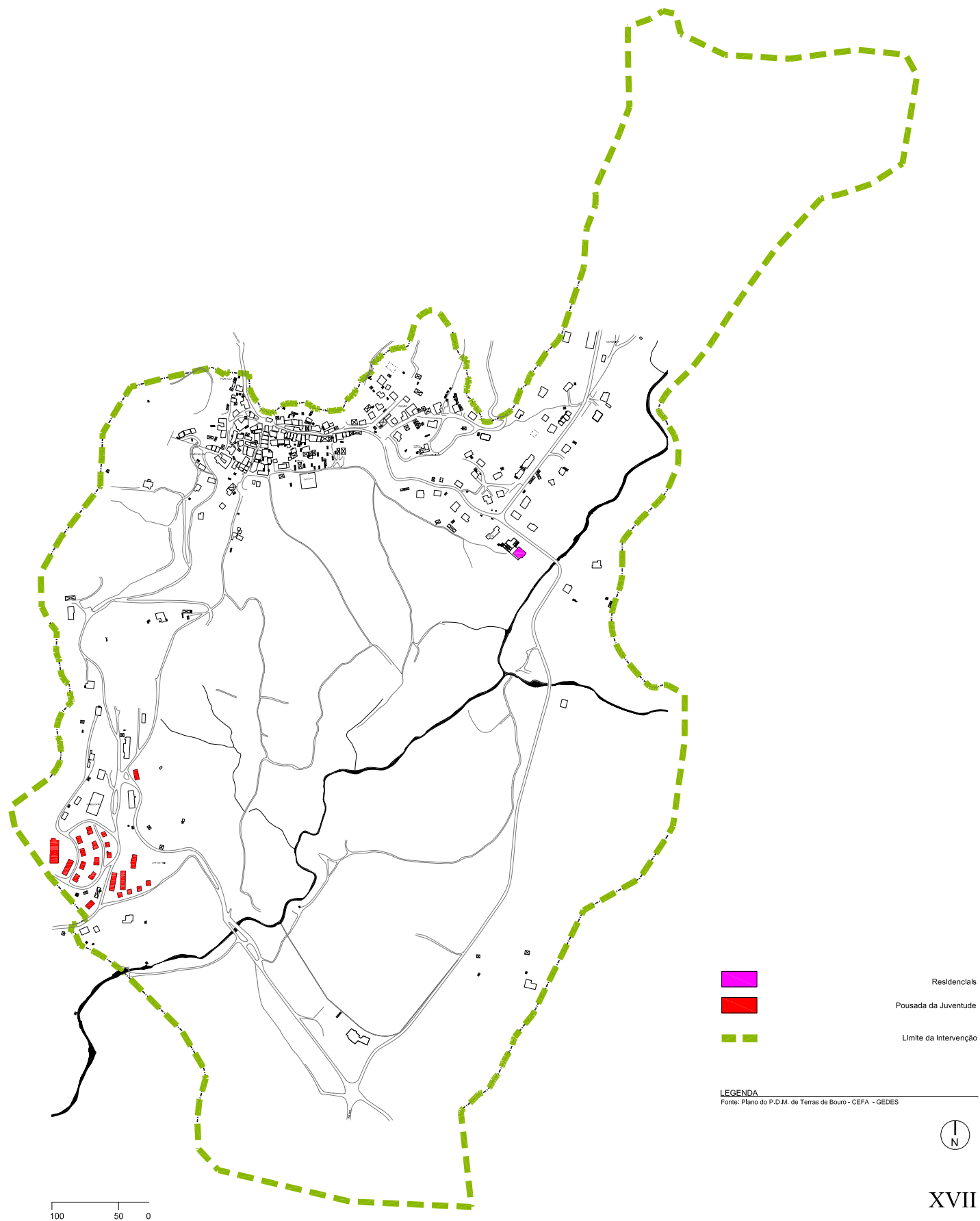
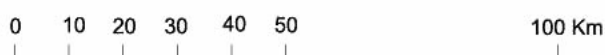
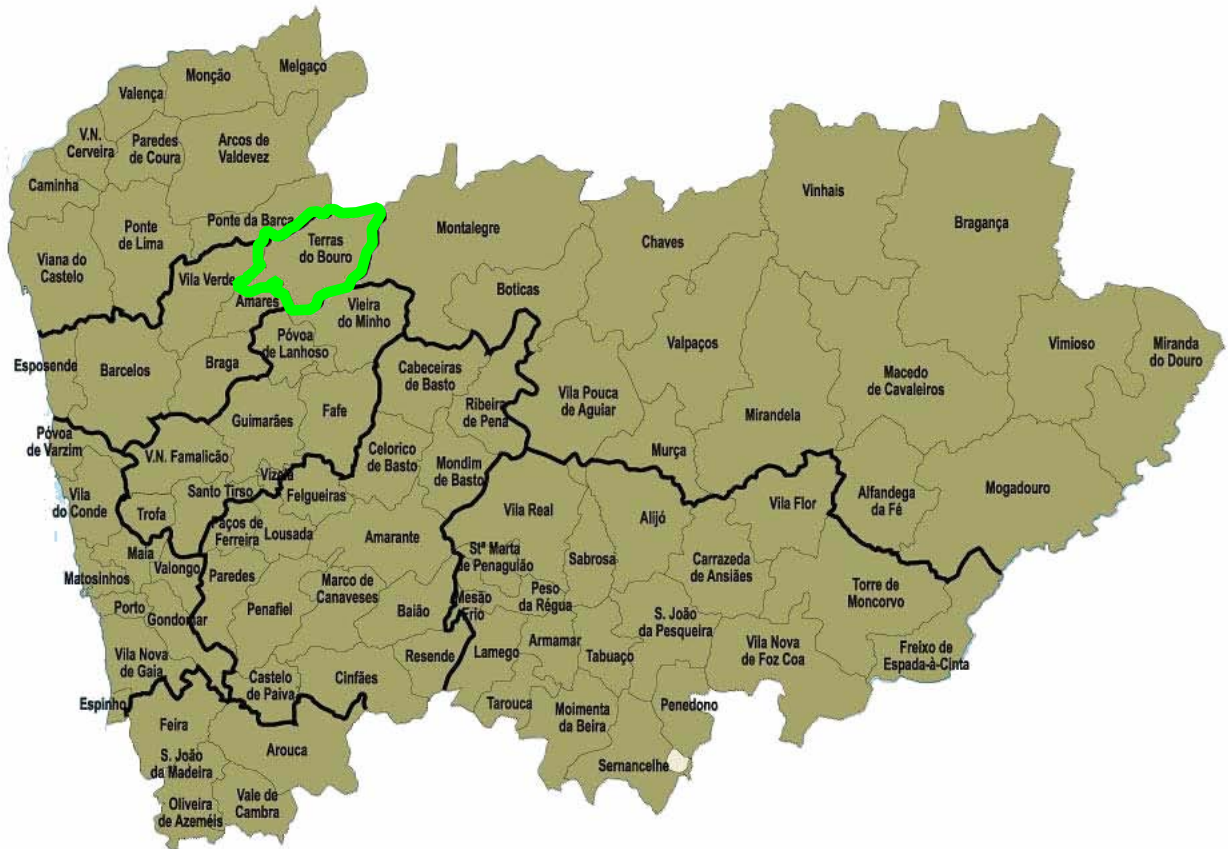
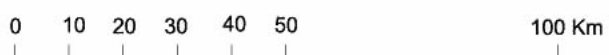
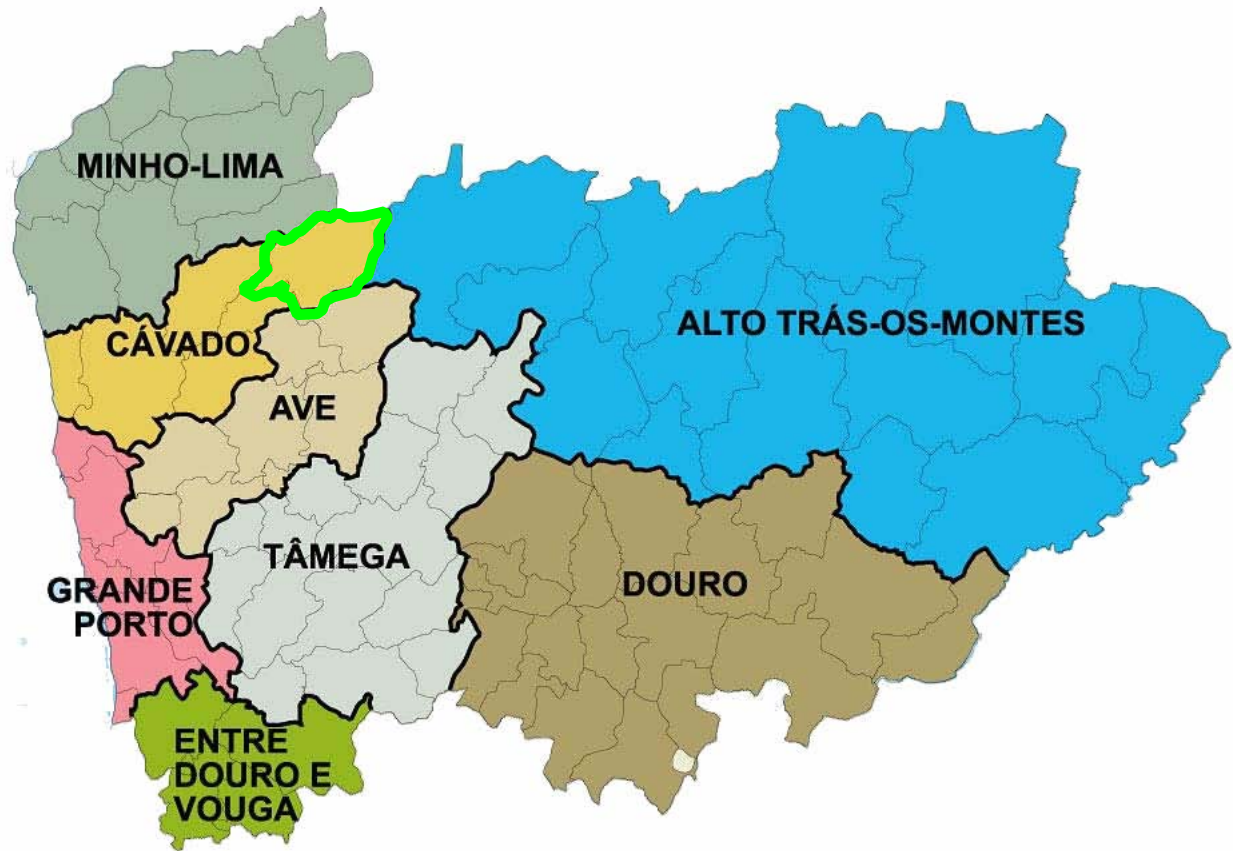


Figura 18 - Cartograma de divisão concelhia



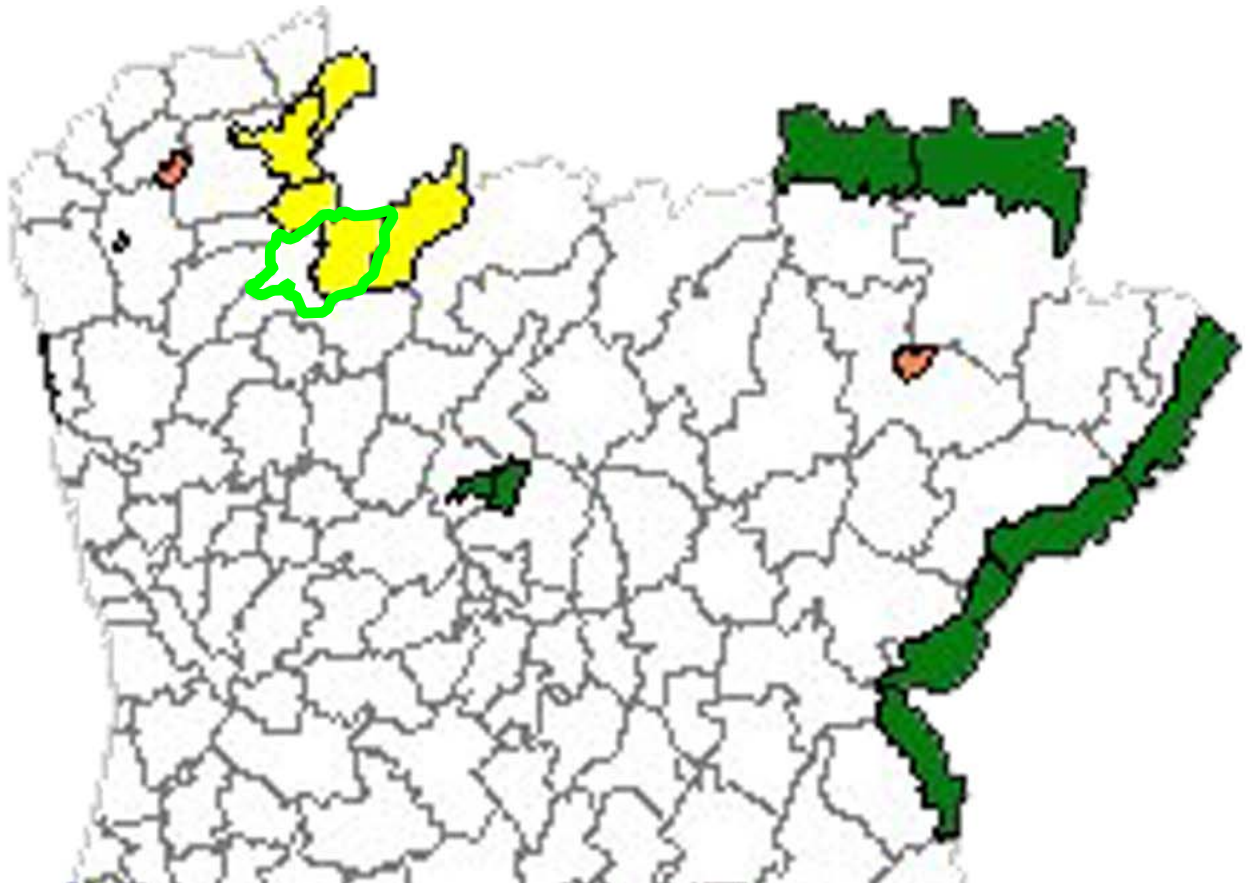
Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 19 - Cartograma de divisão por NUT



Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 21 - Cartograma das zonas protegidas



- Parque Nacional
- Reserva Natural
- Paisagem Natural
- Paisagem Protegida
- Reserva Botânica

0 10 20 30 40 50 100 Km

Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 22 - Cartograma de declives

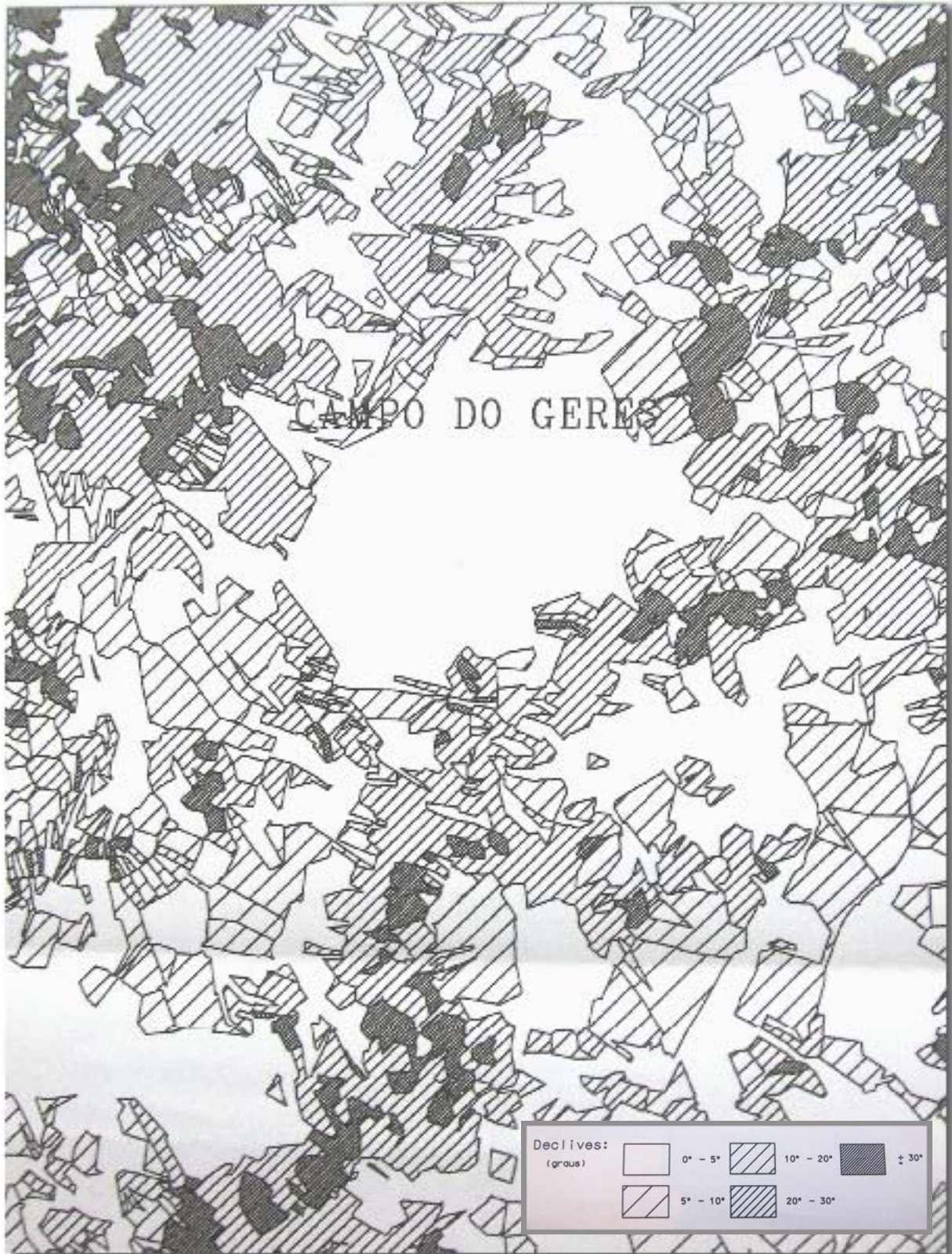


Figura 23 - Cartograma geológico

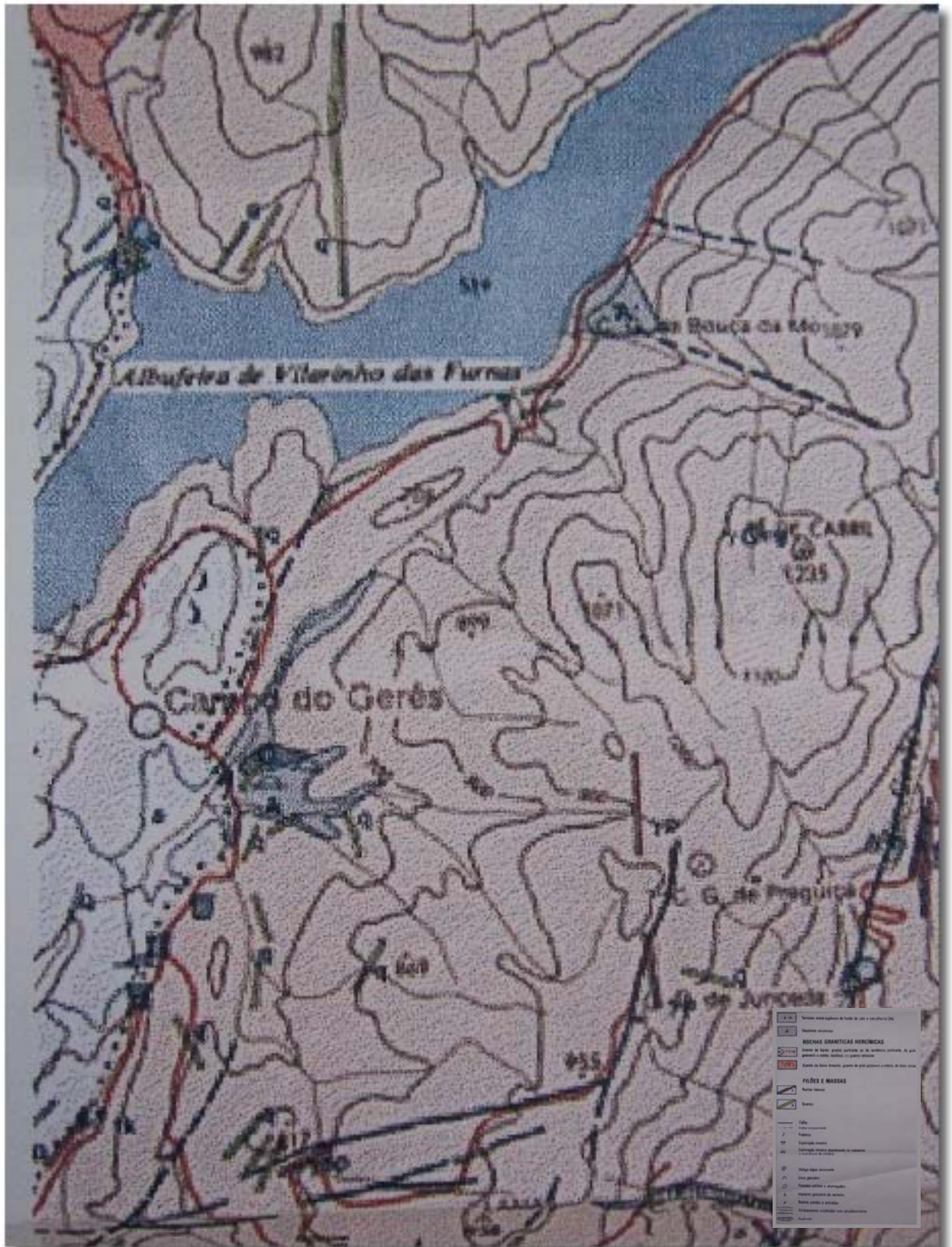
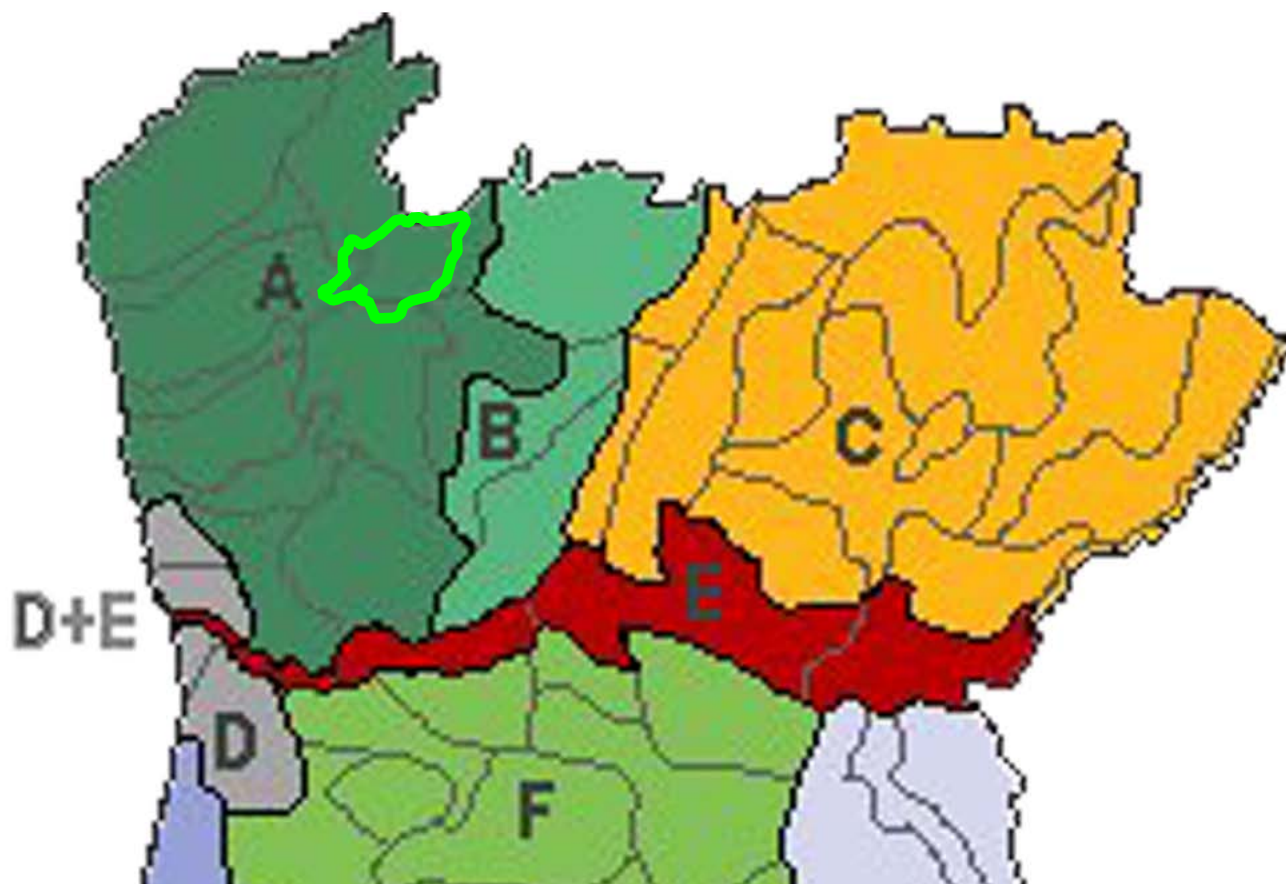
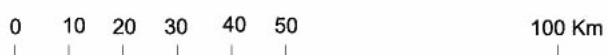


Figura 24 -Cartograma dos grupos de unidade de paisagem

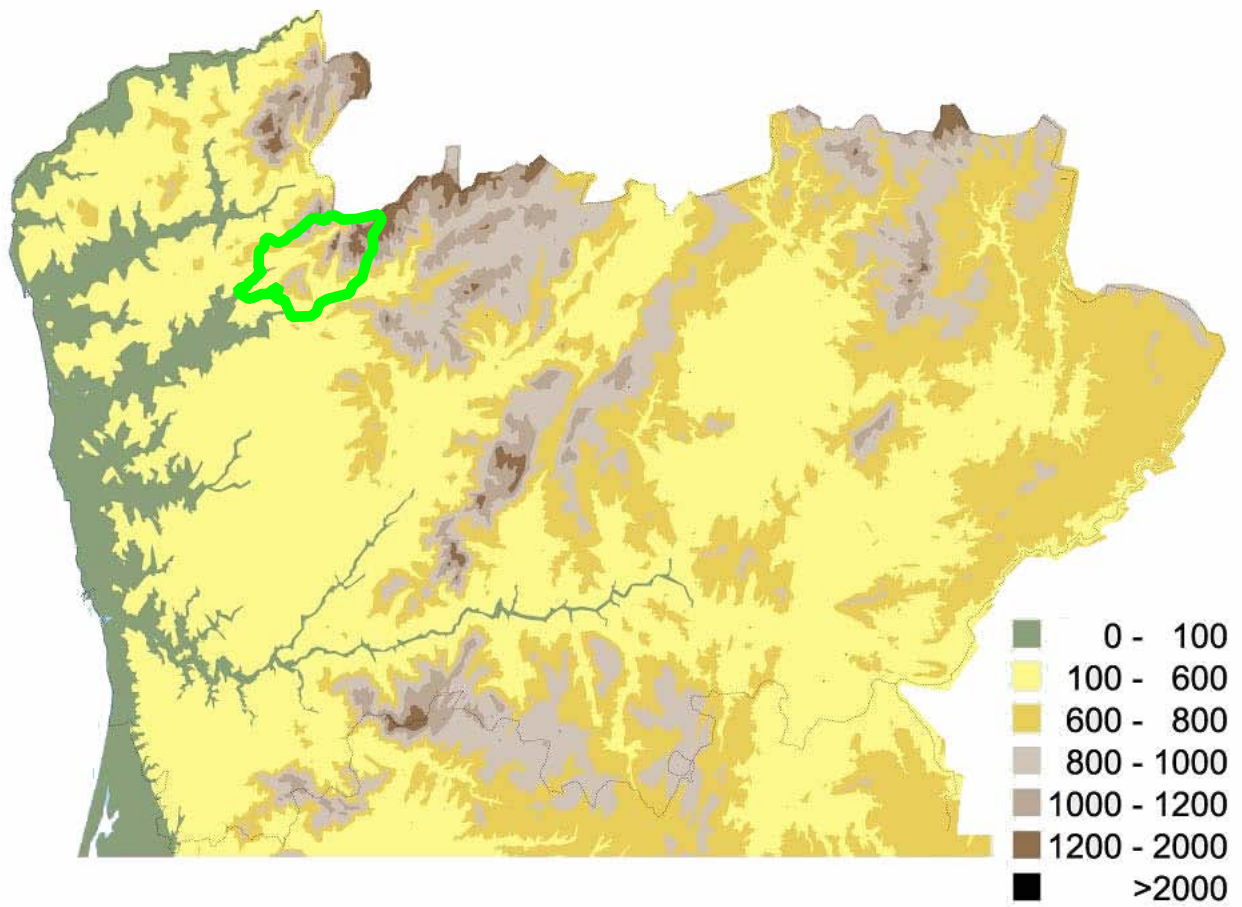


- A ENTRE DOURO E MINHO
- B MONTES ENTRE LAROUÇO E MARÃO
- C TRÁS-OS-MONTES
- D ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
- D+E ÁREA METROPOLITANA DO PORTO; DOURO
- E DOURO
- F BEIRA ALTA



Fonte Cartográfica: IGeoE

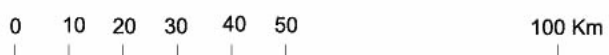
Figura 25 - Cartograma de hipsometria



0 10 20 30 40 50 100 Km

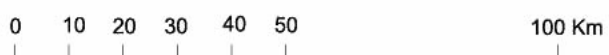
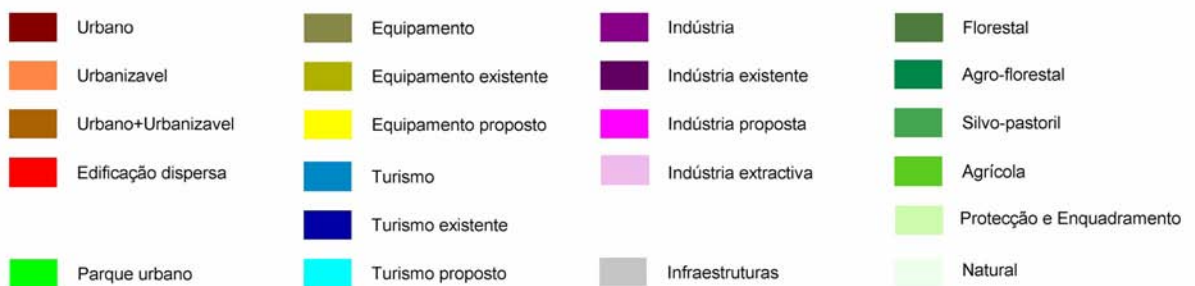
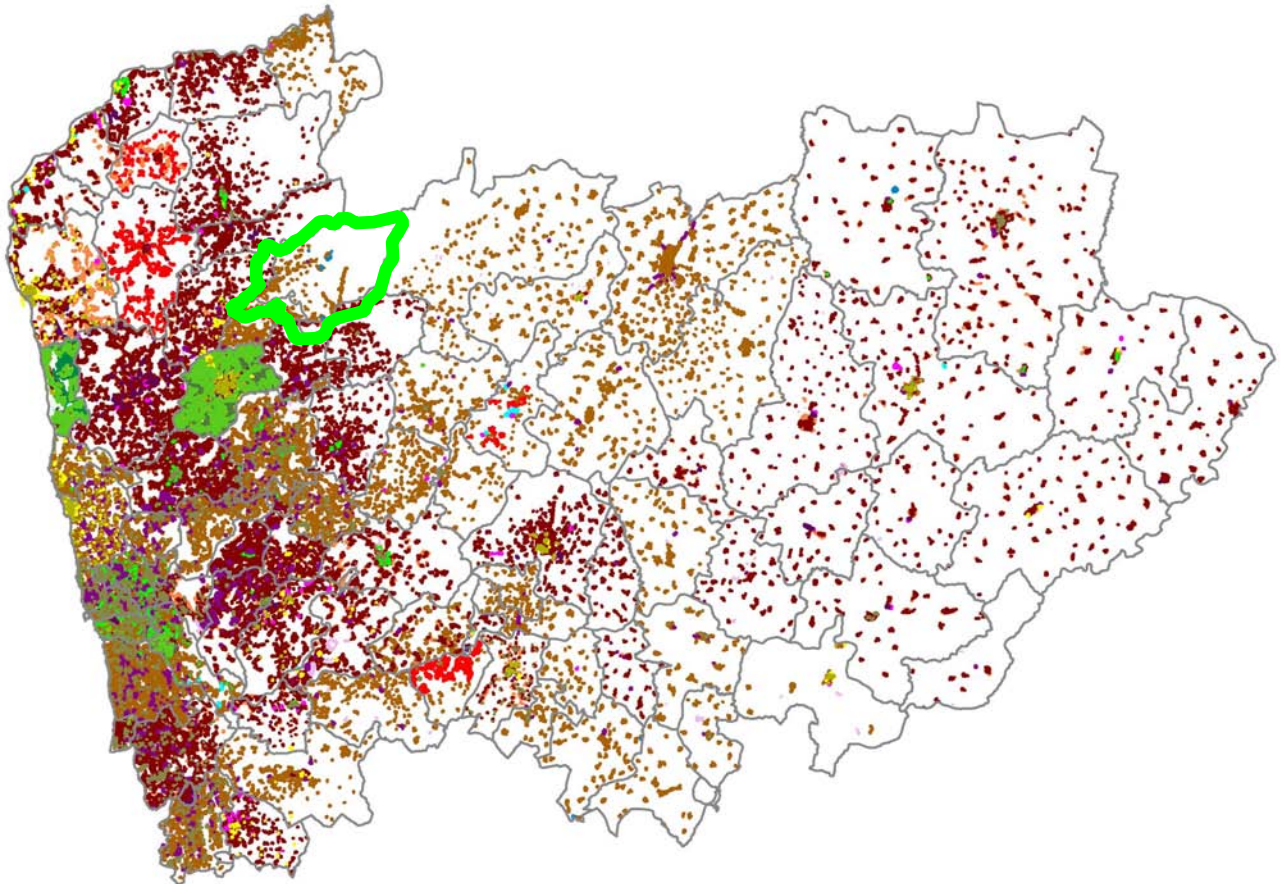
Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 26 - Cartograma da hidrografia do concelho



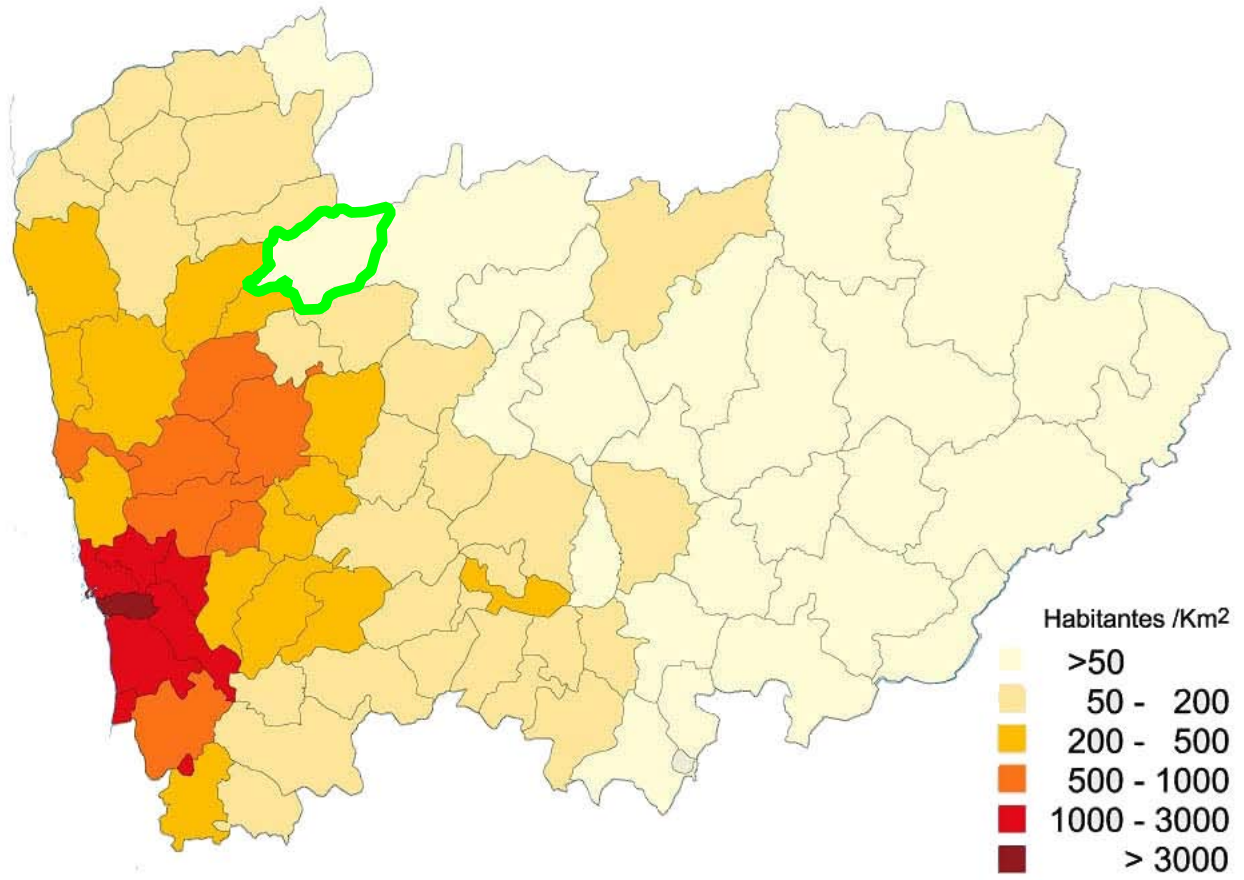
Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 27 - Cartograma dos usos do solo da zona norte



Fonte Cartográfica: IGeoE

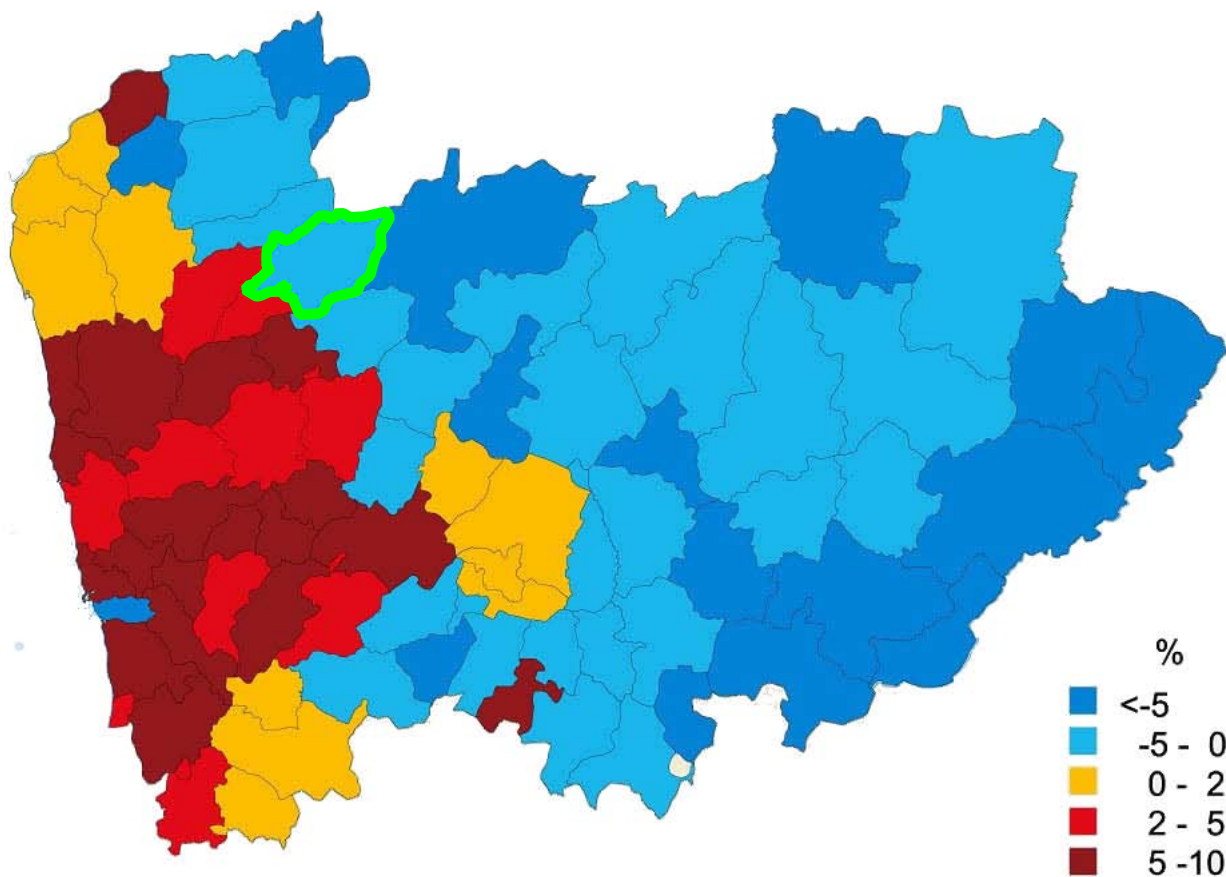
Figura 28 - Cartograma de densidade populacional



0 10 20 30 40 50 100 Km

Fonte Cartográfica: IGeoE

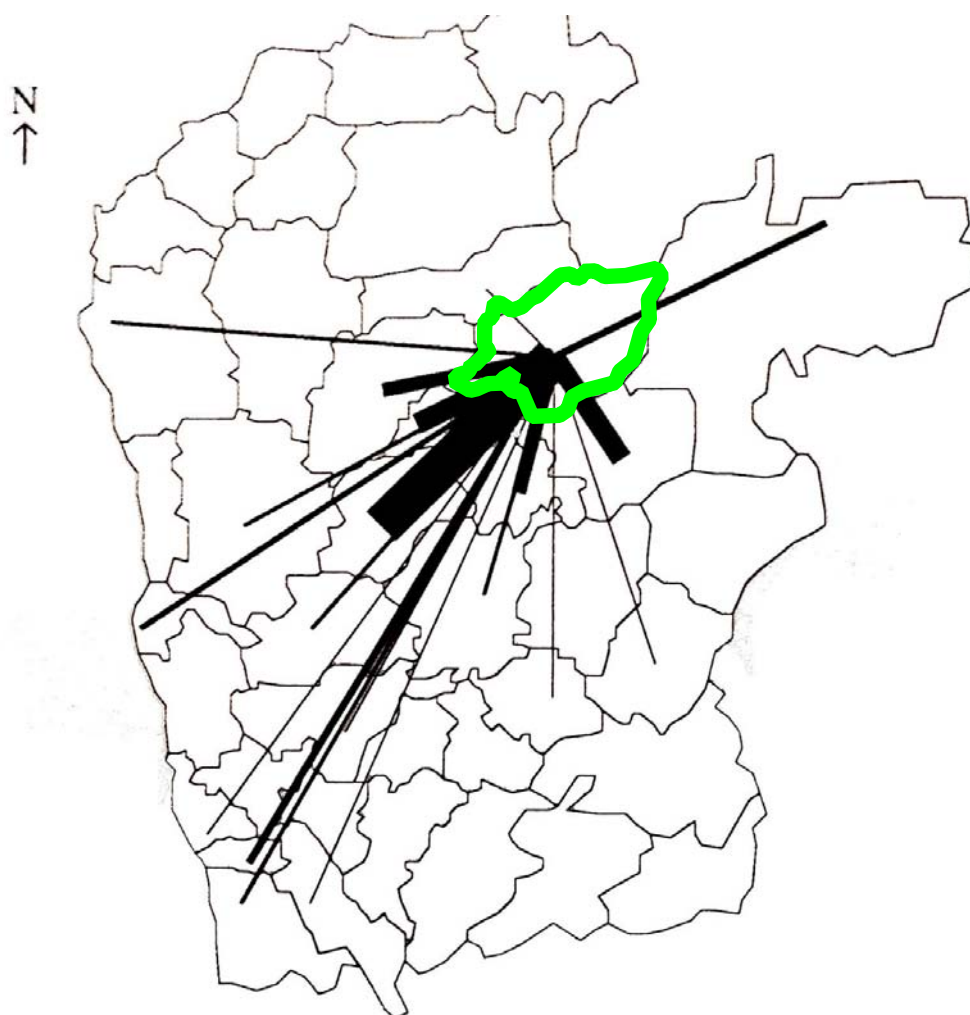
Figura 29 - Cartograma da taxa de variação da população residente 1991/1997 (%)



0 10 20 30 40 50 100 Km

Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 30 - Cartograma da população com lugar de emprego/estudo por concelho

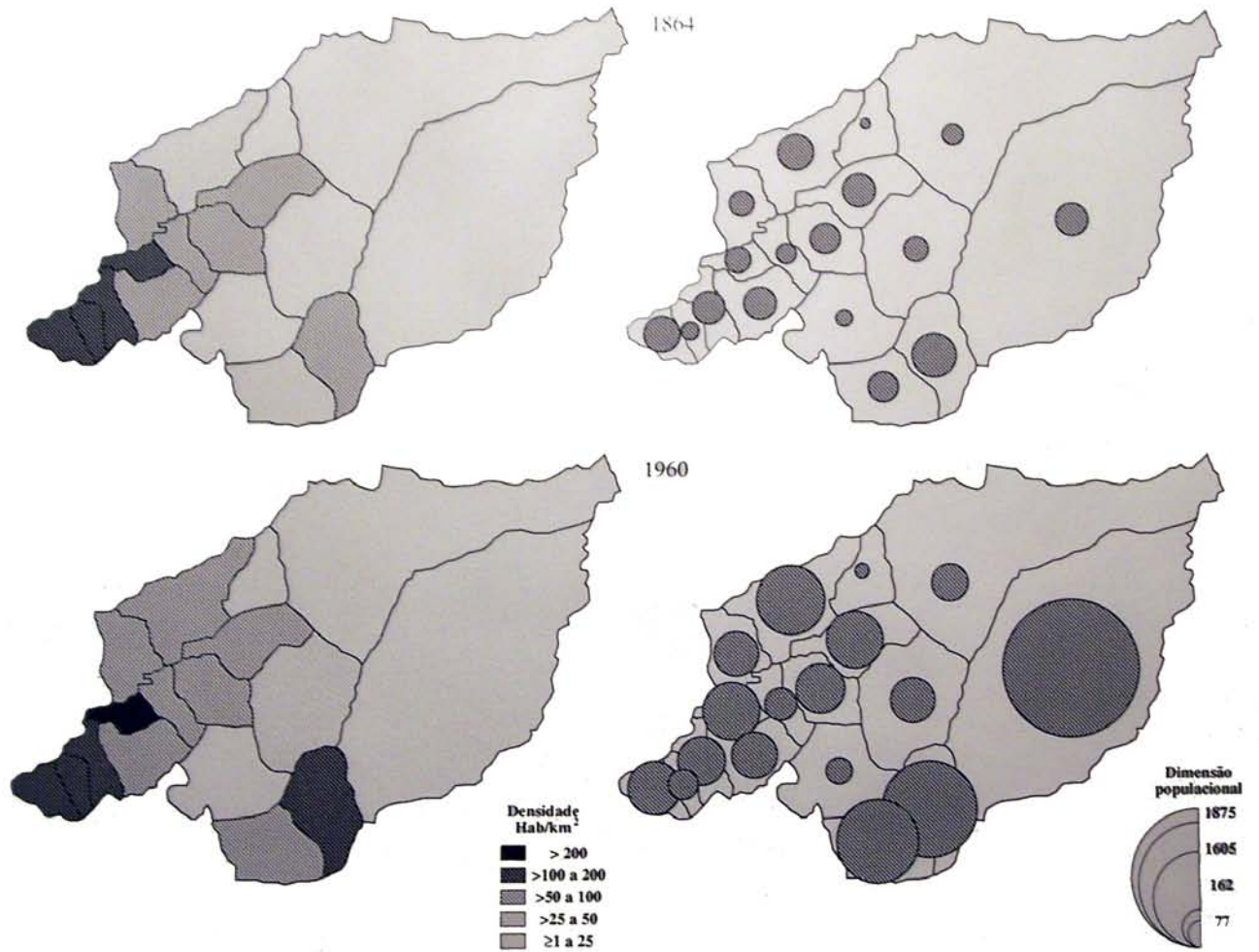


nº de trabalhadores ou estudantes



Fonte Cartográfica: IGeoE

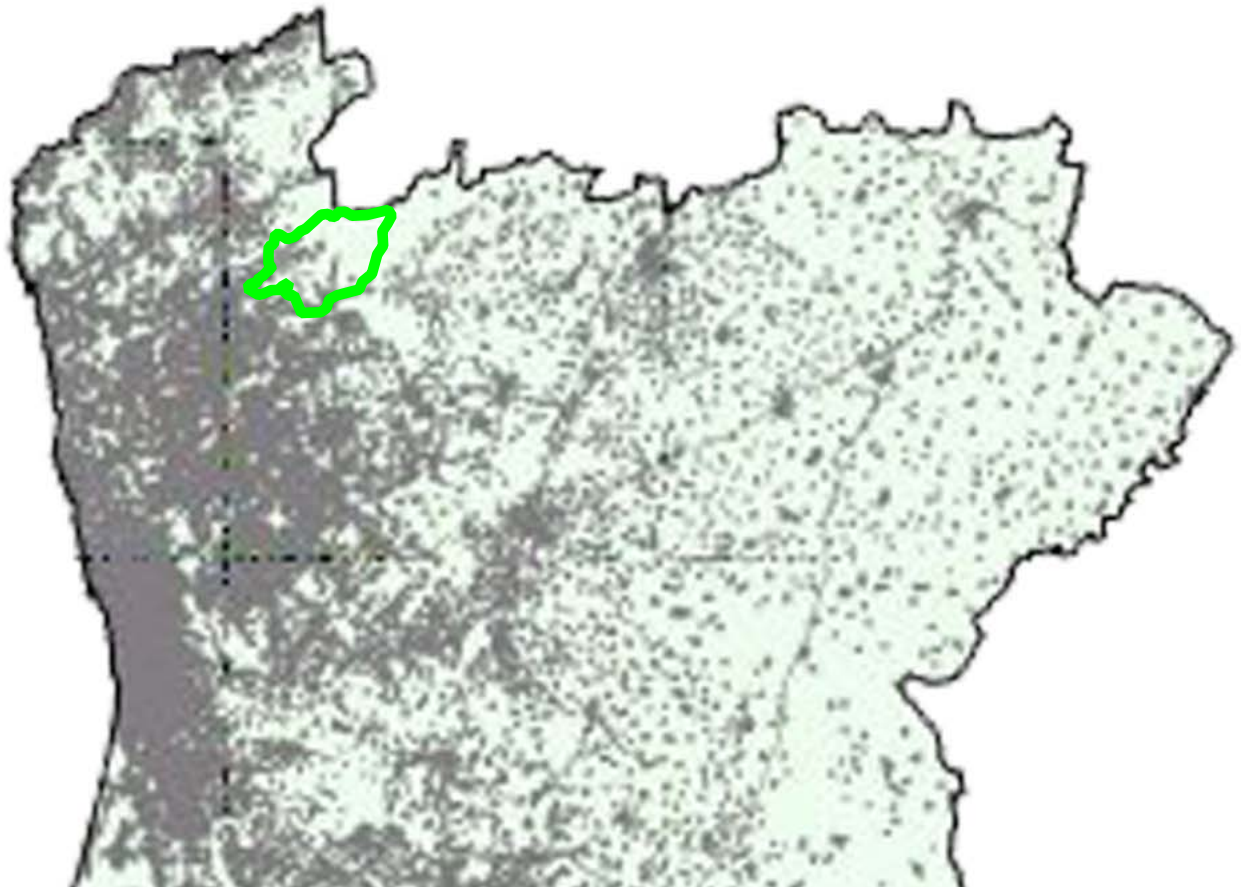
Figura 31 - Cartograma da dimensão populacional das freguesias



0 2,5 5 km

Fonte: CEFA/GEDES

Figura 32 - Cartograma de Contraste do Urbano/Rural



- Áreas vinculadas a uso urbano, turístico e industrial
- Áreas naturais

0 10 20 30 40 50 100 Km

Fonte Cartográfica: IGeoE

Figura 33 - Cartograma do traçado da Via Romana - Geira

